

RAQUEL FERNANDES JANEIRINHO

**PATRIMÓNIO, MUSEOLOGIA E PARTICIPAÇÃO:
ESTRATÉGIAS MUSEOLÓGICAS PARTICIPATIVAS
NO CONCELHO DE PENICHE**

Orientador: Prof. Doutor Mário Caneva Moutinho

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Departamento de Museologia**

**Lisboa
2012**

RAQUEL FERNANDES JANEIRINHO

**PATRIMÓNIO, MUSEOLOGIA E PARTICIPAÇÃO:
ESTRATÉGIAS MUSEOLÓGICAS PARTICIPATIVAS
NO CONCELHO DE PENICHE**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Museologia, no curso de Mestrado em Museologia conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Prof. Doutor Mário Caneva Moutinho

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Museologia

Lisboa

2012

Agradecimentos

Num projeto académico e, em particular neste, com forte componente de participação, os contributos de diversas pessoas foram fundamentais para levar o trabalho de terreno e a dissertação a bom porto.

Antes de mais, gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Mário Moutinho, pelo apoio, incentivo e orientação de mestrado que resultou na presente dissertação.

Aos professores do XI Mestrado em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, com especial menção para a Prof^a Judite Primo, pelo sorriso, estímulo e acompanhamento na primeira fase do mestrado.

Ao Dr. António José Correia, Presidente da Câmara Municipal de Peniche, por ter acolhido as minhas propostas e permitido que o projeto Inventário Participativo do Património Cultural fosse assumido pela autarquia, consentindo ainda que refletisse academicamente sobre um dos projetos-vetor do meu trabalho profissional.

À Enf. Clara Abrantes, Vereadora do Pelouro da Solidariedade Social da CMP, pela disponibilidade e entusiasmo com que acompanhou o projeto IP, em particular as tertúlias nas diversas coletividades.

Ao Rui Venâncio, pela coordenação formal do projeto e contributos na sua formulação e aplicação, mas por muito mais... pelo sorriso, companhia, apoio, incentivo, paciência e longas e frutuosas partilhas.

Ao Jorge Martins, pela amizade, pelos *brainstormings*, pelo apoio no desenvolvimento do projeto e por, com o nosso trabalho conjunto, comprovarmos a importância da interdisciplinaridade na eficaz prossecução de um projeto museológico como este.

À Ana Rute Serrão, por ter apoiado o projeto ‘Inventário Participativo do Património de Atougia da Baleia’ numa primeira fase e por, posteriormente, se ter aventurado a aplicar, num terreno paralelo e numa área disciplinar que não seria a sua de base, os princípios subjacentes a uma museologia participativa.

Às colegas da Ação Social da Câmara Municipal de Peniche, em especial à Alda, Patrícia e Catarina, pelo apoio e acompanhamento das tertúlias do projeto IP.

A Lorena Querol, Hughes de Varine e Odalice Priosti, sempre disponíveis para esclarecer as minhas dúvidas sobre as temáticas do Inventário Participativo e Museologia Participativa e estimular o trabalho então em desenvolvimento.

Às minhas colegas de mestrado e doutoramento, com destaque para a Teresa Piedade, Gabriela Figurelli, Ana Dias e Carina Martins pelo companheirismo e amizade construídos nas longas e profícuas horas de conversa, na partilha de dúvidas, saberes e sorrisos.

Aos meus amigos do coração, Joana, Maïlis, Rosalinda e Sérgio, pelos sorrisos e gargalhadas, força e incentivo.

À minha família, em especial aos meus pais, pelos (mil) contributos para o meu crescimento enquanto pessoa e enquanto profissional: o estímulo das questões pertinentes e opiniões partilhadas, a atenção com que me escutam, a confiança, a amizade, ...

Por fim, um agradecimento profundo a todos os participantes nas tertúlias, caminhadas e atividades promovidas, sem os quais este trabalho não teria sido possível e não faria sentido.

A todos vós, um grande e sincero obrigado.

Resumo

A presente dissertação tem como enfoque o trabalho de campo desenvolvido numa freguesia do concelho de Peniche, Portugal, tendo como base um projeto designado ‘Inventário Participativo do Património Cultural de Atouguia da Baleia’ (IP), associado a um polo museológico então em fase de implementação – o Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia. O IP tem como objetivos o levantamento dos ativos patrimoniais das diferentes localidades dessa região, o fortalecimento das relações museu-população e o reconhecimento por parte da comunidade dos seus patrimónios, considerando a articulação entre património e desenvolvimento. Num processo de investigação-ação, aplicou-se um conjunto de estratégias museológicas participativas, numa perspetiva interdisciplinar, entre as quais: tertúlias com a população, mapeamento participativo, caminhadas de reconhecimento e entrevistas semi-dirigidas. Confirmou-se ser possível, pela aplicação dos princípios da Sociomuseologia, o levantamento, identificação e divulgação bem como o reconhecimento e valorização, por parte da comunidade, dos seus patrimónios, materiais e imateriais, sendo a participação uma questão central no desenvolvimento do projeto. Encara-se o museu como uma instituição ao serviço da comunidade e do seu desenvolvimento, tendo o IP contribuído para uma melhor gestão do património local.

Palavras-chave: Inventário Participativo, Sociomuseologia, Património Cultural, Memória Coletiva, Desenvolvimento e participação comunitária.

Abstract

This dissertation is focused on a fieldwork carried out in a parish of Peniche, Portugal, based on a project designated 'Participatory Inventory of Cultural Heritage of Atouguia da Baleia', associated with the implementation of a museum – the Interpretive Centre of Atouguia da Baleia. It has as objective the inventory of cultural heritage in the different localities of this region, the strengthening of the relation museum-population and the recognition by the community of their assets, concerning the relationship between heritage and development. Developing an action research project, it was implemented a set of participatory museological strategies, in an interdisciplinary perspective, such as *tertulias*, participatory mapping, transect walks and ethnographic interviews. This project confirmed to be possible, applying the principles of Sociomuseology, the survey, identification and dissemination, as well as recognition and appreciation by the community of its heritage, tangible and intangible. Participation is central in the project. The museum is acknowledged as serving the community and its development, contributing to a better management of local heritage.

Keywords: Participatory inventory, Sociomuseology, Cultural heritage, Collective memory, Community development and participation

Lista de Abreviaturas

CCC – Celebração da Cultura Costeira

CIAB – Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia

CMP – Câmara Municipal de Peniche

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOM – International Council of Museums [Conselho Internacional de Museus]

INE – Instituto Nacional de Estatística

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IP – Inventário Participativo

MINOM – Movimento Internacional para a Nova Museologia

NOPH – Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica (Santa Cruz, Rio de Janeiro)

RRA – Rapid Rural Appraisal

PLA – Participatory Learning and Action

PRA – Participatory Rural Appraisal

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
[Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura]

ÍNDICE GERAL

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| Contextualização da dissertação e ideias estruturantes | 9 |
| Organização estrutural da dissertação | 12 |
| | |
| CAPÍTULO 1: Enquadramento teórico | 14 |
| 1.1 O método etnográfico: contribuições da teoria e prática antropológica..... | 14 |
| 1.2 Estudos participativos..... | 20 |
| 1.2.1 Investigação-ação | 20 |
| 1.2.2 Estudos participativos de avaliação rural | 25 |
| 1.2.3 Democracia participativa | 30 |
| 1.3 Património cultural, memória coletiva e museologia social..... | 32 |
| 1.3.1 Património e memórias, memórias e poder, poderes da museologia | 32 |
| 1.3.2 Património cultural e museologia..... | 37 |
| 1.3.3 Novas abordagens: advento de uma museologia social | 40 |
| 1.3.4 O paradigma participativo na sociomuseologia | 48 |
| 1.4 Inventário participativo | 54 |
| 1.4.1 O inventário participativo como metodologia de ação | 54 |
| 1.4.2 Exemplos de projetos de inventário participativo | 59 |
| | |
| CAPÍTULO 2: Estratégias museológicas participativas no concelho de Peniche | 69 |
| 2.1 Metodologias de investigação | 69 |
| 2.2 Caracterização do território | 72 |
| 2.3 Da Magna Carta Peniche 2025 à Rede Museológica do Concelho de Peniche | 81 |
| 2.4 Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia..... | 85 |
| 2.5 Inventário Participativo do Património Cultural de Atouguia da Baleia..... | 89 |
| 2.6 Conclusões intermédias e desenvolvimentos futuros | 104 |

| | |
|---|------------|
| CONCLUSÃO | 112 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 116 |
| APÊNDICES | i |
| Apêndice 1) Exemplo de guião de entrevista semi-dirigida: Proprietários de moinhos ... | ii |
| ANEXOS..... | iv |
| Anexo 1) Património Cultural – Conceitos resultantes do primeiro encontro com os dirigentes associativos da freguesia de Atouguia da Baleia | v |
| Anexo 2) Exemplos de flyers de divulgação de tertúlias | vii |
| Anexo 3) Exemplo de cartaz de divulgação de caminhada de reconhecimento: “À descoberta do Património de...” | ix |
| Anexo 4) Exemplo de mapeamento e respetiva legenda, resultantes do Inventário Participativo, disponíveis na Exposição “Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia: um projeto museológico participativo” | xi |

ÍNDICE DE ESQUEMAS, FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Esquema 1: Modelo cíclico de investigação em ciências sociais | 19 |
| Esquema 2: Os principais componentes do PRA | 28 |
| Esquema 3: Triângulo matricial da Museologia | 45 |
| Figura 1: Mapa do concelho de Peniche – Freguesias | 73 |
| Figura 2: Mapa do concelho de Peniche – Aglomerados populacionais | 74 |
| Quadro 1: População residente (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2011) . | 74 |
| Gráfico 1: População empregada (%) na freguesia de Atouguia da Baleia por atividade económica | 76 |
| Gráfico 2: Desemprego registado no concelho de Peniche segundo género, entre 2004 e 2011 (situação no fim do mês de dezembro) | 78 |
| Esquema 4: Programas de atuação da Magna Carta Peniche 2025..... | 84 |
| Figuras 3 e 4: Mapeamento participativo do património, com base em ortofotomapas da localidade | 95 |
| Figura 5: Exemplo de mapeamento participativo do património cultural | 96 |
| Figuras 6 e 7: Caminhadas de reconhecimento | 97 |
| Figuras 8 e 9: Exemplos de levantamento de PCI | 98 |
| Figuras 10 e 11: Recolha de espólio fotográfico | 99 |
| Figuras 12 e 13: Ações de conservação preventiva participativa no âmbito das Jornadas Europeias do Património 2010 | 101 |
| Figura 14: Roteiro dos Moinhos associado ao Festival dos Saberes, Tradições e Sabores promovido por uma coletividade da freguesia..... | 102 |

INTRODUÇÃO

Contextualização da dissertação e ideias estruturantes

A presente dissertação que se determinou designar ‘Património, Museologia e Participação: Estratégias museológicas participativas no concelho de Peniche’ tem como objetivo analisar as estratégias participativas utilizadas no processo de implementação de um núcleo museológico – o Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia – sediado na vila de Atouguia da Baleia, em Peniche, Portugal. No âmbito deste projeto, está a ser levado a cabo o levantamento dos ativos patrimoniais de cada uma das localidades da freguesia, em estreita articulação com as comunidades locais, através de uma cadeia flexível de estratégias museológicas participativas.

O projeto foi concebido, desenvolvido e levado a cabo por uma equipa de profissionais do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Peniche, no âmbito da Rede Museológica do Concelho de Peniche, na qual eu me incluo, tendo tido um papel destacado. É neste enquadramento institucional que articula atividade profissional – enquanto técnica superior de Antropologia na Câmara Municipal de Peniche – e academia – enquanto estudante de Mestrado de Museologia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – que a presente dissertação se desenvolve.

A dissertação baseia-se em oito meses de trabalho de campo não continuado, de fevereiro a setembro de 2010, no terreno suprarreferido. Não obstante, considerando o contínuo desenrolar do projeto, alguns exemplos de ações desenvolvidas entre setembro de 2010 e abril de 2012 serão apresentadas para um melhor enquadramento e conhecimento do mesmo.

Pretende-se apresentar as formas de participação comunitária colocadas em prática naquele terreno específico, enquadrando-as nas referências teóricas e bibliográficas associadas ao assunto em foco.

A dissertação procura não tanto explicar um caso ou expor os dados recolhidos em contexto de terreno, mas antes sistematizar as estratégias museológicas às quais se recorreu e

aumentar outras estratégias para recolhas futuras, pois, tratando-se de um processo participativo e dialógico, não terá terminado aquando da entrega do trabalho final de mestrado.

Este estudo enquadra-se no quadro teórico da Sociomuseologia, focando particularmente as seguintes áreas de reflexão:

- Ação Cultural e Educativa na Museologia;
- Museologia Social, Património Cultural e Ação Participativa;
- Museologia, Património Local e Desenvolvimento e
- Memória Coletiva e Património.

Quando nos propusemos investigar ativamente esta temática, procurámos responder a algumas questões de partida e hipóteses que se foram avançando:

- Na implementação de um projeto ou ação museológicas, é habitual recorrer-se a estratégias participativas?
- Pode uma pesquisa, perspectivada de forma interdisciplinar e criativamente aplicada ao terreno em causa, ter resultados positivos na ampliação do conhecimento do museu sobre o património do território sobre o qual se debruça e na relação museu-comunidade e comunidade-património?
- Pode uma ação de pesquisa promovida pela instituição museológica direcionada à comunidade envolvente contribuir para um reconhecimento e tomada de consciência por parte dessa comunidade dos seus patrimónios culturais?

Destas reflexões resultaram objetivos gerais e específicos que nortearam o trabalho de terreno e a presente dissertação:

Objetivo geral:

- Investigar a importância de estratégias participativas, no âmbito da pesquisa e comunicação museológica, para um maior conhecimento do património cultural

Raquel Janeirinho, *Estratégias museológicas participativas no concelho de Peniche*

de um território e uma privilegiada relação e reconhecimento na tríade espaço museal – património cultural – comunidade.

Objetivos específicos:

- Levantar métodos, técnicas e terrenos de aplicação de ações participativas;
- Aplicar estratégias museológicas participativas, segundo plano desenvolvido especificamente para o projeto e terreno em causa;
- Descrever as ações levadas a cabo;
- Verificar os impactos decorrentes das ações participativas de pesquisa e educação patrimonial e museológica.

Sendo diversos os estudiosos, particularmente aqueles associados ao Movimento para a Nova Museologia, que se debruçam sobre temas centrais na presente dissertação – a função social do museu, a importância do museu na sociedade, a sua relação com o território e a comunidade envolvente, a ação educativa patrimonial na museologia como fator de aprendizagem, reconhecimento e empoderamento¹ das populações ou a relação entre museu e desenvolvimento – destacam-se como autores de referência, por nós considerados como incontornáveis para o tema em questão, os seguintes nomes:

- Mário Caneva Moutinho, pela sua relevância ao nível da teoria museológica, nomeadamente na ‘busca de um novo conceito de museologia’, com a concetualização de uma Museologia Informal, Social, confluída, mais recentemente, na Sociomuseologia;
- Maria Célia Santos, pela sua inspiradora dedicação e ativa aplicação de estratégias museológicas participativas na ação cultural e educativa em Museologia;
- Hugues de Varine, pela forma como este autor aborda a relação entre património cultural, participação, educação e desenvolvimento local; e

¹ Optou-se pela utilização da expressão em português, cunhada do termo anglófono *empowerment*.

- Maria Lorena Sancho Querol, pelo contributo decisivo desta autora ao analisar na sua tese de doutoramento o inventário enquanto ferramenta metodológica, concretizando o conceito de inventário participativo.

Organização estrutural da dissertação

A presente dissertação, enquanto trabalho científico e académico, segue a estrutura sequencial convencionada, compreendendo três partes distintas: pré-textual, textual e pós-textual. A par dos elementos textuais, a dissertação contém figuras, quadros, gráficos ou esquemas que acompanham a descrição efetuada. De referir que, para as citações e bibliografia, se adotou a norma APA recomendada pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Primo & Mateus, 2008).

A dissertação assenta em dois capítulos: um primeiro de enquadramento teórico e, um segundo, de contextualização e apresentação das metodologias aplicadas no terreno. Ambos os capítulos bem como os vários subcapítulos da dissertação, em particular os do enquadramento teórico, apresentam um forte enfoque interdisciplinar.

Assim, no primeiro bloco, designado ‘Capítulo 1: Enquadramento teórico’, iremos realizar a descrição, sistematização e ponderação sobre o estado da arte e autores fundamentais, debruçando-nos sobre temáticas da Antropologia, Ação Participativa, Património Cultural e Memória, Museologia Social e Inventário Participativo, apresentando e desenvolvendo alguns dos conceitos e autores-chave.

Como cremos que a minha formação ao nível da licenciatura na área da Antropologia terá sido fundamental na escolha das temáticas e abordagens ao trabalho de campo, inicia-se este enquadramento teórico com um primeiro subcapítulo (1.1) de contextualização sobre o campo disciplinar da Antropologia, com um enfoque especial sobre os métodos e técnicas propostos no âmbito desta ciência social.

Seguidamente (1.2), apresentam-se diferentes tipos de estudos participativos, tradicionalmente mais distantes e esdrúxulos ao trabalho com o Património Cultural, mas que, cremos, são contributos fundamentais para a presente dissertação por permitirem apreender o

universo das investigações participativas e as estratégias metodológicas associadas a estas pesquisas.

No 1.3 descreve-se a evolução dos conceitos de património cultural, memória coletiva e museologia, numa perspetiva histórica, articulando os contributos de alguns dos autores considerados como basilares nesta área. A Nova Museologia e inovadores conceitos subsequentes são explanados, sublinhando o seu enfoque participativo.

Para finalizar este primeiro capítulo, no ponto 1.4 reflete-se sobre o inventário participativo enquanto metodologia de ação, procurando enquadrar teoricamente o inventário enquanto ação museológica e o inventário participativo enquanto contributo para uma museologia mais democrática, apresentando alguns exemplos de projetos aplicados noutros contextos geográficos.

No segundo capítulo, que adotou o subtítulo da dissertação ‘Estratégias museológicas participativas no concelho de Peniche’, expõem-se os métodos de investigação, enquadrando-os nos objetivos específicos deste estudo (2.1), procede-se a uma contextualização geográfica e social do terreno em causa – concelho de Peniche, freguesia de Atouguia da Baleia – (2.2) e desvelam-se os antecedentes deste Inventário Participativo – plano estratégico (2.3) e projeto museológico (2.4).

Segue-se a análise do processo e das diversas estratégias participativas empregues no caso estudado (2.5): divulgação do projeto, tertúlias, análise participativa de fotografias aéreas, caminhadas de reconhecimento, entrevistas semi-dirigidas, etc.

No final deste capítulo (2.6), procuraremos apresentar algumas das consequências do Inventário Participativo (considerando o decurso temporal entre o terreno objeto de estudo e a apresentação da dissertação), refletir sobre as abordagens aplicadas, as principais dificuldades e mais-valias do projeto, focando nas opções e propostas de desenvolvimento do processo participativo implantado no terreno e do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia.

CAPÍTULO 1: Enquadramento teórico

1.1 O método etnográfico: contribuições da teoria e prática antropológica

Desde pelo menos o século XIX, com autores como Maine, Morgan, Frazer, Spencer ou Tyler, que se verifica um interesse de índole científico pelo estudo do Outro, das culturas então ditas primitivas, pela compreensão do ser humano e a sistematização do conhecimento acumulado sobre estes povos. Estes estudos ‘de gabinete’, são, depois dos relatos de viagens – associados à descoberta do ‘Novo Mundo’ – e dos fundamentos de uma ciência do Homem – a partir essencialmente do século XVIII² –, a génese da ciência antropológica tal como hoje a conhecemos.

Posteriormente, durante o século XX, de Malinowski a Geertz, de Lévi-Strauss a Scheper-Hughes, encontra-se uma pluralidade de formas de pensar o Outro e de aplicação das teorias antropológicas subjacentes. A monografia *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Bronislaw Malinowski (1922/2002) é vista por alguns autores como um mito eumerístico do trabalho de campo antropológico, fundador da observação participante, com alteração da perspectiva e *locus* da investigação antropológica:

“Implicaba un cambio en el locus primario de la investigación, pasando de la cubierta del barco de la misión o de la varanda de la estación al centro mismo del poblado, y, a la vez, un correspondiente cambio en la concepción del rol del etnógrafo, el que va de inquisidor a participante «de algún modo» en la vida del poblado. (...) Y, finalmente, requería no solo ejecutar el programa sino incorporarse a la vida de la gente – precisamente el tipo de transformación mítica que Malinowski le imprimió.” (Stocking, 1993, p. 66)

Os princípios do método etnográfico são apresentados por Malinowski na Introdução dos *Argonautas* (1922/2002, p. 6) sendo evidenciadas as preocupações com o conhecimento e ética científicos mas também com a importância da integração do antropólogo tão profundamente quanto possível no grupo social em estudo. Segundo este autor, o conhecimento etnográfico é o meio através do qual se é capaz de observar uma cultura a partir do seu interior para, desde modo, captar o ponto de vista dessa comunidade. “This goal

² Com pensadores como Charles de Montesquieu, David Hume, Jean-Jacques Rousseau ou Adam Smith.

is, briefly, to grasp the native's point of view, his relation to life, to realise *his* vision of *his* world.” (Manilowski, 1922/2002, p. 25. A itálico no original).

Entretanto, recorda-nos João de Pina Cabral em reflexão mais recente, “o objecto de estudo [da Antropologia] alargou-se extraordinariamente” (Cabral, 1983, p. 328), sendo que, ainda de acordo com este investigador, “O que define o antropólogo social não é já o seu objecto de estudo, mas sim o método que utiliza e a tradição em que o seu discurso se radica.” (1983, p. 329).

Apesar das transformações que se encontra na teoria antropológica por influência das diversas escolas de pensamento, os métodos e técnicas foram mantendo alguma constância.

Estes métodos, sendo o alicerce da nossa formação académica, tiveram repercussões na aproximação selecionada para o estudo que está na base da presente dissertação.

Considerando a importância da *praxis* no trabalho de terreno em estudo, não nos debruçaremos sobre a teoria antropológica – antes sobre a teoria e história da (socio)museologia como se pode verificar nos capítulos seguintes –, direcionando a nossa primeira exposição para os métodos e técnicas usados na Antropologia, enquanto ciência social, nomeadamente o método etnográfico.

Passamos a sistematizar alguns dos métodos científicos existentes, numa compilação de propostas avançadas por diferentes autores³:

- De vestígios, ou documental: na qual a pesquisa é efetuada através da análise de documentos. Esta pode ser aplicada e tratada de forma qualitativa ou quantitativa. As fontes documentais, por sua vez, podem ser escritas – das quais são exemplo os documentos oficiais, públicos, privados e as fontes não oficiais, como a imprensa, revistas e publicações, livros, documentos intermédios, documentos privados e fontes estatísticas (estatísticas correntes ou análises estatísticas) – ou não escritas – tais como objetos e vestígios materiais, iconografia, fontes orais não registadas, imagem e som.
- Intensiva ou estudo de caso: também conhecida como método etnográfico, é aplicada em grupos de pequenas dimensões. O que se procura é uma análise em

³ Entre os quais Saint-Georges (1997), Caria (1999) e Goldenberg (1997/1999).

profundidade, com aspetos de todos os fenómenos do grupo social em estudo. O tratamento da informação é, na sua maioria, qualitativo. Várias técnicas de recolha de informação são utilizadas, entre as quais a observação participante.

- Extensiva ou de medida: a pesquisa é realizada em grupos sociais alargados, de grandes extensões mediante amostras representativas. A informação é tratada de forma quantitativa, através da utilização de técnicas ligadas à inquirição (entrevistas ou inquéritos por questionários).
- Estudos contextuais: estudo em que se utilizam técnicas de recolha e tratamento da informação similares à metodologia extensiva mas aplicada a pequenos grupos.
- Comparativa: resulta da comparação qualitativa de pequenos grupos, ou seja, da comparação de estudos de caso, nomeadamente os etnográficos.
- Experimental: este plano metodológico, que está tradicionalmente associado às ciências físico-naturais, é também aplicado em antropologia embora em menor escala, implicando o controlo das variáveis e das condições do estudo.
- Investigação-ação: esta linha de investigação enquadra-se no âmbito da ciência aplicada, nomeadamente na antropologia aplicada. O investigador não só observa o fenómeno como também exerce algum papel prático no contexto em estudo. Nela, há um movimento constante entre a ação e a reflexão crítica, num processo cíclico de investigação, tendo como objetivo último a atuação e a mudança.

No caso da ciência antropológica, a par da pesquisa bibliográfica e documental, há um enfoque particular nos estudos de caso através do designado método etnográfico. O método etnográfico corresponde ao processo que vai da escolha do tema às conclusões, englobando formulação, pesquisa bibliográfica, recolha de informação, trabalho de campo, análise e conclusão. De acordo com o investigador Telmo Caria, pode-se definir Etnografia como a “descrição do processo de recolha de dados empíricos durante um período de tempo prolongado, que utiliza como instrumento central a observação participante num contexto local específico, acompanhando o quotidiano de vida de um grupo social particular.” (1999, pp. 5-6).

O trabalho de terreno é, embora não obrigatório, uma das mais conhecidas características de um estudo etnográfico. O trabalho de campo ou de terreno refere-se ao

momento em que se recolhe a informação, com deslocação ao universo estudado, de forma empírica, em determinado contexto. Pode ser com ou sem observação participante, sendo esta uma técnica específica de recolha de informação utilizada no método etnográfico. Algumas das técnicas regularmente utilizadas na prática etnográfica são:

- Observação direta, incluindo a observação participante;
- Conversas, mais informais ou mais formalizadas, como entrevistas (com maior ou menor grau de estruturação);
- Levantamentos através de questionário ou amostragem, para comparação;
- Métodos biográfico e genealógico;
- Investigação detalhada, com informantes chave, sobre aspetos determinados da vida comunitária;
- Entrevistas mais exaustivas, conducentes, com frequência, a recolha de histórias de vidas de determinadas pessoas;
- Estratégias de investigação *emic*, centradas nas visões e perceções locais segundo a perspetiva do ator social, e *etic*, que dão prioridade as perceções e conclusões do etnógrafo, do observador;
- Investigação longitudinal, numa perspetiva de estudo continuado; e
- Grupos de discussão.

Estas técnicas são, muitas das vezes, escolhidas e utilizadas concomitantemente, de acordo com o terreno e os objetivos em causa.

A pesquisa etnográfica caracteriza-se por se realizar em ciclo. Não há hipóteses rígidas; há, pelo contrário, um diálogo entre as hipóteses teóricas e a recolha de informação. Como refere Spradley: “While other social science tends to follow a *linear* pattern of investigation, the ethnographer tends to follow a *cyclical* pattern.” (1980, p. 26. A itálico no original). O modelo de pesquisa linear apresenta o seguinte comportamento unidirecional: 1) definem-se os problemas de investigação; 2) formulam-se hipóteses; 3) procedem-se às definições operacionais – os termos centrais; 4) projetam-se os instrumentos de investigação; 5) recolhem-se os dados; 6) analisam-se os dados; 7) escrevem-se as conclusões; e 8)

reportam-se os resultados (idem, pp. 26-28). Por sua vez, o modelo cíclico de investigação em ciências sociais é mais dinâmico, implicando as seguintes etapas, vistas de forma circular, cíclica e refletida, até à escrita da monografia:

- 1) A seleção do projeto de investigação etnográfica, ou seja, definição do alcance e âmbito da investigação (de *macro-ethnography* a *micro-ethnography*⁴). Spradley defende a existência de três modelos de investigação etnográfica: etnografia de compreensão (procura documentar a forma de viver na sua totalidade), a etnografia orientada por tópicos (foca-se em um ou mais aspetos da vida que se sabem existir naquela comunidade) e a etnografia orientada a uma hipótese.
- 2) A formulação de questões etnográficas, que podem ser de três tipos: a) questões descritivas; b) questões estruturais; e c) questões de contraste. É quando se começam a formular estas questões que efetivamente se inicia o trabalho de campo. As respostas alcançadas darão azo a novas perguntas que precisarão de novas respostas⁵.
- 3) Proceder-se à recolha de dados, através da observação participante e de outras técnicas de recolha de informações.
- 4) Realiza-se o registo etnográfico: tal inclui escrever as notas de campo, tirar fotografias, fazer mapas, etc., sendo no registo etnográfico que é feita a ponte entre a observação e a análise.
- 5) Analisam-se os dados recolhidos, num processo de (re)descoberta (Spradley, 1980, p. 33). Devem-se estudar as notas de campo depois de cada período no terreno de forma a saber o que procurar durante os períodos seguintes de observação, contribuindo para a reflexão e definição de elementos em falta⁶.

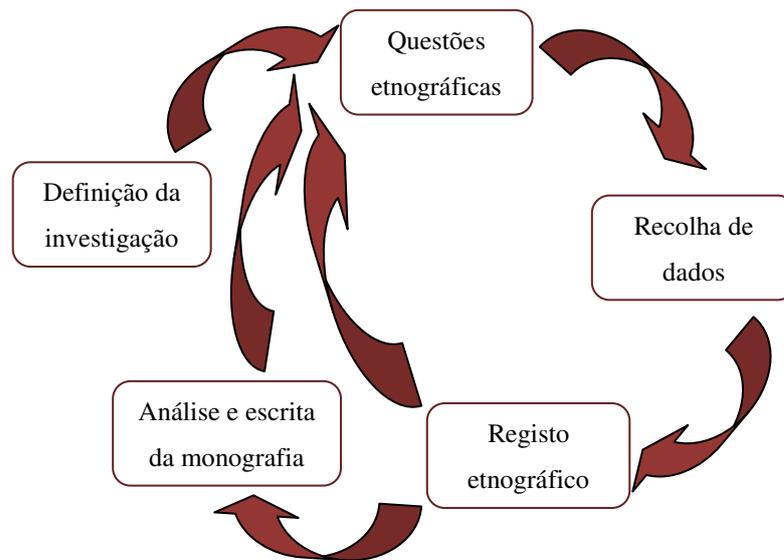
⁴ “Macro-ethnography requires many years of research and often involves numerous ethnographers. On the other hand, micro-ethnography of a single social situation can be done in a much shorter time. (...) However, the techniques of data collection and analysis are identical to those used in doing a project of much larger scope.” (Spradley, 1980, p. 30).

⁵ “as you go through the ethnographic research cycle you will discover new questions to ask; these will guide your data question. Then, when you analyze your data, new ethnographic questions will come to light, leading you to repeat the cycle. This process will continue throughout your investigation.” (Spradley, 1980, p. 32).

⁶ “Participant observation and recording fieldnotes, then, are always followed by data analysis, which leads to finding new ethnographic questions, more data collection, more fieldnotes, and more analysis. And so the cycle continues until your project nears completion.” (Spradley, 1980, p. 34).

- 6) Por fim, escreve-se a etnografia (ou monografia): o ato de escrever a monografia força o investigador a novas e mais intensivas tipologias de análise – podendo fazer parte do próprio círculo de pesquisa.

Na escrita monográfica – tal como, aliás, na exposição museológica – a voz e o silêncio são duas faces de uma mesma moeda.



Esquema 1: Modelo cíclico de investigação em ciências sociais. Adaptado de Spradley (1980)

Embora com um forte enfoque académico – e academizante – a Antropologia vem desenvolvendo investigações aplicadas. Esta aplicabilidade foi vista – e ainda é, por setores mais ortodoxos – de forma negativa pela sua ligação histórica ao (neo)colonialismo. Tradicionalmente defende-se, na prática antropológica, um distanciamento que promoveria uma suposta isenção científica. Estes pressupostos éticos levam a que muitos estudiosos desta área prefiram não se envolver ativamente no terreno estudado. Não obstante, a Antropologia Aplicada vem-se impondo em diversos terrenos de estudo. A Antropologia Aplicada constitui-se como uma disciplina relacional, assumindo o rompimento com o paradigma de distanciamento positivista face às populações que são o seu objeto de estudo e tomando o antropólogo uma parte ativa do processo que investiga.

1.2 Estudos participativos

1.2.1 Investigação-ação

Várias áreas científicas vêm desenvolvendo estratégias participativas de pesquisa e ação sobre problemáticas territoriais que, apesar de se debruçarem sobre problemas tendencialmente distintos dos da museologia, se baseiam em estratégias que, a nosso ver, podem ser adaptadas à análise participativa dos bens patrimoniais.

O ato de agir e investigar, num processo de mudança participado e reflexivo, é designado de diferentes modos por diferentes autores. Expressões como ação-reflexão, pesquisa-ação ou investigação-ação são utilizadas para definir uma linha de orientação teórica e metodológica com aplicação de um conjunto de práticas que tem vindo a vingar em vários territórios disciplinares, não obstante ser vista, muitas vezes, como uma ‘parente pobre’ tendencialmente secundarizada nos círculos académicos.

A pesquisa-ação é entendida, segundo Thiollent, como “uma orientação destinada ao estudo e à intervenção em situações reais” (1986/2011, p. 113), i.e.,

“como um tipo de pesquisa social de base empírica concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou solução de um problema colectivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.” (idem, p. 22)

A investigação-ação refere-se a uma pesquisa que tem impactos e se foca na ação, na prática. Este tipo de investigação é considerada como uma ferramenta importante para a mudança e melhoria das condições ao nível local. Cohen e Manion (1994, p. 186 *apud* Cohen, Manion & Morrison 2000/2005, pp. 226-227) definem a investigação-ação como uma intervenção de pequena escala no funcionamento do mundo real e um estudo minucioso dos efeitos dessa intervenção. Este é um método de investigação auto-reflexivo, cooperativo e onde as ações são examinadas criticamente:

“Action research is a form of collective self-reflective inquiry undertaken by participants in social situations in order to improve the rationality and justice of their own social or

educational practices, as well as their understanding of these practices and the situations in which these practices are carried out... The approach is only action research when it is collaborative, though it is important to realize that the action research of the group is achieved through the critically examined action of individual group members.” (Kemmis and McTaggart, 1988, p. 5 *apud* Cohen, Manion, & Morrison, 2000/2005, p. 227)

A participação é vista como firmemente necessária a estes procedimentos, pois considera-se que a investigação-ação atinge os seus resultados por envolver os participantes no planeamento e na ação e por ser flexível e recetiva à situação e às pessoas. A reflexão crítica é vital neste processo:

“Reflection, it has been argued, occurs at every stage of action research. Beyond this, the notion of reflexivity is central to action research, because the researchers are also the participants and practitioners in the action research— they are part of the social world that they are studying” (Cohen, Manion, & Morrison, 2000/2005, p. 239)

A observação participante referenciada no ponto 1.1 da presente dissertação como uma das aproximações privilegiadas da Antropologia é tendencialmente perspetivada como englobando o conceito de pesquisa participante. No entanto, na maioria dos casos, as relações estabelecidas com os grupos sociais estudados têm como objetivo uma maior aceitação do investigador como membro desse grupo e não tanto a participação ativa do grupo considerado na pesquisa. Assim, nem toda a chamada pesquisa participante é necessariamente uma pesquisa participativa, ativa e engajada.

“Nossa posição consiste em dizer que toda pesquisa-ação é de tipo participativo: a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária. No entanto, tudo o que é chamado pesquisa participante não é pesquisa-ação. Isso porque pesquisa participante é, em alguns casos, um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitos. Nesse caso, a participação é sobretudo a participação dos investigadores e consiste em aparente identificação com os valores e os comportamentos que são necessários para a sua aceitação pelo grupo considerado.” (Thiollent, 1986/2011, p. 21)

A confirmação – tal como na ciência antropológica – do conhecimento das populações, do saber das pessoas implicadas na situação investigada e da sua capacidade de aprendizagem, compreensão e ativa participação para o seu desenvolvimento endógeno, é

outra qualidade da pesquisa-ação. Isto aplica-se tanto ao nível das concepções e definições iniciais, como na devolução dos resultados, sua avaliação e aplicações:

“As populações não são consideradas como ignorantes e desinteressadas. Levando a sério o saber espontâneo e cotejando-o com as “explicações” dos pesquisadores, um conhecimento descritivo e crítico é gerado acerca da situação, com todas as sutilezas e nuances que em geral escapam aos procedimentos padronizados. Com a divulgação de informação dentro da população, com o processo de aprendizagem dos pesquisadores e dos participantes, com o eventual treinamento de pessoas “leigas” para desempenharem a função de pesquisadores é possível esperar a geração de uma massa de informação significativa, aproveitando um amplo concurso de competências diversas.” (Thiollent, 1986/2011, pp. 30-31)

A pesquisa-ação é percebida enquanto estratégia de conhecimento e método de investigação concreto e de atuação no qual se dá preferência às técnicas coletivas, reconhecendo o papel ativo dos observadores e dos membros representados na situação investigada. Tanto investigadores quanto membros implicados se encontram envolvidos de modo cooperativo ou participativo com vista à boa prossecução da ação, com um forte apelo ao questionamento da realidade social. Os pesquisadores desempenham um papel ativo na própria realidade dos factos observados, no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas, atuando como instigadores e problematizadores, pelo que “a atitude dos pesquisadores é sempre uma atitude de “escuta” e de elucidação dos vários aspectos da situação, sem imposição unilateral de suas concepções próprias.” (Thiollent, 1986/2011, p. 24). Nesta senda, nas palavras de outros autores, este tipo de pesquisa participativa reconhece o papel dos investigadores como “facilitator, guide, formulator and summarizer of knowledge, and raiser of issues” (Cohen, Manion, & Morrison, 2000/2005, p. 230).

A pesquisa-ação pode variar consoante os objetivos e contextos. Por vezes, como é o caso da investigação que subjaz a esta dissertação, “o objetivo da pesquisa-ação é principalmente voltado para a produção de conhecimento que não seja útil apenas para a coletividade considerada na investigação local.” (Thiollent, 1986/2011, p. 25), mas que tem, pelo contrário, um propósito mais alargado – útil e ativamente relevante para a comunidade mas pretendendo também a aprendizagem e compilação de conhecimentos para a concretização de um projeto museológico. No nosso caso, a investigação foi aplicada em meio

aberto (i.e., bairro popular, comunidade rural, etc.) e desencadeada com uma maior iniciativa por parte dos pesquisadores, em função de instituições exteriores à comunidade, algo que é frequente em projetos de pesquisa-ação.

A pesquisa-ação consiste num método ou numa “estratégia de pesquisa agregando vários métodos ou técnicas de pesquisa social, com os quais se estabelece uma estrutura coletiva, participativa e ativa ao nível da captação de informação.” (Thiollent, 1986/2011, p. 32). Os diversos métodos e técnicas particulares são adaptados a cada fase do processo de investigação, concebendo e aplicando de forma flexível os meios conforme o terreno em causa, recorrendo a métodos e técnicas de grupo e a técnicas de registo, tratamento e exposição de resultados.

De acordo com autores como Dick (2002), a pesquisa na metodologia de investigação-ação desenvolve-se numa espiral que percorre alternadamente a ação e a reflexão crítica, num processo cíclico de investigação. Verificamos que esta espiral se complexifica seguindo o seguinte circuito: ação, revisão crítica, planeamento, e novamente ação, sendo que a revisão crítica e o planeamento fazem parte do processo de reflexão crítica.

Também Cohen, Manion e Morrison indicam que a operacionalização de uma investigação com estes pressupostos combina seis noções, a saber:

- “1 a straightforward cycle of: identifying a problem, planning an intervention, implementing the intervention, evaluating the outcome;
- 2 reflective practice;
- 3 political emancipation;
- 4 critical theory;
- 5 professional development; and
- 6 participatory practitioner research.

It is a flexible, situationally responsive methodology that offers rigour, authenticity and voice.” (2000/2005, p. 241)

Maria Célia Santos afirma que é este movimento de ação e reflexão “que estimula a produção do conhecimento e amplia as dimensões de valor e de sentido das ações de pesquisa, preservação e comunicação, bem como do património cultural de cada indivíduo e da coletividade.” (2007, p. 14).

Como referido, a pesquisa-ação é uma estratégia de conhecimento e método de investigação concreta e de atuação em várias áreas sociais, com uma ampla interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada, que dá preferência a técnicas de pesquisa coletivas e ativas, onde as várias partes interessadas no problema em questão são integradas na investigação. No entanto, de sublinhar que o “objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação.” (Thiollent, 1986/2011, p. 22). Esta investigação está inserida numa política de transformação, não se limitando a uma forma de ação (idem, p. 51), sob o “(risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados” (idem, p. 23). Uma das especificidades – e dificuldades – da pesquisa-ação funda-se precisamente no relacionamento destes dois tipos de objetivos diferenciados: o prático e o do conhecimento⁷.

De relevar que às tradicionais áreas de aplicação da pesquisa-ação – educação, formação de adultos, serviço social, extensão ou comunicação rural –, somam-se recentemente outros campos do saber, tais como as ciências ambientais, saúde, organização e sistemas, desenvolvimento rural e difusão de tecnologia, estudos urbanos, desenvolvimento local, práticas culturais e artísticas⁸. Neste sentido, como referem Cohen, Manion e Morrison:

“The scope of action research as a method is impressive. Action research may be used in almost any setting where a problem involving people, tasks and procedures cries out for

⁷ “Objetivo prático: contribuir para o melhor equacionamento possível do problema considerado como central na pesquisa, com levantamento de soluções e proposta de ações correspondentes às “soluções” para auxiliar o agente (ou ator) na sua atividade transformadora da situação. É claro que este tipo de objetivo deve ser visto com “realismo”, isto é, sem exageros na definição das soluções alcançáveis. Nem todos os problemas têm soluções a curto prazo.” (Thiollent, 1986/2011, p. 24)

“Objetivos de conhecimento: obter informações que seriam de difícil acesso por meio de outros procedimentos, aumentar nosso conhecimento de determinadas situações (reivindicações, representações, capacidades de ação ou mobilização, etc.). (...) “Entre os objetivos de conhecimento potencialmente alcançáveis em pesquisa-ação temos:

- a) A coleta de informação original acerca de situações ou de atores em movimento.
- b) A concretização de conhecimentos teóricos, obtida de modo dialogado na relação entre pesquisadores e membros representativos das situações ou problemas investigados.
- c) A comparação das representações próprias aos vários interlocutores, com aspecto de cotejo entre saber formal e saber informal acerca da resolução de diversas categorias de problemas.
- d) A produção de guias ou de regras práticas para resolver os problemas e planejar as correspondentes ações.
- e) Os ensinamentos positivos ou negativos quanto à conduta de ação e suas condições de êxito.
- f) Possíveis generalizações estabelecidas a partir de várias pesquisas semelhantes e com o aprimoramento da experiência dos pesquisadores.” (Thiollent, 1986/2011, pp. 24 e 29)

⁸ Destacamos, pelo interesse para a nossa investigação, estas últimas duas áreas de atuação.

solution, or where some change of feature results in a more desirable outcome.” (2000/2005, p. 226).

1.2.2 Estudos participativos de avaliação rural

As últimas décadas do século passado foram testemunhas de alterações na retórica dos estudos de desenvolvimento rural⁹. Parte destas mudanças foram desempenhadas por duas famílias de metodologias relacionadas: a *Rapid Rural Appraisal* (RRA), que se disseminou nos anos 80, e a *Participatory Rural Appraisal* (PRA), nos anos 1990. Particularmente a PRA enquanto abordagem metodológica de investigação e avaliação participativa reconverteu paradigmas nos estudos de avaliação rural, promovendo a partilha por parte da comunidade local, o aumento e a análise do seu conhecimento da vida e suas condições, o planeamento e a ação.

O investigador Robert Chambers defende que, na evolução destes conceitos, houve variadas trocas de influências e inovações. As abordagens e métodos da PRA (*Participatory Rural Appraisal*) inspiraram-se em disciplinas como a reflexão-ação, a educação popular, a pesquisa participativa e pesquisa de ação participativa, a investigação em sistemas rurais ou a antropologia social. Este autor defende a existência de cinco correntes de pensamento paralelas e complementares à PRA que estiveram na sua base (Chambers, 1992, pp. 6-15):

1) *Activist participatory research* que tem a sua base no trabalho de Paulo Freire e o seu livro *Pedagogia dos Oprimidos* (1968), defendendo o desenvolvimento da conscientização dos indivíduos, confiança e empoderamento nas suas ações, com prática associada ao movimento de educação de adultos na América Latina. Deste tipo de pesquisa, participativa, há a reter para a PRA:

- a) As populações pobres são criativas e capazes, devendo fazer a sua própria investigação, análise e planeamento;
- b) Os agentes externos têm como função serem mediadores e facilitadores;
- c) Os mais fracos devem ser empoderados.

⁹ Embora mais em termos teóricos que práticos, segundo autores como Chambers (1992) e (2007).

2) *Agroecosystem analysis*: foi desenvolvido, a partir do ano 1978, na Tailândia, tendo-se alargado pelo sudeste asiático. Baseado no pensamento ecológico, esta abordagem combina análise de sistemas e suas propriedades com padrões de análise do espaço, tempo, flutuações e relações, valores relativos e decisões. Algumas das contribuições desta metodologia para o RRA e PRA foram:

- a) *Transects* (passeios sistemáticos de observação);
- b) Mapeamento informal (mapas esquemáticos desenhados no local);
- c) Realização de diagramas (calendários sazonais, diagramas de flutuações / fluxos e causais, gráficos de barras, diagramas de Venn ou ‘Chapati’);
- d) Ponderação e avaliação (*scoring* e *ranking* diferentes ações).

3) *Applied Anthropology*: o trabalho do antropólogo social impulsionou o profissional do desenvolvimento a apreciar melhor a riqueza e a validade do conhecimento das comunidades rurais. A PRA representa uma extensão e aplicação dos conhecimentos, abordagens e métodos da antropologia social, tendo-se fertilizado mutuamente. Algumas das contribuições da antropologia aplicada para o PRA foram:

- a) Flexibilidade das aproximações de campo: trabalho de campo como uma arte flexível e não enquanto uma ciência rígida;
- b) O valor da observação participante e da conversação;
- c) A importância das atitudes, comportamentos e comunicação;
- d) Distinção entre *etic* e *emic*¹⁰;
- e) Reconhecimento do conhecimento indígena como algo válido (saberes técnicos).

4) *Field research on farming systems*: o trabalho de campo em contexto agrícola, também contribuiu para uma melhor apreciação e perceção da:

- a) Complexidade, diversidade e propensão para o risco de muitos sistemas agrícolas;
- b) Conhecimento, profissionalismo e racionalidade dos pequenos agricultores pobres;
- c) Sua mentalidade e comportamento experimental;
- d) Sua capacidade para conduzir as próprias análises.

¹⁰ “(...) the *etic* – the outsider’s mental frame, categories and world view, and the *emic* – those of the insider.” (Chambers, 1992, p. 7)

5) *Rapid Rural Appraisal* (RRA): nos anos 80, o RRA ganhou uma aceitação crescente¹¹ uma vez que, através deste método, se obtém uma maior variedade, qualidade e aprofundamento da informação. Esta seria uma forma dos pesquisadores aprenderem e reunirem informação, numa perspetiva menos exploradora, embora se possa continuar a considerar a prática de RRA não participativo – aquela genericamente utilizada – como extrativa.

Em meados de 1980, entra a expressão ‘participativo’ no vocabulário do RRA. Ainda que muitos dos métodos associados ao PRA (*Participatory Rural Appraisal*) tenham vindo a ser explorados pontualmente antes deste período, é apenas nos anos 90 do século XX que se assume uma nova teoria e abordagem. Chambers (1992) apresenta as principais diferenças entre RRA e PRA, mas sublinha que há um contínuo entre ambas as abordagens. Seriam seis as ‘descobertas’ realizadas pelo PRA¹²:

- 1) Os habitantes locais têm conhecimentos, capacidades e aptidões que devem ser valorizadas (não devemos subestimar as suas capacidades);
- 2) Importância de se estabelecer, desde o início do processo, uma comunicação descontraída, essencial para a participação;
- 3) Realização de diagramas partilhados – informação partilhada com confirmações pelo grupo;
- 4) Realização de sequências de métodos participativos;
- 5) Formação dos investigadores, orientando a sua estadia no terreno;
- 6) Importância de partilhar na comunidade e divulgar o PRA, com o objetivo de aprendizagem mútua.

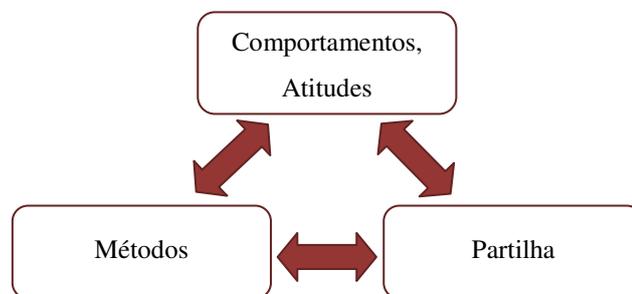
¹¹ O RRA, com suas abordagens e métodos começou a despontar no final da década de 1970, devido a três fatores: desequilíbrios associados ao desenvolvimento do turismo rural; desilusão com os processos normais de questionários e os seus resultados; e busca de métodos de aprendizagem mais eficientes economicamente (*cost-effective*).

¹² Segundo expressão do autor – *discoveries* –, embora creiamos serem adaptações de práticas noutras áreas científicas, não obstante, de importância e a sublinhar.

O poder desta abordagem baseia-se na sua capacidade de inversão das categorias *etic* para *emic*, o que se reflete em alterações nas modalidades de atuação: dos questionários fechados às entrevistas semi-estruturadas e conversas, das conversas individuais aos debates em grupo, da transferência da informação verbalmente à sua transmissão por meios visuais, da contabilização à comparação. O objetivo do PRA será “less to gather data, and much more to start a process. The initiative is passed to ‘them’. The stick is handed over. The prime actors are the people. The outsider is less extractor, and more convenor and catalyst.” (idem, p. 36). Defende-se que as pessoas e comunidades em foco, ao serem tratadas com respeito e igualdade, são mais participativas, atingindo-se mais facilmente os objetivos da investigação:

“But it is common experience with both RRA and PRA that when the outsiders’ behavior and attitudes are right, and participatory methods used, good rapport usually comes quickly. This is through not rushing, through showing respect, through explaining who you are, answering questions, being honest, and being interested; and asking to be taught, being taught, and learning nillage tasks. (...) There is pride in what has been made, and pleasure in presenting it to others. So often PRA is fun.” (Chambers, 1992, pp. 37-38)

Esta corrente de pensamento está em constante evolução: de RRA para PRA e para PLA (*Participatory Learning and Action*). No século XXI, PRA e PLA difundiram-se, emprestaram e interpenetraram-se com outras abordagens. Estas desenvolveram-se e emergiram num novo ‘pluralismo criativo’, no qual as anteriores tradições sobreviveram mas os métodos se ampliaram e ajustaram. Muitos dos seus praticantes adotaram uma maior reflexão crítica, apostando igualmente na criatividade e na adaptação aos contextos, setores e necessidades particulares do caso em estudo. Esta reflexão crítica seguiu a prática no terreno e os princípios foram articulados com base na experiência de campo, refletida, a partir da qual três grupos de princípios podem ser distinguidos:



Esquema 2: Os principais componentes do PRA.
Adaptado de Chambers (2007, p. 8)

Quanto ao primeiro, ‘behaviours, attitudes and mindsets: precepts for action’, Chambers (2007, p. 19) recorda-nos a forma como se foi progressivamente mudando o papel do investigador, de mestre para facilitador e de controlador para mediador.

Quanto aos métodos¹³, muitas das práticas do PRA implicam análises visuais e tangíveis, tais como o mapeamento ou a criação de modelos, diagramas e contagens com sementes, pedras ou outros elementos locais. São normalmente atividades desenvolvidas com pequenos grupos. De destacar a forma como este tipo de ações permite o desenvolvimento de sinergias de grupo e de democracia no terreno, a representação de realidades e relações complexas, a utilização de instrumentos visuais e a obtenção de dados e estatísticas participativos (idem, p. 22). As sequências de métodos, por seu lado, são fundamentais no desenvolvimento do trabalho de campo, considerado como um processo de aprendizagem flexível:

“The power of such sequences is fourfold. First, the commitment of participants increases (...). Second, sequences triangulate, and reveal errors or omissions in earlier presentations. Third, the different activities interact cumulatively (...). Fourth, all concerned learn through the process, through people sharing what they know, through observation and through analysis. In such ways as these, participatory methods fit well with a flexible learning process approach.” (Chambers, 1992, p. 21)

A última componente apontada remete para a partilha – ‘*sharing without boundaries*’ –, o pluralismo e a diversidade, assumindo-se, neste sentido, que a diversidade metodológica incentiva a criatividade. Do conhecimento acumulado por diversos estudos, concluiu-se que se obteria maior proveito defendendo a conservação de um mínimo de princípios e, paralelamente, permitindo e encorajando práticas e comportamentos que empoderem através da criatividade:

¹³ Já em trabalho anterior (Chambers, 1992) o autor tinha referido que, no que diz respeito às atitudes, conceitos e práticas de investigação utilizados, seria de destacar a importância das seguintes estratégias: *Do-it-yourself* (observação participante); Informantes-chave; Diferentes grupos de informantes; Habitantes locais enquanto investigadores; Critérios estabelecidos pela própria comunidade; *Brainstorming*; Utilização de fontes secundárias; Entrevistas semi-estruturadas; Questionários curtos e simples; Cadeias de entrevistas; Definição de questões-chave; Histórias, retratos, estudos de caso; Cronologias; Etnobiografias; Mapeamento participativo; Análise participativa de fotografias aéreas; Passeio sistemático com recolha da informação observada (*transect walks*); Realização de diagramas participativos; Planeamento, orçamento e monitorização participativos; Diagramas de estações; Análise de tendências; Análise de subsistência; Análise de desigualdades; Ranking de qualidade de vida; *Scoring and ranking*; Estimativas e quantificações; Contactos entre grupos; Apresentação e análise; Elaboração dos relatórios de uma só vez.

“So with participatory methodologies, and especially PRA/PLA, there are a few principles or percepts for behavior and attitudes for all (...), and then typically minimum empowering conditions or guidelines from a facilitator. After that the commitment of participants provides the energy for creative diversity. The practical challenge is often not to over-prescribe, with the danger of entering an inhibiting top-down zone of too many rules.” (idem, p. 24)

De notar um dos exemplos apresentados e que testemunha o papel da aprendizagem e do reconhecimento do erro na aplicação de estratégias participativas:

“The largest and heaviest manual in India in mid-1992 is that produced by Ravi Jayakaran of Krishi Gram Vikas Kendra. The reader opens it to find printed boldly on the first page: USE YOUR OWN BEST JUDGEMENT AT ALL TIMES
The other pages are all blank.
(...) It is not books of instructions, but personal commitment, critical awareness, and informed improvisation, which can best assure quality and creativity.” (Chambers, 1992, p. 40)

Robert Chambers (2007) considera que continuam a surgir novos paradigmas e novas áreas de ação. O pluralismo eclético tem a partilha, a improvisação e a criatividade, a aprendizagem refletiva e a responsabilidade pessoal como exemplos de boas práticas.

Ainda que o PRA, o RRA ou o PLA se refiram essencialmente a um contexto geográfico-cultural associado aos países em desenvolvimento e a comunidades desfavorecidas, focando problemáticas muito próprias – onde a cultura / património cultural raras vezes foram referidos – parece-nos que alguns destes métodos, teorias e preocupações são de aplicar num inventário participativo de patrimónios culturais.

1.2.3 Democracia participativa

Na vida pública e política também a participação é uma dimensão que cada vez mais vem sendo alvo de estudo e destaque. O papel da cidadania, dos movimentos e organizações de cidadãos é visto como decisivo para a criação de novas gramáticas sociais.

Os movimentos de democracia participativa e, nomeadamente, os orçamentos participativos são uma prática cada vez mais generalizada que questiona o modelo hegemónico de democracia, propondo alternativas e reinventando a participação social, “numa nova dinâmica, protagonizada por comunidades e grupos sociais subalternos em luta

contra a exclusão social e a trivialização da cidadania, mobilizados pela aspiração de contratos sociais mais inclusivos e de democracia de mais alta intensidade” (Santos B. S., 2002, p. 27).

No período posterior à Segunda Guerra Mundial e particularmente desde a década de 1970, que se detetam, dizem-nos Boaventura Sousa Santos e Leonardo Avritzer, “um conjunto de concepções alternativas que poderíamos denominar de contra-hegemónicas” (2002, p. 44), paralelas à constituição e afirmação da democracia representativa. Têm vindo, em crescendo, a consolidar-se “experiências de procedimentalismo participativo” (idem, p. 46) alternativas ao modelo vigente, sobretudo em países do Sul¹⁴.

Estes movimentos participativos permitiram ampliar a base da discussão democrática, recentrando “a questão da relação entre procedimento e participação societária” no debate democrático e acentuando a participação, o que “levou também a uma redefinição sobre a adequação da solução não participativa e burocrática a nível local, recolocando o problema da escala no interior do debate democrático” e levantando o “problema da relação entre representação e diversidade cultural e social” (idem, p. 47).

No conjunto de estudos sobre democracia participativa coordenados por Boaventura Sousa Santos intitulado *Reinventar a emancipação social: para novos manifestos*, e em particular no primeiro volume desta coleção, subordinado ao tema *Democratizar a Democracia, os caminhos da democracia participativa* (2003), verificamos que os casos de movimentos democráticos participativos estudados “se iniciam com uma tentativa de disputa pelo significado de determinadas práticas políticas, por uma tentativa de ampliação da

¹⁴ “A reinvenção da democracia participativa nos países do Sul está intimamente ligada a processos recentes de democratização pelos quais passaram estes países” (Santos & Avritzer, 2002, p. 48).

Como traço comum entre os vários processos estudados, verifica-se que

“os actores que implantaram as experiências de democracia participativa colocaram em questão uma identidade que lhes fora atribuída externamente por um Estado colonial ou por um Estado autoritário e discriminatório. Reivindicar direitos de moradia (Portugal), direitos a bens públicos distribuídos localmente (Brasil), direitos de participação e de reivindicação do reconhecimento da diferença (Colômbia, Índia, África do Sul e Moçambique), implica questionar uma gramática societária e estatal de exclusão e propor, em alternativa, uma outra mais inclusiva. O que está em causa nestes processos é a constituição de um ideal participativo e inclusivo como parte dos projectos de libertação do colonialismo – Índia, África do Sul e Moçambique – ou de democratização – Portugal, Brasil e Colômbia.” (idem, p. 50)

gramática social e de incorporação de novos actores ou de novos temas na política” (Santos & Avritzer, 2002, p. 49), tendo como elemento comum “a percepção da possibilidade de inovação entendida como participação ampliada de actores sociais de diversos tipos em processo de tomada de decisão” (idem, p. 51). Geralmente, “estes processos implicam a inclusão de temáticas até então ignoradas pelo sistema político, a redefinição de identidades e pertenças e o aumento da participação, nomeadamente a nível local.” (idem).

Santos e Avritzer (2002, p. 66) defendem três teses para a consolidação da democracia participativa, algo que, segundo eles, passa pela reafirmação da demodiversidade, pelo fortalecimento da articulação contra-hegemónica entre o local e o global e pela ampliação do experimentalismo democrático, com a ascensão de novas gramáticas sociais nas quais o formato de participação foi sendo adquirido experimentalmente. Assim, ao contestarem a pretensão de universalidade e exclusividade do cânone da democracia liberal, estes movimentos de democracia participativa e popular abrem portas à credibilização de concepções e práticas democráticas alternativas.

É de sublinhar a importância da participação e da cidadania na vida pública e política e o aumento dos estudos e da divulgação sobre estas alternativas participativas populares. A participação enquanto foco de interesse científico e prático é transversal a várias áreas de conhecimento.

1.3 Património cultural, memória coletiva e museologia social

1.3.1 Património e memórias, memórias e poder, poderes da museologia

Neste capítulo procuraremos analisar alguns autores da área das ciências sociais e humanas que abordam a memória social ou coletiva e a importância dos museus enquanto locais de preservação, apropriação e redefinição dessas memórias.

Maurice Halbwachs é um dos principais autores relativos ao estudo da memória dos grupos sociais¹⁵. O autor dá primazia ao social, numa perspectiva durkheimiana, considerando

¹⁵ Duas obras deste autor sobre o tema da memória que merecem destaque são *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, de 1925 e *Le Mémoire Collective*, de 1950.

que é na sociedade que estão os elementos que nos habilitam a reconstruir o passado. Segundo Halbwachs, a memória individual depende da memória coletiva. Contestando a existência de uma memória pura pois, defende, a memória individual não existe enquanto entidade separada do grupo, reforça a ideia de que é na sociedade que estão os elementos que nos habilitam a reconstruir o passado.

“Admettons cependant qu’il y ait, pour les souvenirs, deux manières de s’organiser (...). Il y aurait donc des mémoires individuelles et, si l’on veut, des mémoires collectives. (...) Si ces deux mémoires se pénètrent souvent, en particulier si la mémoire individuelle peut, pour confirmer tels de ses souvenirs, pour les préciser, et même pour combler quelques unes de ses lacunes, s’appuyer sur la mémoire collective, se replacer en elle, se confondre momentanément avec elle (...). La mémoire collective, d’autre part, enveloppe les mémoires individuelles, mais ne se confond pas avec elles.” (Halbwachs, 1950/1997, pp. 97-98)

«La part du social ou, si l’on veut, de l’historique dans notre mémoire de notre propre passé, est bien plus large que nous ne le pensions.» (idem, p. 119)

No entanto, cada indivíduo pertence a vários grupos sociais ou quadros sociais (família, bairro, comunidade fabril, partido político...) e a cada um deles corresponde uma memória coletiva, na qual o indivíduo também se integra. Esta memória é evocada pelos indivíduos que fazem parte do grupo onde ela se produziu, pelo que, sem grupo, não há memória. Desta forma, a memória coletiva é transmissível e serve de base para a partilha de marcadores culturais, de um esquema comum de significações, cujo sentido é atribuível através desses quadros sociais, servindo também de recurso à afirmação de uma identidade pessoal e grupal. Como Halbwachs refere,

“chaque homme est plongé en même temps ou successivement dans plusieurs groupes. Chaque groupe, d’ailleurs, se morcelle et se resserre, dans le temps et dans l’espace. C’est à l’intérieur de ces sociétés que se développent autant de mémoires collectives originales qui entretiennent pour quelques temps le souvenir d’événements qui n’ont d’importance que pour elles, mais qui intéressent d’autant plus leur membres qu’ils sont peu nombreux.” (1950/1997, p. 129)

Quando falamos de memória social referimo-nos a uma memória contínua (idem, p. 131), com um traçado espaço-temporal delimitado (idem, p. 137), sendo esse espaço físico e social – esse quadro mental – uma condição para a existência da memória coletiva.

Segundo Paul Connerton, estudioso dos processos de memória social, a teoria de Halbwachs falha ao não explicitar de que forma estas memórias são transmitidas, pois,

“para dizermos que um grupo social, cuja duração é capaz de “recordar” em conjunto não basta que os vários membros que compõem esse grupo, num dado momento, sejam capazes de reter as representações mentais que dizem respeito ao passado do grupo. É necessário também que os membros mais velhos do grupo não negligenciem a transmissão dessas representações aos membros mais jovens.” (Connerton, 1989/1999, p. 42)

Para Connerton, “estudar a formação social da memória é estudar os atos de transferência que tornam possível recordar em conjunto” (idem: 44). É nesta perspetiva que este autor vai falar de memórias performativas – cerimónias comemorativas – e de práticas corporais, incorporadas ou inscritas no corpo. É por esta memória social corporal, transmitida através de performances rituais assentes na repetição, incorporada e, em última instância, tornada memória-hábito, que é possível recordar em conjunto; esta memória é tanto mais preservada quanto mais inculcada estiver no corpo.

“Tanto as cerimónias comemorativas como as práticas corporais contêm, portanto, um certo grau de segurança contra o processo de questionamento cumulativo que todas as práticas discursivas acarretam. Esta é a fonte da sua importância e persistência como sistemas mnemónicos. Todos os grupos confiam, por isso, aos automatismos corporais os valores e as categorias que querem à viva força conservar. Eles saberão como o passado pode ser bem conservado na memória por uma memória habitual sedimentada no corpo.” (idem, p. 117)

Por seu lado, Fentress e Wickham (1992) também criticam o conceito de memória coletiva de Halbwachs, que consideram demasiado determinista, concebendo o indivíduo como “uma espécie de autómato”, adotando, antes, o de memória social. A transmissão desta é um processo de evolução e mudança, complexo e flexível. Estes autores defendem que a base de reprodução e afirmação da identidade é organizada com recurso à memória, reelaborada:

“A memória desempenha um imenso papel social. Diz-nos quem somos, integrando o nosso presente no nosso passado e dando assim fundamento a todos os aspectos daquilo a que os historiadores chamam hoje as *mentalités*. Para muitos grupos, isso significa voltar a montar o puzzle: inventar um passado adequado ao presente ou, do mesmo modo, um presente adequado ao passado. Preservamos o passado à custa de o descontextualizar e de, em parte o esborratar. (...) a ressequenciação, descontextualização e supressão da memória social de modo a dar-lhe novo significado é um processo social e, além disso, um processo cuja história é por vezes recuperável.” (Fentress & Wickham, 1992, p. 242. A itálico no original)

Llorenç Prats (1997/2004) alerta-nos para o facto de o património cultural ser uma construção social, ou seja, não existir como facto adquirido, sendo um artifício idealizado por alguém ou no decurso de algum processo coletivo, num dado lugar e momento, para determinados fins. Tal implica, necessariamente, que o património pode ser “historicamente cambiante” (Prats, 1997/2004, p. 20).

Para este autor, os conceitos de *construção social do património* – de acordo com a ideia de ‘universos simbólicos legitimados’, numa perspetiva de processos inconscientes e impessoais de legitimação, de Berger e Luckman¹⁶ – e *invenção do património*, de Hobsbawm (1983) – numa perspetiva de processos pessoais e conscientes de manipulação – são úteis para compreender os processos de construção patrimonial. Estes não são conceitos antagónicos, pois “la invención, para arraigar y perpetuarse, necesitará «convertirse» en construcción social, es decir, alcanzar un mínimo nivel de *consenso*” (Prats, 1997/2004, p. 21. A itálico no original).

Para Prats, a “decisión de promover una activación patrimonial (...) es siempre una decisión política” (1997/2004, pp. 32, nota de rodapé 14), sendo algo que devemos admitir e assumir¹⁷. No entanto, este património só tem eficácia simbólica se contextualizado e se criador de consensos identitários. O património tem a capacidade de representar simbolicamente uma identidade e é este carácter eminentemente simbólico e representativo que explica porque se mobilizam tantos recursos para o conservar e o expor (idem, p. 22). O património é também, nesta linha, um terreno de conflitos identitários (idem, p. 38).

Se determinado bem cultural é patrimonializado por ser reconhecido como importante na identidade de um grupo, tal implica que ele é recordado como algo de significativo no passado e para a definição do presente dessa comunidade. Como Lowenthal refere, “Remembering the past is crucial for our sense of identity; (...) to know what we were confirms what we are. Self-continuity depends wholly on memory (...) memory forms identity” (1985/2006, pp. 197-198)

¹⁶ Berger, P. & Luckmann, T. (1983) *apud* Prats, L. (1997/2004)

¹⁷ Neste enquadramento, parece-nos que a expressão ‘política’ pode ser entendida numa visão mais global e socialmente ativa do termo.

Por outro lado, a “memória – voluntária ou involuntária, individual ou coletiva – é, como se sabe, sempre seletiva.” (Chagas, 2002, p. 36). Sempre que nos ‘lembramos’ de algo, de outro tanto nos esquecemos. O processo de memorização e rememoração implica sempre uma seleção, sob o risco de nos tornarmos um Funes, o memorioso (relembrando o célebre personagem do conto de Jorge Luís Borges¹⁸).

Os museus, enquanto locais de preservação e rememoração, são paralelamente instituições onde a memória é reinventada e reapropriada, apresentando discursos sobre a realidade. Daí a necessidade de assumir a relação entre museus e poder – político e não só. Exemplos disso são os museus nacionais, particularmente ao longo do século XIX, que se afirmaram como espaços de apresentação de ícones e reprodução de um discurso oficial de construção da nação.

Assumir o poder dos museus permite-nos também um novo fôlego na análise das amnésias coletivas (Santos M. S., 2002), nas lembranças e esquecimentos, na seleção dos bens culturais que integram o espólio do museu bem como dos discursos museológicos utilizados para os enquadrar.

“Trabalhar nesta perspetiva (do poder da memória) implica afirmar o papel dos museus como agências capazes de servir e de instrumentalizar indivíduos e grupos para o melhor equacionamento de seu acervo de problemas. O museu que adota este caminho não está interessado apenas em ampliar o acesso aos bens culturais acumulados, mas, sobretudo, em socializar a própria produção de bens, serviços e informações culturais. O compromisso, neste caso, não é com o ter, acumular e preservar tesouros, e sim com o ser espaço de relação, capaz de estimular novas produções e abrir-se para a convivência com as diversidades culturais.

Operando com objetos herdados ou construídos, materiais ou não-materiais, os museus trabalham sempre com o já feito e já realizado, sem que isso seja, pelo menos em tese, obstáculo para a conexão com o presente. Essa assertiva é válida tanto para os museus de arte contemporânea, quanto para os ecomuseus envolvidos com processos de desenvolvimento comunitário. (Chagas, 2002, pp. 55-56)

Neste sentido, recorda-nos Bruno (1996), pensando a salvaguarda e comunicação dos indicadores de memória como os dois grandes blocos aos quais as atividades museais básicas vinculadas à coleta, conservação, documentação, armazenamento, exposição, ação sociocultural e avaliação em museus estão relacionados – e considerando a museologia como a área de conhecimento específica para viabilizar a comunicação destes indicadores de

¹⁸ “Tinha aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, entretanto, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos.” (Borges, 2001, p. 545)

memória –, as instituições museológicas têm a capacidade de resgatar dos indicadores da memória os seus diversos sentidos e significados e instituir-lhes novos arranjos e apropriações culturais.

“Os processos de musealização, vistos como o eixo central da construção desta área de conhecimento, por um lado, contribuem para a seleção, triagem, organização e conservação da documentalidade, testemunhalidade e autenticidade impressas nos objetos musealizados. Por outro lado, constroem novos valores e significados para estes objetos, por meio da elaboração de exposições e ação educativo-cultural.” (Bruno, 1996, p.23)

O desafio está em não usar este poder de forma autoritária e destrutiva, apostando nesse potencial para permitir que a sociedade pense sobre si, reflita e construa a ‘ação e a vida’, com a memória do passado reapropriada e reconstruída no presente, pensando e edificando o futuro.

1.3.2 Património cultural e museologia

São diversas as perspetivas, épocas e razões apresentadas para o nascimento do conceito de Património e de Museus. Procuraremos seguidamente expor esta relação entre património cultural e museologia na sua génese.

Pensando os “motivos pelos quais o património foi decidido”¹⁹, Cardoso (2010) defende, na sua estrutura do valor patrimonial, a existência de oito categorias atendendo a

¹⁹ O autor organiza as suas categorias de acordo com os motivos geradores desses valores patrimoniais:
“1. O valor dos *objectos* e dos *usos* como recurso energético, alimentar, informacional, de acumulação / acréscimo de “riqueza, de “poder”, quer a nível individual ou colectivo (...);
2. O valor dos *objectos* e dos *usos* como instrumento de comunicação com o além, com o inacessível, com o futuro ou com o invisível (...);
3. O valor dos *objectos* e dos *usos* como sinalizadores da habilidade ou da genialidade humana, individual ou colectiva (...);
4. O valor dos *objectos* e dos *usos* em si mesmos, por serem desconhecidos e diferentes (...);
5. O valor dos *objectos* e dos *usos* pela relação de analogia que estabelecem entre si (...);
6. O valor dos *objectos* e dos *usos* como recurso de conhecimento (...);
7. O valor dos *objectos* e dos *usos* como construtores e sinalizadores de uma identidade individual ou colectiva (...);
8. O valor dos *objectos* e dos *usos* como prova de uma afirmação ou classificação *a priori*.”
(Cardoso, 2010, pp. 5-7)

fundamentos diferentes, da origem bio-socio-cultural, associada à prática do colecionismo, aos símbolos de ostentação de classes sociais dominantes como a Nobreza e a Burguesia.

O património é tradicionalmente considerado como o conjunto de bens deixados por herança de pais para filhos. Este conceito vai-se ampliando, sobretudo do século XVIII em diante. Com a Revolução Francesa, e apesar das destruições várias levadas a cabo nessa época, inaugura-se um novo estágio de preocupação com a preservação e restauro do monumento histórico²⁰, com dever de preservar o património para o legar às gerações futuras a ser assumido pelo Estado-nação, sendo concebidas uma série de instituições para o efeito com legislação associada e processos metodológicos novos que permitissem a gestão destes bens.

“Com efeito, a invenção da conservação do monumento histórico com o seu aparelho jurídico e técnico, quase sempre atribuída à monarquia de Julho, foi antecipada pelas instâncias revolucionárias: os seus decretos e as suas «instruções» prefiguram, na forma e no conteúdo, a atitude e os procedimentos afinados durante os anos de 1830 por Vitet, Mérimée e a primeira Comissão dos Monumentos Históricos”. (Choay, 1992/2008, p. 103)

No que diz respeito à instituição museológica propriamente dita, alguns autores situam a sua origem no século III a.C., apontando a Biblioteca de Alexandria, enquanto centro de cultura e artes, como primeira instituição do tipo. Etimologicamente, museu deriva do termo grego *mouseion*, que significa ‘lugar dedicado às Musas’, as deusas protetoras da poesia, das ciências e das artes.

É apenas no final da Idade Média e em particular nos séculos XVI e XVII que o conceito de património histórico se começa a desenvolver, com um alargamento do campo temporal²¹, estendendo-se espacialmente²² e integrando igualmente as antiguidades nacionais, nomeadamente a arquitetura religiosa. Com o Iluminismo, caracterizado pelo seu projeto filosófico e político de democratização do saber, foram criados os primeiros museus de Arte (Choay, 1992/2008, p. 87). No entanto, durante estes séculos, o museu mantém-se essencialmente na esfera do privado.

²⁰ Chastel (1990) assinala que “la notion de patrimoine et la nécessité d'en tenir compte mûrissent rapidement à travers les soubresauts de l'époque révolutionnaire”.

²¹ Com a descoberta e escavação de estações arqueológicas.

²² Com as expedições ao Médio Oriente, Egito e Sudão.

Ainda no século XVII, em 1683, é inaugurado aquele que seria o primeiro museu a abrir as suas portas ao público: o Ashmolean Museum, em Oxford. Com esta atitude, este museu rompeu os estereótipos de admissão e quebrou as barreiras de género e classe próprias do museu privado. Oitenta anos mais tarde, em 1753, é aberto o Museu Britânico, efetivamente o “primeiro museu público, secular e nacional do mundo ocidental” (Santos & Chagas, 2007, p. 14). Ainda assim, é apenas durante a última época renascentista que os parâmetros do museu se ampliam para incluir conotações de claro carácter público.

A Revolução Francesa, a par da sua importância no que diz respeito ao alargamento e institucionalização do conceito de património histórico e práticas associadas, teve um grande impacto no desenvolvimento da instituição museológica. Como Luís Alonso Fernández indica, esta Revolução, devido ao seu perfil ideológico e social, “terminó por consagrar en la práctica la teoría de que el arte era creación del pueblo y, en consecuencia, su disfrute no podía ser privilegio de una clase social potentada.” (Férrandez, 1999, p. 13).

No século XIX e até meados do século XX assiste-se ao alargamento do conceito de património e à consagração do monumento histórico e do património urbano histórico, associados também à criação e afirmação das identidades nacionais.

Ao mesmo tempo, também nessa época se observa uma consolidação da noção de museu: desenvolvem-se as bases da museologia e das técnicas museográficas com o propósito de ordenar, expor e interpretar os objetos guardados. Pela primeira vez é utilizado o termo Museologia, por Philip Leopold Martin, em 1869, quando publica *Praxis der Naturgeschichte* (‘Prática da História Natural’), definindo a Museologia como a exposição e preservação de espécies naturais. O termo Museografia tinha surgido em 1727, no tratado *Museographia oder Anleitung zum rechten Begriff und nützlicher Anlegung der Museorum, oder Raritätenkammer* (‘Museografia ou instruções para o correto entendimento e interpretação dos museus ou gabinetes do mundo’), de Caspar Friedrich Neickel, onde o autor se referia à Museografia como o conhecimento relacionado os museus e a sua criação.

Judite Primo afirma que “Desde a Revolução Industrial europeia, no século XIX, que a angústia da perda dos objetos representativos do passado se fez sentir e com isso constata-se

a tentativa de conservação das referências de um certo passado.” (2007, p. 54)²³. Esta preocupação com o património ultrapassou a simples salvaguarda e preservação do património e monumentos históricos para institucionalizar a sua musealização, enquanto espaços de apropriação e reapropriação de signos, que funcionem “como representações rituais e simbólicas de práticas colectivas comuns, que promovem a criação e uma realidade palpável por oposição a outras comunidades.” (idem, p. 55).

No século XIX observa-se a constituição de importantes coleções, tanto qualitativa quanto quantitativamente, impulsionadas por representantes políticos de vários países, que têm como objetivo a sua exposição em espaços adequados para que possam ser contempladas pelo público e serem acessíveis a todos os cidadãos. Como Myriam Sepúlveda dos Santos e Mário Chagas referem, “uma das grandes novidades dos museus modernos foi a abertura de suas coleções, que antes se destinavam apenas a uma aristocracia ilustrada, a grandes parcelas da população. A democracia foi instalada por meio da participação popular e de políticas públicas” (2007, p. 15).

1.3.3 Novas abordagens: advento de uma museologia social

Já em meados do século XX, a Segunda Guerra Mundial aparece como um marco essencial na mudança de paradigma filosófico e de atuação, sobretudo na Europa. No pós-Guerra, foram vários os acontecimentos que se sucederam que estiveram em estreita articulação com as mudanças ocorridas nos museus. Judite Primo destaca, quando contextualiza historicamente os documentos fundadores de uma mudança na museologia, que esta época é, no contexto mundial,

“o momento em que se iniciam a generalidade dos processos de descolonização, a realização da Conferência de Bandung dos Países não Alinhados em 1955, reforço do

²³ O advento da era industrial contribuiu para privilegiar os valores associados aos monumentos históricos, uma vez que esta nova era impunha um corte intransponível entre o antes e o depois da industrialização: “Enquanto processo irremediável, a industrialização do mundo contribuiu, por um lado, para generalizar e acelerar as legislações de protecção do monumento histórico e, por outro, para fazer do restauro uma disciplina autónoma, solidária com os progressos da história de arte.” (Choay, 1992/2008, p. 137), “A consagração do monumento histórico surge assim directamente ligada à chegada da era industrial, tanto na Grã-Bretanha como em França.” (idem, p. 146). Por outro lado, o património urbano histórico surge como categoria no final do século XIX, impondo-se “na contracorrente do processo de urbanização dominante” (idem, p. 193).

movimento Comunista na China, nos Países do Leste Europeu e em Cuba, o processo de modernização da indústria na Europa, do desenvolvimento das organizações sindicais e, do reforço das ditaduras na América Latina.

O entendimento do Património Cultural em geral reflecte as sequelas do pós-guerra.” (Primo, 1999, pp. 17-18)

Após a destruição veio a retoma e a reconstrução, necessariamente ligada a um esforço de entendimento e reconfiguração das estruturas e instituições existentes. A esta crítica institucional junta-se o alargamento do conceito de património²⁴, fundamental para o desenvolvimento do campo disciplinar da Museologia (Santos P. A., 2009, p. 48). O que é entendido como património sofre transformações significativas nesta época histórica:

“as mudanças epistemológicas nos diferentes campos das ciências humanas²⁵ que contribuíram para a valorização dos objectos da vida quotidiana em detrimento do objecto exótico, monumental, grandes feitos... Esse novo olhar sobre a vida social interfere na noção que se tinha de património como algo monumental – noção herdada e assumida desde a Revolução Francesa – e passa a ser entendido também como um elemento que caracteriza e identifica um determinado grupo social.” (Primo, 2007, p. 56)

Em 1946 dá-se a criação do ICOM – Conselho Internacional dos Museus, integrado na UNESCO, abrindo-se uma nova fase de afirmação da museologia, com um alargamento dos debates sobre questões estruturais e funcionais dos museus e um enfoque na profissionalização.

Das Conferências e Seminários Internacionais realizados na segunda metade do século XX, destacamos o Seminário Regional Internacional dos Museus, a 9ª Conferência Geral do ICOM, a Mesa Redonda de Santiago do Chile, o I Atelier Internacional da Nova Museologia, a Declaração de Oaxtepec e a Declaração de Caracas. Pela sua importância, passamos a desenvolver cada um dos pontos anteriores. Em 1958, teve lugar o Seminário Regional Internacional dos Museus, organizado pela UNESCO no Rio de Janeiro, seminário

²⁴ Visível através das legislações internacionais adotadas no seio da UNESCO: em 1972, é assinada a *Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural*, que tem como objetivo proteger os “bens do património cultural e natural [que] se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elementos do património mundial da humanidade no seu todo.”; nesta apenas são assinalados patrimónios físicos. Em 1989 é aprovada a *Recomendação para a Salvaguarda Cultural Tradicional e Popular* e, em 2003 e 2005 são adotadas em Paris, respetivamente, a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* e a *Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, assumindo-se uma visão muito mais englobante e vivificante do Património Cultural.

²⁵ Nomeadamente a afirmação da história oral, bem como a valorização de outros métodos da História e da Antropologia.

no qual se considerou fundamental incutir um caráter didático à exposição, com uma visível preocupação no que diz respeito à comunicação com o público, e apostar na formação de profissionais na área da Museologia e dos museus. O museu é aqui encarado como um espaço adequado à educação formal – “a educação no museu ainda é vista como uma extensão da escola” (Primo, 1999, p. 18). Posteriormente, em 1971, celebra-se em Grenoble e Paris, a 9ª Conferência Geral do ICOM dedicada ao tema: “O museu ao serviço do Homem, hoje e amanhã”, considerada por autores como Van Mensch (1992) o ponto de viragem no entendimento da museologia. Um ano depois, em 1972²⁶, na Mesa Redonda de Santiago do Chile, reunião interdisciplinar e fundamental no desenvolvimento de novas práticas museológicas, defende-se o desenvolvimento de um ‘museu integral’. O museu é agora visto como uma instituição que deve ter em conta as mudanças e necessidades da contemporaneidade, atuando como um agente de educação, de mudança social e de desenvolvimento: defende-se a função social dos museus, a 2ª revolução, segundo Peter van Mensch (1992). O termo Museu Integral é cunhado nesta Mesa Redonda, que define este ‘novo tipo de museu’ como aquele onde sujeitos, coleções e exposições estão interligados entre si e com o contexto social e natural. Já na década de 80, em 1984, no Quebeque, tem lugar o I Atelier Internacional da Nova Museologia, onde se reafirma a função social do museu, tendo surgido, a partir deste encontro, o Movimento Internacional para a Nova Museologia – MINOM²⁷. Neste Encontro, defende-se o alargamento das ações museológicas a práticas mais vastas, ligadas à interação com o ser humano e o território, através da aposta na interdisciplinaridade. Também em 1984, é proclamada a Declaração de Oaxtepec, no México, onde a preservação *in situ* é sublinhada e a salvaguarda é vista como um ato de cidadania. Para que tal aconteça, é necessário que o indivíduo-cidadão conheça a realidade, pelo que a educação é fundamental para a participação plena e consciente (como mais tarde foi defendido também em Caracas). Em Oaxtepec foi “considerada indissolúvel a relação: **território- património- comunidade**; e propõe que a museologia, seja ela a Nova ou Tradicional, leve o homem a confrontar-se com a realidade (...). Para tanto é necessário o

²⁶ É ainda nesse ano que se dá a inauguração do museu de Le Creusot-Montceau Les Mines, em Borgonha.

²⁷ Foi proposta a criação de um ‘comité internacional “Ecomuseus/Museus comunitários” no quadro do ICOM’ e de uma ‘federação internacional da nova museologia’; em consequência, no ano seguinte, em Lisboa, no II Encontro Internacional é criado oficialmente o MINOM – Movimento Internacional para a Nova Museologia, primeiramente afastado do ICOM, o qual acabou por integrar, como instituição afiliada, dois anos mais tarde (Primo, 1999, p. 12). Inicialmente, este Movimento foi presidido por Pierre Mayrand.

diálogo e participação comunitária” (Primo, 1999, p. 13. A negrito no original). Por fim, já no final do século, celebra-se na Venezuela a Declaração de Caracas, em 1992, onde se reforçam as ideias e os valores defendidos anteriormente, com vista a uma museologia socialmente engajada.

A Nova Museologia²⁸ tem como principal objetivo o desenvolvimento comunitário, participativo, integral e sustentável²⁹. Tal implicou uma rutura com a Museologia dita tradicional, centrada no objeto museal, passando o enfoque museológico das coleções para a comunidade, promovendo uma visão interdisciplinar da vida da comunidade e a participação das populações no trabalho museológico. O museu é visto enquanto um sujeito ativo, um instrumento de ação e de reflexão. Paula Assunção dos Santos resume assim os postulados da Nova Museologia:

- “- Strength community’s identity and sense of ownership of its territory and heritage;
- Raise community’s awareness of itself and its conditions of existence;
- Stimulate creativity and self-confidence;
- Favour cultural exchanges inside the community and between the community and the outside.” (2009, p. 110)

Como acima exposto, é sobretudo após os anos 1960 que o pensar museológico se expande, impulsionado pelas conquistas noutras áreas da vida social, abrangendo novas, dinâmicas e criativas formas de museus. Nos últimos 40 anos, têm sido avançadas várias propostas de reformulação e desdobramento do conceito de Nova Museologia, com a adoção de termos como Ecomuseologia, Museologia Comunitária, Museologia Informal, Museologia

²⁸ A expressão ‘Nova Museologia’ já tinha sido utilizada, em 1958, pelos norteamericanos Mills e Grove, que a cunham no livro *The modern museum and the community*, de De Borghgyi; posteriormente, nos anos 80, e na linha do discutido na Mesa Redonda de Santiago do Chile e na, em breve concretizada, Declaração do Quebec, defendendo-se a função social do museu, Desvallées publica “Nouvelle muséologie” na *Encyclopaedia Universalis*; há um terceiro momento em que é utilizada esta expressão, no Reino Unido, com a publicação de *The New Museology*, coordenado por Vergo, onde se reavaliava o papel educativo e social do museu no período pós-guerra. É a expressão cunhada pelo francês que se afirma neste contexto da nova museologia social apresentado. O termo foi monopolizado por duas organizações relacionadas: a Association Museologie Nouvelle et Experimentation Sociale (MNES), fundada em 1982 em França, e o Movimento Internacional para a Nova Museologia (MINOM).

²⁹ “In this way, museology’s discourse presents community development as integral (i.e. takes into consideration all aspects of communities’ lives, which are interdependent), endogenous (i.e. rooted inside the communities’ realities, making use of communities resources) and sustainable (i.e. must preserve resources for future generations and is to be regarded in the long-term).” (Santos P. A., 2009, p. 190)

Social e Sociomuseologia. Independentemente dos termos usados, o desenvolvimento comunitário, participado e ativo é o fio condutor destas diferentes ações³⁰. Observa-se o florescimento de processos museais que têm

“como objetivo principal, a partir das reflexões sobre o património cultural, a compreensão da nossa identidade cultural em seu rico processo de construção e reconstrução, compreendendo-a como o suporte essencial para o nosso desenvolvimento social e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida. Compreendemos que a qualidade implica participação, conquista, busca da autogestão, da democracia e da liberdade. A musealização é processada na prática social” (Santos M. C., 2008, p. 102)

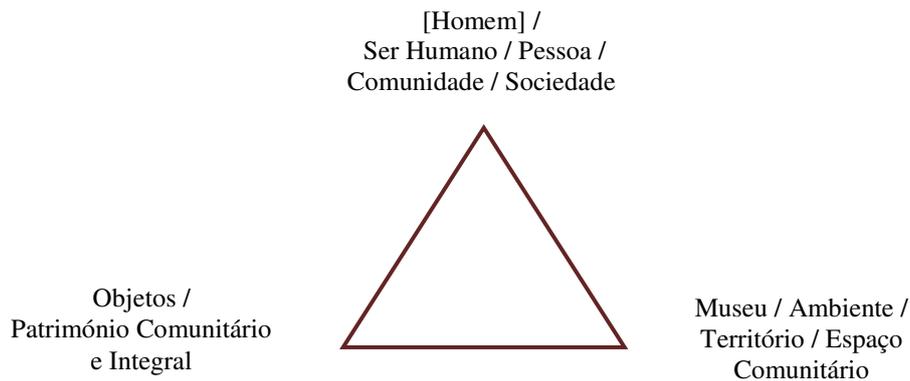
Salienta-se a relação triangular matricial que envolve território, património e comunidade e que nos faz recordar a proposição defendida por Waldisa Rússio Guarnieri, nas décadas de 1960-80. Esta museóloga paulista defende uma abordagem ao conceito de museologia onde a interdisciplinaridade surge como essencial e cujo objetivo final é o desenvolvimento sociocultural. O seu trabalho foi essencial na afirmação da museologia enquanto ciência, através da sua aplicação e da sua militância mas também devido à aposta em formações qualificantes para os trabalhadores dos museus e museólogos. Para Maria Célia Santos (2008, p. 27), W. Rússio representa um marco na museologia, devido às suas lutas e conquistas nos seguintes domínios:

- O museu construído com a participação do cidadão;
- A Museologia além do cenário do museu;
- Fato museal – “a relação entre o homem e o objecto”;
- Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e Museologia;
- Entusiasmo e amizade;
- Intercâmbio entre os profissionais de museus da América Latina e entre os cursos de Museologia do País.

Waldisa Rússio defende que o objeto de estudo da museologia é o facto museal e, este, parte do estabelecimento de relações entre o indivíduo e o objeto no espaço museológico.

³⁰ Para um aprofundamento dos conceitos veja-se, nomeadamente, Mário Moutinho (1993, 2001 e 2007) ou o resumo de Paula A. Santos (2009, pp. 114-115).

“Esta relação entre indivíduo e objecto (património – objecto, ideia, criação, signo) que constitui o facto “museal” ou facto museológico, se estabelece no recinto institucionalizado do museu. (...) O museu tem sempre como objecto de estudo o objecto/património e o indivíduo e seu ambiente, o indivíduo e sua história, o indivíduo e suas ideias e aspirações. Na verdade, o indivíduo e a vida são sempre a verdadeira base do museu e que faz com que o método a ser utilizado em Museologia seja essencialmente interdisciplinar, posto que o estudo do homem, da natureza e da vida, depende do domínio de conhecimento científico muito diverso.” (Rússio, s/d)



Esquema 3: Triângulo matricial da Museologia. Adaptado de Rússio (s/d) e Bruno (1996)

Também nesta senda, Cristina Bruno (1996) refere a utilização dos indicadores de memória, musealizados através de ações de salvaguarda e comunicação, numa perspetiva alargada de objeto museológico. Esta autora considera, no seguimento de Waldisa Rússio, o conceito de facto museal como a relação triangular entre o ser humano e um objeto em um cenário, mas toma o conceito alargado de Património Integral. De acordo com os novos processos de musealização, este objeto museológico não se refere apenas ao espólio do museu mas antes às referências patrimoniais de uma comunidade, conforme são definidas pelos membros dessa comunidade; o cenário não é mais o museu mas antes o(s) território(s) no qual se encontram os seres humanos – comunidade, população – considerados nesta sua relação; da mesma forma, lembrando que os “objetos retêm as informações referentes aos sistemas sócio-culturais onde estão inseridos.” (Bruno, 1996, p. 22), há que atentar para o facto de que a alteração (ou o aprofundamento, a especificação) do sujeito terá repercussões nos patrimónios

bem como nos territórios em análise, uma vez que as memórias coletivas em foco também se alteram³¹.

Do ponto de vista do processo museológico, foram várias as implicações do Movimento da Nova Museologia para as ações de pesquisa, preservação e comunicação, através da ênfase no diálogo, inclusão, participação e comunicação. Maria Célia Santos destaca a forma como os processos de museologia ativa contribuíram para uma ampliação do conceito de património e, conseqüentemente, de objeto museológico e de museu – englobando novas categorias de museus cujas ações museológicas se “realizam em um território, com uma população” e onde o património é visto “como a relação do homem com o meio, ou seja, na sua totalidade material, imaterial, natural e cultural, em suas dimensões de tempo e espaço.” (2008, p. 94). O processo museológico, como ação interativa, é enriquecido na dinâmica do processo social, permitindo a produção do conhecimento, a qualificação da cultura e a musealização desse conhecimento.

O museu é percebido e apresentado como, efetivamente, ‘uma instituição ao serviço da comunidade’. Ao definir Museologia Social no 1º número da revista *Cadernos de Sociomuseologia*, Mário Moutinho afirma que:

“O alargamento da noção de património, e a conseqüente redefinição do objecto museológico”, a ideia da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, a museologia como factor de desenvolvimento, as questões de interdisciplinaridade, a utilização das “novas tecnologias” de informação e a museografia como meio autónomo de comunicação são exemplo das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas” (1993, pp. 6. Reforçado em Moutinho, 1996)

O mesmo autor (Moutinho, 1996) fala-nos da importância da museologia informal, como uma forma de “museologia do quotidiano” sendo uma “componente essencial da própria mudança” da museologia em Portugal. Esta museologia informal, resultado de “uma sociedade mais democrática, de um associativismo mais livre, de um municipalismo mais consciente de um novo modelo de desenvolvimento que favoriza a descentralização e conseqüente valorização dos recursos locais – humanos e naturais”, está enquadrada “no conceito mais amplo de museologia social, o qual traduz uma parte considerável do esforço de

³¹ Numa perspetiva *toblerónica* quase infinitamente desdobrável. Sobre esta questão das várias faces do sujeito, concretamente no que diz respeito ao género, cf. (Rechena, 2010).

adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (idem).

Em 2007 defende-se, no 12º Atelier Internacional do MINOM, uma *Definição evolutiva de Sociomuseologia*³². Nesta reforça-se a “abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida” (Moutinho, 2007, p. 1). Neste curto texto, Mário Moutinho – e o Movimento Internacional para a Nova Museologia – consegue clarificar, atualizar mas também apresentar novos desafios, os desafios do século XXI, que incluem debates sobre participação, igualdade de género, redes sociais, globalização e esfera global como foco, entre outros. A Sociomuseologia é aqui vista como uma área com uma abordagem multidisciplinar onde a interdisciplinaridade é característica central³³, que “assenta a sua intervenção social no património cultural e natural, tangível e intangível da humanidade, reconhecendo a hibridação, sobreposição, coexistência de múltiplas culturas/identidades num mesmo território e de vários territórios sociais articulando-se ou não num mesmo território espacial.” (idem).

A importância e necessidade de valorização do património cultural e natural; as questões do desenvolvimento – humano, sustentável, sustentado, pleno – como basilares; o reconhecimento da mudança social³⁴; o pensar o museu como uma entidade prestadora de serviços³⁵; bem como a formação dos recursos humanos, com desenvolvimento de novos modelos de formação para diferentes perfis profissionais, como algo indispensável ao desenvolvimento da Museologia, são os destaques deste documento. A Sociomuseologia, ao orientar os seus conhecimentos e práticas para o desenvolvimento da humanidade,

³² Num jogo de palavras com a *Definição evolutiva de ecomuseu* de Georges-Henri Rivière.

³³ “O que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza dos seus pressupostos e dos seus objectivos, como acontece em outras áreas do conhecimento, mas a interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita.” (Moutinho, 2007)

³⁴ Há o reconhecimento que a mudança faz parte da percepção e do trabalho museológico, pelo que o sociomuseólogo deve ser capaz de atuar neste mundo em constante mudança, procurando alternativas de ação numa sociedade não cristalizada, onde o património não é um conceito estanque.

³⁵ Museologia como uma ciência associada à área de conhecimento SSME (Ciência de Serviços, Gestão e Engenharia). “Esta área propõe-se reunir e articular de forma consistente os trabalhos em curso no domínio da informática, das ciências sociais e cognitivas e das ciências jurídicas de modo a desenvolver as competências requeridas por uma economia orientada e assente cada vez mais na produção e uso de serviços.” (Moutinho, 2007, p. 2). Esta definição opõe-se de alguma forma à tradicionalmente adotada, nomeadamente pelo ICOM, segundo a qual o museu é uma “instituição sem fins lucrativos”, embora nos pareça que, desta forma, poderá estar, com as devidas ressalvas, mais “ao serviço da sociedade”.

“assume-se como uma nova área disciplinar que resulta da articulação entre as demais áreas do saber que contribuem para o processo museológico contemporâneo. Entre o paradigma do Museu ao serviço das colecções e o paradigma do Museu ao serviço da comunidade está o lugar da Sociomuseologia.” (idem)

Paula Santos elenca no 29º volume dos *Cadernos de Sociomuseologia* (2009, pp. 114-115) os pontos que caracterizam a museologia social. Assim, enquanto local de desenvolvimento comunitário, o museu deve³⁶:

- Atuar como um banco de dados de todos os elementos do património e conhecimentos que possam ser usados para o desenvolvimento, atuando como uma fonte de memória coletiva;
- Proteger o património, no sentido de proteger os recursos locais;
- Valorizar os recursos locais, em especial os saberes tradicionais;
- Capacitar, através da formação de recursos humanos para o museu e estimulando inovações no domínio do saber técnico-profissional;
- Promover a região e organizar o espaço / território;
- Ser um suporte para a educação escolar formal;
- Colaborar com outras instituições ou indivíduos que desenvolvam projetos similares.

1.3.4 O paradigma participativo na sociomuseologia

Para Maria Célia Santos (2008), o paradigma participativo na construção e reconstrução dos processos museais é uma das mais importantes conquistas da atualidade. A autora defende que “a acção participativa é uma das características mais importantes da contemporaneidade”, contemporaneidade essa que “tem sido marcada por processos sociais ricos, no sentido de reconhecer a diversidade, o respeito à diferença e, sobretudo, por um forte

³⁶ A autora condensou estes conceitos a partir Lopes, César Lino & Moreira, Fernando João (1986) *Museus, cidades, lutas e gentes*. *Antítese*, Almada, 5; Moutinho, Mário (1989) *Museus e Sociedade*. Museu Etnológico de Monte Redondo: *Cadernos do Património*, 5; Resoluções para o 2º Atelier Internacional (em Moutinho, 1989) e brochura do Museu de Monte Redondo.

apelo para que exerçamos a nossa cidadania com a consciência de que podemos ser sujeitos da história.” (2008, p. 101).

Sublinha-se a importância da participação ativa das comunidades, conhecedoras da sua história e meio envolvente, no funcionamento deste ‘novo’ museu, mais aberto e dialógico:

El funcionamiento del nuevo museo está basado en la participación activa de los miembros de la comunidad. (...) Este tipo de trabajo museístico está basado en el diálogo entre el museólogo y los miembros de la comunidad. Éstos no serán ya más considerados como objetos de estudio, ni como receptores pasivos del mensaje del museólogo, sino como sujetos que son expertos en las cuestiones concernientes a su propia historia y entorno.” (Férrandez, 1999, p. 108)

Também Hugues de Varine, no artigo *Património e Educação Popular*, considera que para conseguir um efetivo desenvolvimento, sustentável, é essencial a “participação ativa e criativa das comunidades locais.” (Varine, 2002, p. 1). A utilização do património cultural na educação popular³⁷ é fundamental, devendo para tal socorrer-se dos meios disponíveis no próprio território, quer ao nível das estruturas existentes, quer dos recursos humanos, dos saberes, dos bens materiais ou imateriais. Este “conjunto de meios próprios da comunidade constituem seu **patrimônio**, no sentido amplo do termo: natural e cultural, material e humano” (idem, p. 6. A negrito no original). O património vai permitir à população de um território atingir quatro objetivos base da educação popular, “os mais úteis ao desenvolvimento participativo da comunidade e do território.” (idem). São eles:

- “- a formação da consciência de sua identidade, de seu território e de sua comunidade humana de pertencimento,
- a aquisição de confiança em si (auto-estima) e nos outros, condição da participação e da cooperação ao serviço do desenvolvimentos,
- o despertar da capacidade de iniciativa e de criatividade, para que passe de consumidor e assistido a empreendedor e promotor,
- o domínio da expressão e das ferramentas de negociação, permitindo uma intervenção eficaz na esfera pública.” (idem)

De acordo com o conceito de museu comunitário defendido por Hugues de Varine (2005), o património cultural, material ou imaterial, é visto como um capital coletivo da

³⁷ Termo considerado por oposição à “educação bancária”, conforme vista por Paulo Freire.

comunidade, vivo, evolutivo e em permanente criação, cuja comunidade é a detentora do saber e produtora do património.

A “chave da revolução comunitária” é o que este autor designa por *tempo social*, ou seja, a “parte da vida que é consagrada a uma actividade de ordem comunitária, onde o interesse pessoal, material, físico ou moral, não é nem predominante, nem determinante.” (Varine, 1987, p. 66)³⁸. Este tempo social caracteriza-se por ser um tempo escolhido, onde cada indivíduo poderá “privilegiar tal ou tal nível da responsabilidade educativa ao centro da célula familiar ao engajamento político nacional, passando por tal atividade associativa (...)” (idem, p. 67).

“Mas, sobretudo, o papel social de um indivíduo – portanto, o tempo social que este indivíduo lhe consagrará – depende de seu grau de conscientização, naturalmente no sentido que entende Paulo Freire, quer dizer a capacidade de exercer conscientemente o poder de seu presente e de seu futuro, de não ser mais objeto, mas sujeito de seu desenvolvimento e da sua condição de homem.” (idem, p. 69)

Sendo o tempo social um tempo interrelacional e dialógico, H. de Varine remata afirmando que:

“O tempo social é um tempo de liberdade. E aquele da criação cultural. Se, para uma elite, criação cultural significa produção de carácter estético ligada posteriormente a um património, para a massa de homens e de mulheres de todos os tempos, ela é o domínio de uma vida quotidiana orientada para o futuro, conquista sempre necessária e sempre recomeçada, obra coletiva.” (idem, p. 72)

É esta ‘cultura viva’ que pode ser despertada e valorizada no contexto de uma museologia social, ativando pressupostos emancipadores e produtores de cidadania. Para tal, considera-se imprescindível a participação das comunidades locais nos vários vetores do processo museológico, nomeadamente na função do inventário, pois assim será possível desenvolver comunidades de prática³⁹, numa visão de museu realmente ao serviço da comunidade e do seu desenvolvimento.

³⁸ Varine defende ainda a existência de dois outros universos temporais: 1) *o tempo biológico*, útil à vida física, onde “o indivíduo está pura e simplesmente ao serviço de si mesmo, com as opressões sofridas da parte do meio ambiente natural, familiar e social” (Varine, 1987, p. 66); e 2) *o tempo imposto*, que depende da classe social e “é consagrado a ações impostas ao mesmo tempo por necessidades biológicas (...), por interesse colectivo (...) e pelas necessidades e material correspondentes” (idem, p. 67).

³⁹ E. Wenger (2006) define, de forma resumida, comunidades de prática como: “groups of people who share a concern or a passion for something they do and learn how to do it better as they interact regularly”, com três características essenciais: um domínio de interesse partilhado (“the definition of the area of shared inquiry and of

A frase-mote na definição de museu avançada no *website* do Instituto Brasileiro de Museus é particularmente interessante, sobretudo considerando advir de uma instituição estatal, bebendo também dos conceitos inovadores de uma museologia social e perspetivando uma abertura concetual que se pode alargar a outros paradigmas da contemporaneidade:

“Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose.” (IBRAM, s/d a)

Este novo museu é uma instituição comunicante e dialética, um museu-processo, um museu-ação, um ato político e um instrumento de educação, afirmação, pertença e cidadania. São museus pensados como um percurso e não como fim, entidades prestadoras de serviços, instituições atentas aos câmbios que se observam na sociedade, quer ao nível dos públicos, quer pensando na sociedade como um todo.

São, resumindo, museus sociais, comunitários, informais, críticos, que buscam o desenvolvimento sustentável e sustentado, integral e integrado da comunidade onde se inserem e da sociedade global.

Alguns autores defendem a existência de “tantos métodos quanto forem os lugares” (Varine, 2002, p. 7) nas ações participativas, pelo que as metodologias devem ser adaptadas à realidade em estudo. Assim, no que diz respeito às estratégias a utilizar no terreno, as possibilidades multiplicam-se pelo contexto social, histórico e territorial em causa, bem como pela capacidade criativa e dinâmica associada ao próprio processo participativo.

As diferentes ações museológicas podem ser perspetivadas, neste sentido, como oportunidades para desenvolver atividades em interação e cooperação com a população local. Varine refere exemplos como as exposições e inventários participativos, as caminhadas de descobertas ou as trocas de saberes e memórias como potenciais estratégias de ação participativa.

the key issues”), uma comunidade (“the relationships among members and the sense of belonging”) e uma prática (“Members of a community of practice are practitioners. They develop a shared repertoire of resources: experiences, stories, tools, ways of addressing recurring problems - in short a shared practice. This takes time and sustained interaction.”).

Maria Célia Santos defende que existem várias estratégias que podemos desenvolver no emprego dos processos museológicos⁴⁰; estas devem-se apoiar nas experiências museológicas passadas para incrementar criativamente outras, através de estratégias adaptadas aos territórios e problemáticas em causa: “é necessário registrar que os caminhos percorridos são mais diversos, pois a realidade social é multidimensional, assim como processos museais contemporâneos não estão dissociados das experiências passadas, pois estão em relação e, conseqüentemente, em permanente reconstrução” (Santos M. C., 2008, p. 102).

Estas estratégias tanto podem ser aplicadas numa “museologia com ênfase no objeto-coleção”, quer na “museologia com ênfase na relação homem-patrimônio global”. Considerando a segunda, passamos a citar algumas das estratégias utilizadas nos projetos desenvolvidos por Santos que nos parecem particularmente interessantes quando comparadas com as aplicadas no terreno que se apresenta como caso de estudo desta dissertação. São elas:

- “- Promover a participação dos cidadãos-beneficiários, realizando reuniões para definição da missão e dos objectivos a serem alcançados.
- Delimitar um território tanto em seus aspectos geofísicos como nos aspectos culturais.
- Constituir grupos de trabalho buscando a definição de temas e problemas e das estratégias a serem utilizadas, a partir da reflexão sobre o patrimônio cultural local, de acordo com o interesse e a iniciativa do grupo.
- Promover uma constante ação de comunicação entre os técnicos e os cidadãos-beneficiários. (...)
- Promover a apropriação e a reapropriação do patrimônio cultural, por meio das ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação, tornando possível ao cidadão, desde a sua formação, considerá-lo como um referencial para o exercício da cidadania. (...)
- Utilizar o patrimônio cultural como referencial para a realização de atividades pedagógicas, buscando a melhoria da qualidade do ensino.
- Potencializar os recursos educativos da comunidade, realizando o intercambio necessário entre o ensino formal e o não formal, um alimentando o outro.
- Aplicar as ações museológicas considerando como ponto de partida a prática social e não somente as coleções.
- Promover a participação dos moradores locais nas atividades a serem desenvolvidas, contribuindo para a construção do conhecimento a partir das suas histórias de vida, qualificando-as como parte do patrimônio cultural.
- Promover a formação de acervos, considerando o conjunto de bens dinâmicos em transformação numa comunidade.

⁴⁰ “a ação educativa dos museus não pode ser reduzida a uma metodologia, com a aplicação de determinadas técnicas. (...) A sua riqueza está nas escolhas que fazemos dos métodos e técnicas, em interação com os nossos pares e com os muitos sujeitos sociais envolvidos com os projectos, tendo como referencial as nossas concepções de museologia, de museu e de educação, buscando, a cada momento, a flexibilidade necessária no sentido de adaptá-los aos diferentes contextos e patrimônios. Assim, com a nossa criatividade, estamos contribuindo para a construção de novos métodos e técnicas, que só terão sentido se forem contextualizados e se levarem em consideração a unidade e a diversidade do ser humano. (Santos M. C., 2007, pp. 14-15)

- Processar a classificação e o registro dos dados coletados de acordo com as características das diversas realidades que estão sendo musealizadas por meio da ação interativa entre os técnicos e os “cidadãos-beneficiários”.
- Elaborar os instrumentos a serem utilizados na ação documental, de acordo com as características do acervo a ser musealizado, envolvendo os participantes na confecção e aplicação da ação documental.
- Promover a formação de atitudes preservacionistas a partir da aplicação das ações de conservação no cotidiano das pessoas.
- Planejar e executar exposições, musealizando o conhecimento produzido em interação com os cidadãos-beneficiários. (...)
- Sistematizar os dados coletados, a partir das ações desenvolvidas nos diversos projectos, realizando um trabalho contínuo de ação-reflexão.” (idem, pp. 110-111)

Outros autores, como Marec e Delarge (s/d), propõem processos concretos de participação que possibilitam uma dinâmica que tem em conta o ponto de vista dessas pessoas, através de metodologias que abarcam inquéritos e discussões de grupos e integração da comunidade na produção dos documentos e do discurso museológico, numa ‘definição participativa de ecomuseu’⁴¹.

Nesta temática dos paradigmas participativos em museologia, gostaríamos de sublinhar a forma como, em Portugal, os encontros promovidos pelo MINOM têm sido, desde o seu início – como demonstram as citações seguintes –, fóruns de debate e partilha de ideias e experiências, nomeadamente no que à participação diz respeito. Assim, na mesa de trabalho intitulada ‘Museu e Participação das Populações’ nas *I Jornadas sobre a Função Social do Museu*, no final da década de 1980, defenderam-se três pontos essenciais:

“1- Participação na decisão.

O nascimento de um museu deveria partir da questão: que museu para esta comunidade? Em que património se revê? Vários factores levam a que, na maior parte dos casos, o museu parta ou de uma colecção preexistente ou de um património pré-seleccionado. Mesmo face a estas situações é fundamental debater o caminho que a população pretende para o seu museu. Nestas situações desempenha um papel fulcral a

2- Investigação participativa.

Cabe à comunidade participar na recolha, inventariação, conservação e investigação do seu património. Através da dinamização de grupos de trabalho e da formação contínua tem sido possível, um pouco por todo o lado, atingir objectivos que deixaram de ter como fim exclusivo e último, o enriquecimento e o alargamento das colecções, mas sim a pesquisa participada e o envolvimento da comunidade ao nível do desenvolvimento individual e colectivo.

3- Participação na gestão.

⁴¹ Título do artigo em causa: *Définition participative d’un ecomusée* (Marec & Delarge, s/d).

É consequência das perspectivas atrás apontadas. Através de formas a encontrar para cada comunidade, entendemos que a gestão deva ser coordenada por agentes da população cuja responsabilidade deve ser assegurada através de um leque amplo que tente eliminar os riscos de apropriação e utilização do poder por parte de sectores determinados da comunidade.” (Camacho, 1988, pp. 19-21)

Também nas Conclusões do 2º Grupo de Trabalho: ‘Uma Museologia Participativa, O Uso Social dos Museus’ nas *III Jornadas da Função Social do Museu*, se reforçou o envolvimento da comunidade como fator essencial num processo museológico que se quer vivo e democrático:

- “- Podemos concluir que não existem caminhos ideais, nem receitas, nem soluções prévias;
- Cada experiência museológica é singular – mas não isolada – como o são o meio, as vivências e os problemas;
- É um trabalho de campo que está em constante mutação, como está a própria comunidade;
- Numa perspectiva de museologia participativa, a comunidade deve ver o museu sempre como uma coisa sua;
- O uso social do museu implica a inexistência de um “fora” e de um “dentro”, concebendo a região como um todo que participa na sua constante recriação;
- A conservação da identidade não pode ser um sinónimo de paragem no tempo, de modo a manter-se igual, mas pelo contrário, o que interessa é a salvaguarda de uma unidade coerente através de todas as mudanças que o ritmo acelerado da ciência e da tecnologia vem introduzindo na sociedade contemporânea.” (ICOM-ICR-MINOM, 1990)

O princípio da participação⁴² é, portanto, fundamental na conceção da sociomuseologia e nas orientações do presente trabalho.

1.4 Inventário participativo

1.4.1 O inventário participativo como metodologia de ação

O trabalho numa instituição museológica resulta de uma série de vetores interligados, uma engrenagem processual que permite ao museu, do tradicional ao vanguardista, embora com metodologias diferentes, cumprir a sua função. Os indicadores de memória são musealizados tomando em consideração uma ‘cadeia operatória’ da museologia que implica a

⁴² Considerado como “el derecho de todo ser humano a participar en los procesos de identificación, construcción y definición de los conceptos, dimensiones y significados de la realidad histórica y cultural de un determinado colectivo, a través del museo y con vistas al desarrollo local, es decir, a participar activamente en el proceso moderno de patrimonialización.” (Querol, 2011, p. 314)

apropriação, proteção, intervenção e devolução, numa articulação entre salvaguarda e comunicação que contribui para a gestão da memória e do património. Desta forma, os processos de musealização permitem a:

- Identificação – pela comunidade, por cientistas, por artistas, ou outros – de um facto museal;
- Seleção – perceção e identificação – o mais alargada e menos elitista possível;
- Valorização, anterior e, sobretudo, posterior à entrada no universo museológico;
- Interpretação constante da referência patrimonial musealizada;
- Divulgação como pressuposto do processo museológico (Bruno, 1996).

Nesta sequência, e não descurando a importância de outros vetores, gostaríamos de destacar o inventário enquanto eixo fundamental da prática da cultura patrimonial. A ação museológica de inventariação é definida, no Artigo 19º da Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, como “o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação”.

Através do inventário é possível incluir novas coleções no museu bem como reestruturar as que já fazem parte do seu espólio. No entanto, não consideramos que se esgotem aqui as suas potencialidades.

Há duas componentes fundamentais nesta função museológica: o circuito de inventário: “el trayecto que los bienes culturales recorren desde su lugar de origen y a lo largo del proceso de patrimonialización, hasta asumir plenamente su estatus museológico” (Querol, 2009, p. 115) e o inventariante.

Na segunda metade do século XX, como já foi anteriormente referido⁴³, verifica-se um alargamento do conceito de património e, conseqüentemente, de objeto museológico. De acordo com a definição mais abrangente de património cultural, este é visto como um elemento vivo, vivificante e integral, englobando a língua, a música, a dança, o saber-fazer e outras atividades da cultura viva de cada comunidade nas suas diferentes visões de conceber a

⁴³ Capítulo 1.3.2 da presente dissertação.

vida, substanciados, em 2003, pela definição promulgada na *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*⁴⁴:

“Entende-se por “património cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.” (UNESCO, 2003)

No entanto, há que lembrar que este conceito de património não é novo para os profissionais da museologia social, que procuram, nas suas exposições, não apenas mostrar os objetos mas fazê-los reverter como signos e testemunhos, explicitando as histórias e os contextos por detrás deles: os patrimónios imateriais associados àqueles bens culturais materiais. Nomeadamente, nos países ocidentais,

“there is a long and venerable tradition of ethnological and anthropological and folkloristic field research, based on interviews, participant observation, questionnaires, and focus groups, and this can yield exactly the sort of answers we are looking for: that is to say, it can tell us what it is that communities, groups, and individuals recognize as their cultural heritage. In other words, what is it in their own practices and expressions that people feel ties their present lives to their past? How do they value these practices and expressions? And what role do they see for interventions designed to safeguard these? Such research will yield inventories that reflect real priorities – not just of governments or of experts, but of the communities, groups, and individuals in our societies; inventories that conform to the spirit and to the letter of the convention; inventories that are created through a democratic, participatory process, which at the same time guarantees an influx of scholarly expertise. It is also the basis for successful safeguarding operations” (Hafstein, 2007, p. 9).

Também esta referência é feita por João Leal, quanto a outras ciências sociais e humanas como a Antropologia, quando afirma que

“a antropologia portuguesa nasce e se desenvolve historicamente em torno da tematização *avant la lettre* do património cultural imaterial. O que eu quero dizer é que, embora o conceito não existisse, estavam lá as áreas que ele abarca. E poria a questão antes do mais, de modo radical: se é possível hoje falar com toda a naturalidade de património cultural imaterial, isso deve-se à antropologia e à etnografia, não apenas em Portugal mas em muitos outros países na Europa e no Mundo. Foi no âmbito destas disciplinas que se

⁴⁴ Este instrumento permitiu formalizar o alargamento do conceito de património para além da materialidade do bem cultural. A Convenção foi assinada em 2003, entrou em vigor em 2006 e Portugal ratificou-a a 26 de março de 2008.

construiu historicamente um campo disciplinar onde tradições orais, artes do espectáculo, rituais, práticas sociais, conhecimentos, mitologia, “saberes fazer” técnicos – que então não se chamavam assim – se constituíram como campos fundamentais de “identificação, documentação, pesquisa, preservação, protecção, promoção, valorização”.” (Leal, 2009, p. 290. A itálico no original)

Apesar das alterações no conceito de património cultural, o inventário, consequência sobretudo das metodologias extrativas e pouco dialógicas a ele associadas, é ainda visto como uma ferramenta característica de uma ‘velha’ museologia. Para mais, na museologia tradicional, inventaria-se sobretudo o património histórico-artístico, enquanto na sociomuseologia se defende a assunção do património cultural numa perspetiva integral.

Noutra ótica, num processo de inventariação renovado a comunidade é vista não apenas como informante mas também como inventariante, numa perspetiva de participação, aprendizagem mútua, co-inventariação e co-responsabilização. Este processo de inventariação pode – e deve, na nossa opinião – ser realizado em colaboração com as comunidades, pois são elas que poderão reconhecer esses patrimónios como seus, seleccioná-los, preservá-los e favorecer a sua divulgação e manutenção (ou, antagonicamente, contribui para a sua destruição). Um processo de inventário onde participem as comunidades detentoras desse património favorecerá a educação patrimonial junto dos próprios produtores locais; também nessa medida, o inventário pode ser visto como um processo de democratização.

“Evidentemente, en este caso, el inventario – como práctica museológica que es – además de concentrarse en el estudio del PCI local, ya no deberá pasar silenciosamente de largo respecto las prácticas originales, los procesos y las técnicas, que dan lugar, entre otras cosas, a los objetos de los que los museos son responsables. Por otro lado, esta es, a su vez, una de las formas que el museo tiene de proceder a la “democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade” (*Lei Quadro dos Museus Portugueses*: Capítulo I, Artículo 3º, punto 1-b)” (Querol, 2009, p. 118)

O reconhecimento do Património Cultural Imaterial enquanto categoria, consubstanciada na *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, de 2003, foi um passo fundamental para esta democratização e afirmação do saber e importância das comunidades, grupos e indivíduos a quem esse património é referente e da sua participação no processo de inventário dos ativos patrimoniais.

A participação auferir à ação museológica de inventariar uma perspectiva envolvente e inclusiva.

Adotamos, para efeitos da dissertação, a definição de Inventário Participativo aventada por Lorena Sancho Querol na sua tese de doutoramento:

“Defino el concepto de **Inventario Participativo**, como una variante democrática del inventario, consistente en **la intervención de personas y comunidades en la identificación y documentación de sus recursos culturales, lo que incluye su reconocimiento como elementos de identidad local y personal, es decir, como Patrimonio Cultural.**” (Querol, 2011, pp. 319-320. A negrito no original)

Este inventário democrático pode ser aplicado, ainda de acordo com a autora suprarreferenciada (Querol, 2011, p. 324), tendo em conta seis formulações chave:

- 1) Conhecer a comunidade: identificar a comunidade procedendo a um estudo das suas características, evolução histórica e atividades estruturantes
- 2) Identificar os bens: proceder a uma identificação dos bens mais representativos e à sua documentação, focalizando o processo até à sua salvaguarda, em função das suas características, especificidades e evolução sociocultural, e do perfil, interesses e possibilidades de desenvolvimento sustentável das pessoas, coletivos e comunidades.
- 3) Programar o inventário com a comunidade: preparar cada uma das fases do processo de inventário integrando ativamente a comunidade para que esta os interiorize, podendo participar no processo de salvaguarda.
- 4) Coordenar com outras iniciativas: definir medidas de política de salvaguarda a partir de um processo de reflexão coletiva, articulando cada um dos objetivos com as políticas públicas de educação, meio ambiente, saúde e desenvolvimento socioeconómico, facilitando a sua salvaguarda através da educação patrimonial.
- 5) Salvaguardar a partir da comunidade: aplicar medidas definidas com vista à proteção ativa e à continuidade histórica dos valores saberes, métodos e manifestações associados aos bens inventariados, numa ótica de desenvolvimento e respeito pelo território, suas gentes e culturas.

- 6) Evitar a mercantilização exterior da cultura local: favorecer o exercício dos direitos e benefícios que correspondem aos verdadeiros autores/as e protagonistas dos bens seleccionados, com o objetivo de facilitar a reapropriação dos diferentes valores e conhecimentos a eles associados, assim como o seu respetivo desenvolvimento económico.

Querol considera que, ao se colocar o Inventário Participativo como base de um processo de patrimonialização e de desenvolvimento local, inicia-se, concomitantemente, um triplo caminho que não deve ser depreciado:

- “- Por un lado un proceso progresivo de **educación patrimonial** basado en el reconocimiento de la capacidad de gestión, de valorización y de resignificación de la comunidad con respecto a las especificidades culturales y naturales que definen la identidad local;
- En segundo lugar, y teniendo en cuenta que la sistematización de la información relacionada con el Inventario Participativo conlleva un **proceso de auto-reflexión individual y colectiva**, el hecho de que este redundará en un mejor conocimiento y valoración de las manifestaciones culturales por parte de la propia comunidad con lo que, como nos recuerdan las personas consultadas, al mismo tiempo estaremos alimentando el **empoderamiento** del colectivo al reforzar su identidad cultural;
- En tercer lugar, y al devolver el conocimiento que resulta del Inventario Participativo a sus creadores/as y practicantes para, a partir de ahí, dar continuidad al proceso de desarrollo social, cultural y económico que de ello debe resultar, estaremos creando las condiciones apropiadas para el ejercicio de una **salvaguarda activa** y consciente por parte de la propia comunidad.” (Querol, 2011, pp. 321-322. A negrito no original)

1.4.2 Exemplos de projetos de inventário participativo

Apresentamos, agora, alguns exemplos de execução de projetos de Inventário Participativo, em Portugal e no Brasil.

O Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, em Santa Cruz, Rio de Janeiro, é uma das instituições onde se desenvolve um projeto de inventário participativo (IP) do património cultural. Odalice Priosti, museóloga responsável pelo projeto afirma que:

- “Si l’enseignant doit respecter la dignité, l’autonomie, l’identité en construction de celui qui apprend, on doit accepter que l’IP devra respecter les connaissances, les compétences et l’expérience d’usage de la communauté considérée. Considéré une remise en cause critique de la pratique qui a orienté les inventaires jusqu’à présent, l’IP de Santa Cruz propose un travail conjoint où la communauté participera activement à une évaluation du patrimoine

actuel, en identifiant ce qu'est ce patrimoine, et quels éléments elle veut garder ou transformer.” (2003a)

Assim, através deste processo de participação comunitária, permite-se a renovação da ação sociocultural desenvolvida pela comunidade e uma revitalização das discussões em torno do património, sua apropriação e sua gestão no quadro do ecomuseu.

O IP é uma estratégia através da qual a comunidade vai recriar o património herdado, pelo seu testemunho e a sua vida, permitindo desta forma a reapropriação e revitalização deste património:

“L’IP veut marquer le moment fondamental de la réflexion critique de la communauté santacruzienne sur la pratique du patrimoine. C’est à elle d’apercevoir l’affirmation consciente de son rôle dans la création et la recréation de nouveaux patrimoines, de nouveaux usages de ceux-ci pour le développement local.” (...)

“l’IP (“Inventaire Participatif”) veut entamer un processus de discussion communautaire autour du patrimoine, de son usage actuel et des choix à faire pour le transmettre et le faire servir aux futures générations.

Le débat entre la réalité concrète et la reconnaissance des ressources patrimoniales de la société peut déclencher un nouveau cycle d’appropriation et de revitalisation du patrimoine, qu’il soit matériel, meuble ou immeuble, ou encore immatériel.

Le choix de l’approche par l’IP entraîne un processus pédagogique d’écoute qui respecte l’avis de la communauté et l’identification du patrimoine par elle-même, c’est donc un projet élargi de démocratie participative.” (Priosti, 2003)

Em termos de estratégias adotadas, este IP teve na sua base a distribuição de questionários⁴⁵ à comunidade santacruzense. Através do preenchimento de 110 formulários, permitiu-se proceder a “uma amostragem do que pensam os moradores, estudantes, professores e usuários comuns da área do Quarteirão do Matadouro sobre seu patrimônio coletivo e a responsabilidade de preservá-lo” (Ecomuseu do Quarteirão, 2004)⁴⁶. Depois da recolha de dados nos diversos núcleos de Santa Cruz⁴⁷, estes dados são analisados por professores da Escola de Museologia, Património e Turismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, o que resultará no “perfil da nossa comunidade e orientará nossos

⁴⁵ “Um questionário construído por membros do NOPH, do Ecomuseu e por representantes de diversos segmentos sociais de Santa Cruz, em reunião realizada da 10ª CRE em março de 2003 (Jornadas “Em dia com o Patrimônio”), é repassado aos membros da comunidade por pesquisadores voluntários do NOPH e do Ecomuseu. Após preenchido, o questionário é devolvido ao pesquisador que, por sua vez, repassa todo o material ao responsável pela guarda e conservação das fichas.” (Ecomuseu do Quarteirão, 2004)

⁴⁶ Realizaram-se igualmente questionários adaptados às faixas etárias mais jovens bem como fichas de coleta específicas para os comerciantes locais. (idem)

⁴⁷ Núcleo Gerador, Núcleo Residência da Fazenda de Santa Cruz, Núcleo Agrícola – Ponte dos Jesuítas, Núcleo Base Aérea de Santa Cruz, Núcleo Sepetiba e Núcleo Comunidades (idem). Por restrições de recursos a pesquisa por questionário só atingiu até aos núcleos 03 e 04.

próximos programas de ações patrimoniais para o desenvolvimento local.” (idem). A par dos inquéritos, outras formas de levantamento têm vindo a ser projetadas tais como

“rodas de lembranças, entrevistas com lideranças e pessoas comuns, exposições participativas (a comunidade participando desde a concepção), relatos e narrativas (memórias) publicadas no jornal Quarteirão, desfiles de moda com a temática do património local, samba- enredo de Escola de Samba Acadêmicos de Santa Cruz sobre o Património da comunidade, publicações em revistas e jornais, festivais e campanhas em prol da divulgação e preservação dos patrimônios , a Semana de Santa Cruz, projetos de educação patrimonial, feiras de saberes e sabores, feiras de artesanato, criação da ZOART (Cooperativa de artesãos), entre outros.”⁴⁸

Também no Brasil, em Viamão, a 20 km de Portalegre, foi desenvolvido entre 1998 e 1999, pela Secretaria Municipal da Cultura, um projeto de Inventário Participativo que, segundo os seus responsáveis:

“conseguiu ser mais do que simplesmente “participativo” ao trazer à tona o debate sobre quem (?), efetivamente, tem o direito de dizer, de indicar ou declarar, que tal bem, ou tais bens, possui ou possuem. Ou, se possuem, não de maneira tão relevante que possam vir a ser elevados à condição de “bens de interesse “sócio-cultural passíveis de proteção e preservação”, de inventariação ou tombamento.” (Ortiz, 2001, p. 1)

Procurou-se levantar junto da comunidade “o que deve ser preservado por sua importância cultural”, como Ortiz sublinha: “na ótica da população e não tão somente de técnicos do setor (os arquitetos, historiadores, antropólogos ...), pelas mãos de quem geralmente são realizados os inventários de bens culturais nos municípios” (idem). Nessa perspectiva, foi possível abranger, com o apoio da população, um conceito de património muito mais vasto do que o tradicional critério de monumentalidade ou tradição arquitetónica:

“a concepção de Inventário Participativo tem por trás de si o debate sobre o “direito de decidir o que é e o que não é possível de preservação e, portanto, merece todos os esforços do poder público para a sua valorização, difusão e preservação”, o que evidentemente deve ser de todos, questão esta colocada primeiramente pela Constituição Cidadã de 1988. E ainda uma outra, consequência natural desta participação ampla, desta abertura no direito de valorar os bens patrimoniais que é o evocamento de bens de natureza diversas, tangíveis e intangíveis, móveis e imóveis, documentais, memória de vidas, sítios arqueológicos, ecológicos e paisagísticos” (idem)

⁴⁸ Resultado de correspondência trocada com Odalice Priosti a 30 de julho de 2010.

O IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, através do projeto *Pontos de Memória*, tem vindo a desenvolver recentemente um conjunto de estratégias participativas.

O Programa Pontos de Memória teve inspiração e influência direta do Ministério da Cultura/MinC, que criou o *Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva)*. Da parceria entre a sociedade civil e o poder público nasceram os *Pontos de Cultura* inspirados no conceito de *do-in* antropológico, idealizado pelo então ministro Gilberto Gil (Chagas, et al., 2010, p. 245). Os Pontos de Memória são projetos e ações do Programa Pontos de Cultura voltados para a construção permanente da memória das comunidades e dos diversos grupos da sociedade civil.

“Os **Pontos de Memória** têm por concepção reconstruir e fortalecer a memória social e coletiva de comunidades, a partir do cidadão e de suas origens, histórias e valores. Com metodologia participativa e dialógica, trabalham a memória de forma viva e dinâmica, como ferramenta de transformação social.” (IBRAM, s/d, b, p.1. A negrito no original)

A partir da influência dos Pontos de Cultura, o IBRAM desenvolveu uma metodologia de ação própria para os Pontos de Memória que contribui com o desenvolvimento das práticas, favorecendo a troca de experiências, a qualificação, o intercâmbio em rede, além do apoio para a construção do inventário participativo do patrimônio comunitário. A metodologia perspectiva numa ação sustentável pelo que é fundamental que as iniciativas potencializem os saberes locais, por meio das ações museais, a fim de potenciar o desenvolvimento local (Chagas, et al., 2010, p. 246).

Das etapas propostas para o desenvolvimento dos Pontos de Memória em implementação consta o Inventário Participativo dos bens a integrar o Ponto de Memória, bem como outras estratégias metodológicas (Chagas, et al., 2010, p. 249):

- 1) Estratégias de Identificação e Sensibilização das Comunidades
- 2) Intercâmbio entre os Pontos de Memória (articulação em rede)
- 3) Formação das Instâncias Deliberativas
- 4) Oficinas de Qualificação
- 5) Elaboração de Plano de Ação (para desenvolvimento de Inventário Participativo e Produtos de Difusão)
- 6) Realização de Inventário Participativo

- 7) Desenvolvimento de Produto de Difusão
- 8) Ato inaugural do Ponto de Memória
- 9) Estratégias de Sustentabilidade

No âmbito do Inventário Participativo dos Pontos de Memória têm-se realizado, a título de exemplo, em Fortaleza, “Debates, qualificação em metodologias para realização de registro de história oral, rodas de memória, pesquisas, mapeamento das histórias, patrimônios, expressões culturais, documentos, saberes e fazeres locais estão entre as atividades” (IBRAM, 2012b) e, em Belém, Rodas de Memória temáticas, trabalhando-se “na identificação das memórias, histórias e características peculiares de Terra Firme, bem como no levantamento de fotografias, entrevistas, contos, lendas e objetos que poderão contar a história da comunidade”. (IBRAM, 2012a).

Em Portugal também estão a ser desenvolvidas algumas experiências baseadas nestes pressupostos. Concretamente, de destacar o projeto *Celebração da Cultura Costeira* como um exemplo, baseado nos pressupostos de participação e mobilização dos atores do terreno.

Este projeto foi desenvolvido entre os anos de 2007 e 2010 e desdobrou-se em ramificações, extensões experimentais e diversos caminhos de ação. Teve como promotor a Mútua dos Pescadores, é financiado pelo programa norueguês EEA-Grants e co-financiado pelo Município de Sines e envolveu variados parceiros, portugueses e estrangeiros, entre Municípios, Museus, Associações de Desenvolvimento ou Universidades⁴⁹.

De acordo com o exposto no portal do projeto⁵⁰, os ‘objetivos tangíveis’ do *Celebração da Cultura Costeira* seriam:

- “- Criar uma rede de inventariantes locais da cultura costeira com o fim de identificar elementos desta herança cultural;
- Sistematizar uma metodologia de formação que possa servir um perfil de inventariante com experiência e prática cultural e profissional diversificadas e que assegure o

⁴⁹ A parceria é composta por: Mútua dos Pescadores (Promotor), Câmara Municipal de Sines (Co-financiador), Associação Barcos do Norte, Museu Marítimo de Ílhavo, Associação para o Desenvolvimento de Peniche – ADEPE, Associação para a Defesa do Património de Mértola – ADPM, Cooperativa Porto de Abrigo, OP, Rede Portuguesa das Mulheres da Pesca / AKTEA; Centro de Estudos de Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, EGEO-Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Espanha: Museu Marítimo de Barcelona; Noruega: Department of Community Planning, Universidade de Tromsø, Nord Museum, Melbu.

⁵⁰ Disponível online em <http://ccc.mtuapescadores.pt>

recrutamento de novos inventariantes locais e a consequente renovação do processo de consciencialização cultural, contribuindo para a emergência de iniciativas de desenvolvimento regional;

- Conceber uma exposição itinerante e publicações que difundam a necessidade e o perfil deste trabalho, uma base de dados on-line e uma unidade de validação, que assegurem a sustentabilidade do processo findo o projecto fundador.” (Mútua dos Pescadores / CCC, s/d a)

Após a seleção das problemáticas – adstritas a um território e uma herança cultural⁵¹ –, pelos próprios parceiros, estes tornaram-se ou envolveram inventariantes locais (num máximo de 4 ou 5 por local) que manusearam as ferramentas adquiridas a partir de seminários de formação levados a cabo pela coordenação do projeto (como *know-how* sobre entrevistas semi-dirigidas, utilização de equipamentos GPS, entre outros) e, no terreno, inventariaram o seu património, tendo como linha condutora a temática escolhida.

Os procedimentos formativos tinham como objetivo a aprendizagem do inventariante, constituindo-o enquanto técnico de observação e registo de dados, e a metodologia no terreno baseia-se na dupla inquirido/inventariante, através de entrevista semi-aberta. As narrativas de vida, as evoluções técnicas ou o levantamento de receitas, festividades, etc. são alguns dos conhecimentos apreendidos por estes novos inventariantes pertencentes, preferencialmente, à comunidade em causa. Está disponível o Manual do Inventariante da Cultura Costeira (Mútua dos Pescadores / CCC, s/d b), documento produzido com o desenrolar deste processo e onde são visíveis várias propostas de guião de entrevistas para diversos contextos de inventariação de cultura costeira. Este manual está separado em capítulos, correspondentes a diferentes unidades formativas. Os procedimentos formativos constituíram-se tendo como base o “par mínimo”: inquiridor e inquirido, o inventariante e o entrevistado, ou seja, em torno da

“ligação do inventariante à pessoa com quem dialoga ou, o que acontecerá também com frequência, relativamente ao objecto que inventaria (por exemplo, ex-voto, embarcação, etc.). E neste relacionamento sabemos, desde já, que é tão necessária a criatividade e a imaginação na busca do conhecido e do desconhecido, como o rigor na descrição e nas anotações.” (Mútua dos Pescadores / CCC, s/d b, p. 8)

⁵¹ Peniche foi também um dos locais escolhidos para o desenvolvimento deste projeto. A problemática escolhida pela Adepe – Associação para o Desenvolvimento de Peniche, parceiro local, foi “Dignificação de uma cultura baseada num recurso marítimo – a sardinha e actividades associadas, indústria conserveira, turismo e renda de bilros” (Adepe, 2010, p. 41).

Neste projeto de co-inventariação, de acordo com Luís Martins e Maria do Céu Baptista⁵², “são os protagonistas do património local que têm a voz na divulgação das suas tecnologias” (2008, p. 38). O co-inventário e o inventário enquanto processo democrático são centrais neste projeto:

“(…) como pudimos observar a lo largo de la experiencia del CCC, especialistas y comunidades se colocan en un mismo nivel para decidir de forma participativa e igualitaria los métodos, principios y objetivos de cada una de las fases del proceso de Inventario Participativo. Como resultado, el conjunto de datos, es decir de nuevo conocimiento producido a lo largo del proceso y asociado a un determinado bien cultural, será el fruto de una co-autoría entre las dos partes que protagonizan el inventario.” (Querol, 2011, p. 320)

As informações e observações registadas pelos inventariantes foram colocadas numa base de dados, atualmente disponível ao público, no portal supra-referido. Resultou ainda deste projeto uma exposição itinerante composta por painéis interpretativos, cada um correspondente a um parceiro / região / problemática que procuravam responder e demonstrar o trabalho desenvolvido, as principais questões e direções seguidas.

Lorena Sancho Querol expõe na sua tese os objetivos e conquistas deste projeto, de forma sucinta:

“Tinha como objectivo central a construção e implementação de um processo baseado no registo e estudo de realidades locais e regionais com base na participação de habitantes locais, que, através de exercícios de inventário, deram visibilidade ao desejo de divulgar as suas práticas produtivas, sociais e culturais. Dele resultou um processo de produção de conhecimento, baseado na co-autoria da informação associada às formas de cultura local e, conseqüentemente, uma possibilidade de patrimonialização com uma forte componente de participação social e local, da qual são igualmente parte a divulgação e as primeiras medidas de salvaguarda dos elementos inventariados.” (Querol, 2011, p. 18)

Para concluir, deixamos à coordenação do projeto a exposição dos resultados que se consideram ter sido obtidos:

“- Uma rede de inventariantes que continuará a trabalhar neste domínio, independentemente da parceria actual, com o apoio do promotor.
- Uma base de dados organizada em torno de 11 objectos: Ficha de Entrevista, de Pessoa e Organização, de Documento, de Objecto, de Lugar, de Técnicas/modos de fazer, de Narrativa, de Evento, de Construído (Edificado e embarcação), de Artes da Pesca, de Artes da Terra, de Glossário e ainda, um Auxiliar de localização. A possibilidade de comunicação entre inventariantes no terreno e a Unidade de Validação de Dados é intrínseca à base de dados, que fica alojada em portal próprio, onde, também, se disponibiliza ao público material considerado de interesse pedagógico e/ou científico.

⁵² Elementos da equipa de coordenação do CCC.

Raquel Janeirinho, *Estratégias museológicas participativas no concelho de Peniche*

- Uma exposição composta por um conjunto de painéis, representando a parceria, problematizando o que cada um partilhou, chamando atenção para a necessidade urgente de dar continuidade e regularidade a este trabalho.
- Um conjunto de Memórias que complementam a exposição e onde se compilam extractos de entrevistas realizadas neste período.
- Roteiro de atitudes que revela o perfil do inventariante CCC estrutura a exposição e nas Memórias que a acompanham.
- Dois Manuais (um, público, com conteúdos e outro que inclui regras para o preenchimento da base dados).
- Extensões experimentais do projecto em Portugal, utilização do conceito em projecto internacional e possível expansão da metodologia à Galiza.” (Mútua dos Pescadores / CCC, s/d a)

Alguns métodos similares, ainda que com outras designações, são facilmente encontráveis em ecomuseus italianos, como é o caso dos Mapa de Comunidade do Ecomuseu de Val Taleggio, que se podem explorar na internet, de forma interativa, obtendo informações, fotografias, testemunhos sobre os diferentes locais relevantes para aquela comunidade.

“La **Mappa di Comunità** è uno strumento attraverso cui la gente che abita un luogo può raccontare ad altri, o ricordare a se stessa, i punti fondamentali della propria storia, i nodi cruciali del proprio reticolo di significati, gli aspetti più importanti del patrimonio e del paesaggio.”⁵³

Há exemplos similares na Itália (por exemplo, em Puglia⁵⁴), em diversos pontos de Inglaterra (os *parish maps* em locais como Yorkshire, Kent ou Essex)⁵⁵, em Portugal (veja-se o exemplo do trabalho desenvolvido pelo Ecomuseu do Barroso)⁵⁶, em França, no Brasil... Consoante as regiões, as tipologias e formatos dos mapas – desde mapas de paisagem, a mapas onde se destacam ativos culturais, a biomapas, etc.; no entanto, cremos que o relevante é a forma como se deu o envolvimento da comunidade e o levantamento dos ativos patrimoniais, sua identificação e divulgação.

Regressando ao Brasil, de destacar também a Expedição São Paulo 450 anos, que decorreu em janeiro de 2004⁵⁷, durante uma semana na qual dois “grupos de viajantes”⁵⁸

⁵³ Para mais informações, veja-se a página do Observatório da Paisagem de Val Taleggio, disponível em <http://www.osservatoriovaltaleggio.it/>.

⁵⁴ http://paesaggio.regione.puglia.it/images/stories/Mappe_COMUNIT/mappe_comunita_dossier.pdf

⁵⁵ <http://www.england-in-particular.info/parishmaps/m-index.html>

⁵⁶ <http://www.ecomuseu.org>

⁵⁷ Inspirada numa expedição anterior, levada a termo em 1985.

⁵⁸ “O grupo de viajantes, de natureza interdisciplinar, era composto por antropólogos, arquitetos, psicanalistas, arqueólogos, artistas, fotógrafos, cinegrafistas, museólogos, sociólogos, educadores, geógrafos, ambientalistas, historiadores, planejadores e organizadores. Contava-se também com um grupo de jovens, na sua maioria

percorreram duas rotas distintas traçadas antecipadamente – uma sul-norte e outra leste-oeste – fazendo o levantamento e o mapeamento dos patrimónios, identidades e problemáticas daquela megacidade. O projeto assentava em seis pontos basilares: 1) política cultural como instrumento de cidadania, de gestão e de prestação de serviços; 2) planeamento e intencionalidade do processo; 3) carácter científico ampliado; 4) possibilidade e valorização da expressão e reconhecimento da diversidade cultural da cidade e de seus grupos sociais; 5) gestão compartilhada e transparente do projeto; 6) uso da tecnologia para democratizar o acesso às informações e aos bens culturais preservados (Cauhy & Augusti, 2004). Esta foi uma experiência metodológica que comprovou a pertinência do modelo de construção interdisciplinar e a necessidade de desenhar modelos metodológicos participativos, desde o primeiro momento de arquitetura do projeto museológico, ouvindo e fazendo participar diversos intervenientes, contribuindo para o aprofundamento de uma democracia cultural (Franco, 2009, pp. 90-91).

Tantos outros exemplos se poderiam avançar, mas cremos que os acima expostos permitem observar que na aplicação da função museológica do inventário se vem defendendo a utilização de métodos mais democráticos e participativos, numa perspetiva que permita às populações a identificação e o reconhecimento com o património (musealizado) e o desenvolvimento de um sentimento de pertença, através de um processo de cidadania ativa.

Os vários estudos e embasamentos acima apresentados servem de contextualização ao trabalho de campo que se irá expor no próximo capítulo. Até agora, pôde-se apreender diferentes perspetivas de áreas disciplinares distintas, como a Antropologia, a (Socio)Museologia ou os Estudos de Desenvolvimento, que contribuíram, com o seu enquadramento teórico e as suas metodologias de ação, para a seleção de estratégias e direcionamento dos trabalhos desenvolvidos. Pela relevância para o estudo de terreno, deu-se particular enfoque às estratégias metodológicas a usar e direcionou-se as propostas apresentadas salientando a importância do Princípio da Participação a elas subjacente.

mestrands, principalmente das áreas de História, Museologia e Antropologia, que se encarregaram de prestar assistência aos viajantes.” (Franco, 2009, p. 94)

No próximo capítulo será apresentado o terreno e projeto em estudo e sequenciadas as várias estratégias museológicas participativas utilizadas durante o ‘Inventário Participativo do Património Cultural de Atouguia da Baleia’, que bebem dos conhecimentos espelhados no capítulo 1. É um projeto de investigação-ação, no campo da Sociomuseologia e Antropologia, que recorreu a diversas estratégias metodológicas tais como tertúlias, mapeamentos participativos, caminhadas de reconhecimento e entrevistas etnográficas semi-dirigidas.

CAPÍTULO 2: Estratégias museológicas participativas no concelho de Peniche

2.1 Metodologias de investigação

Esta dissertação baseia-se num terreno que conheço do ponto de vista profissional, enquanto técnica superior de Antropologia do Município de Peniche, sendo eu própria responsável pelo delineamento e aplicação do projeto. Associado a este interesse profissional, há uma vertente pessoal, de intervenção, reflexão, compromisso e aprendizagem que nortearam a escolha do objeto de estudo. Assim, esta pesquisa não começou com o início do mestrado nem terminará com a entrega da dissertação; trata-se de um processo que, espera-se, terá desdobramentos, novas propostas e continuidade no desenvolvimento do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia.

Tratando-se de uma investigação na área das ciências sociais e humanas, na sequência do defendido por Spradley (1980) no modelo cíclico da pesquisa etnográfica⁵⁹ este trabalho de investigação não é linear, antes implicando pesquisas bibliográficas, idas ao terreno, reflexão e análise, novas pesquisas, etc., num movimento cíclico – como o próprio nome indica –, até à redação da monografia final.

Com isto, queremos aludir ao facto de, ainda que apresentemos de forma razoavelmente linear o roteiro metodológico, este realiza-se, na prática, refletida e circularmente.

Iremos de seguida elencar o projeto de investigação que conta com cerca de oito meses de levantamento – de fevereiro a setembro –, equivalentes à primeira fase de atuação no terreno. Este espaço temporal foi dilatado com as pesquisas anteriores e a análise, reflexão, desenvolvimentos e redação posterior.

⁵⁹ O modelo cíclico de investigação engloba as seguintes etapas, vistas de forma circular e refletida, até à escrita da monografia: *Selecting an ethnographic project, Asking ethnographic questions and collecting ethnographic data, Making an ethnographic record, Analysing ethnographic data and conducting more research as required, Outlining and writing an ethnography* (Spradley, 1980, p. 23). Para mais informações ver capítulo 1.1 da presente dissertação.

Assim, após um primeiro momento de leitura e reflexão tendo por base uma bibliografia mais abrangente, essencialmente da área da Sociomuseologia, definiu-se o tema e o objeto de estudo, tendo-se começado a formular a pergunta de partida, hipóteses e objetivos⁶⁰.

Tal escolha desencadeou um processo de pesquisa bibliográfica definível em duas grandes áreas temáticas: 1) teoria museológica relacionada com o tema e 2) metodologias e estratégias a adotar.

Realizaram-se, igualmente, contactos com investigadores da área, buscando um apoio e um aprofundamento do conhecimento recolhido nas fontes bibliográficas.

Paralelamente, também se compilaram dados sobre o concelho e a freguesia que permitem contextualizar o projeto e ajudam a refletir sobre a melhor forma de o aplicar.

Daqui, foi-se delineando o estado da arte e definindo as estratégias a seguir, fazendo-se algumas aproximações prospetivas ao terreno.

Num segundo momento – posterior mas diretamente interligado –, encetaram-se uma série de iniciativas, já com a comunidade atouguiense.

Estas envolvem várias estratégias que incluem tertúlias, mapeamento participativo de fotografias aéreas, passeios sistemáticos de reconhecimento, entrevistas e levantamento de histórias de vida, entre outras.

A par destas ações museológicas são sistematizados os dados de cada uma das atividades, analisando-se, posteriormente, os dados do conjunto, num processo de reflexão sobre as atividades e os elementos recolhidos.

Estes dados foram devolvidos às populações nomeadamente através de novos debates, permitindo confirmá-los, discuti-los, alterá-los, repensar e reconhecer os elementos sistematizados e explorar novas pesquisas e ações participativas.

A equipa da Câmara Municipal de Peniche que abraçou este projeto é interdisciplinar, nela constando de forma destacada os técnicos da área do Património Cultural

⁶⁰ Cf. Introdução da presente dissertação.

da Autarquia – uma antropóloga, um historiador / arqueólogo e dois conservadores-restauradores⁶¹. Houve também apoio dos colegas do Pelouro da Solidariedade Social⁶², do Departamento de Energia e Ambiente, do Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico⁶³ da CMP, do Gabinete de Comunicação e Imagem, para além do acompanhamento político das diversas fases do IP.

No que diz respeito às metodologias de investigação, procura-se, nesta dissertação, analisar o desenvolvimento de experiências museológicas participativas num contexto socio-histórico e territorial concreto.

Inicialmente, esta dissertação teria no seu subtítulo a expressão ‘estudo de caso’. Este conceito metodológico está associado a uma análise holística e detalhada da realidade social em foco e pode ser definido como o “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objectos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (Gil, 1987/1999, pp. 72-73), que “reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objectivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto” (Goldenberg, 1997/1999, pp. 33-34).

Visto a nossa direta ligação profissional ao terreno em causa, poder-se-ia considerar este estudo como um ‘estudo de caso intrínseco’, de acordo com a definição de Stake (1995/2009, p. 18). No entanto, considerando que esta dissertação pretende estudar o processo e não tanto os dados recolhidos, os sujeitos concretos ou as comunidades em causa, trata-se de um estudo de caso específico (pelo que evitamos empregar a expressão) onde, menos relevante do que utilizar diversas aproximações metodológicas (ou técnicas de recolha de informação) da metodologia de estudos de caso⁶⁴, pretende-se, antes, a descrição e análise das diversas experiências museológicas aplicadas no caso estudado e reflexão sobre o mesmo.

⁶¹ Atualmente a autarquia tem apenas um conservador-restaurador. Na época de desenvolvimento do IP no terreno tratada (2010) tinha dois profissionais desta área; não estavam sempre presentes ambos nas diversas ações do IP. Também um estagiário de Património, Línguas e Turismo da Universidade de La Rochelle acompanhou o projeto durante cerca de quatro meses.

⁶² Que acompanharam as tertúlias, justificado por uma relação de proximidade com as populações devido ao trabalho desenvolvido no terreno na área da ação social e do associativismo.

⁶³ Com disponibilização de ortofotomapas e mapeamentos anteriores e apoio no levantamento das coordenadas GPS.

⁶⁴ As diferentes definições de estudo de caso analisadas debruçavam-se sobre um indivíduo ou um grupo como o caso. Inclusivamente, Stake, no seu manual *A Arte da Investigação com Estudos de Caso*, alerta os leitores para o facto de pessoas e programas serem “claramente casos em perspectiva. Acontecimentos e processos não se

Por essa razão, consideramos igualmente este estudo como estando baseado nas premissas da investigação-ação, pois, na nossa ligação com o terreno há um objetivo extra-académico concreto; o investigador não pretende ser mero observador. É um projeto de pesquisa-ação (Thiollent, 1986/2011), comprometida profissional e socialmente, e de ação-reflexão, associado à racionalização da experiência de campo (Caria, 1999), pois, baseados numa ação ou conjunto de ações concretas que se desenvolvem no terreno, procuramos refletir, teorizar, aprender e explorar novos caminhos, numa relação entre a investigadora / equipa de investigadores e técnicos e o grupo em foco.

Tendo em conta a pergunta de partida e o universo estudado, a escolha de uma abordagem qualitativa na recolha e análise dos dados apresentou-se como a mais adequada.

Assim, avançamos com a descrição e reflexão sobre um processo participativo tomado como estudo de caso particular, baseado num trabalho de terreno, assente nas premissas da investigação-ação.

Creemos que com este estudo poderemos aprender sobre outros casos bem como sobre o tema em geral; não havendo metodologias predefinidas no que diz respeito às estratégias participativas, este trabalho poderá servir como mais um exemplo, para desenvolver e aplicar criativa e refletidamente noutros terrenos.

2.2 Caracterização do território

Peniche é um concelho do litoral oeste português, pertencente à NUT III Oeste, com 77,7 km de superfície, território esse dividido entre uma zona continental e outra insular (o arquipélago das Berlengas).

Este concelho é constituído por seis freguesias, divididas globalmente entre rurais (Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra d' El-Rei) e urbanas (Nossa Senhora da Ajuda, Nossa Senhora da Conceição e São Pedro).

adequam tão bem à definição, e os seus estudos têm menor probabilidade de tirar partido dos métodos abordados neste livro.” (Stake, 1995/2009, p. 18).



Figura 1: Mapa do concelho de Peniche – Freguesias.
Disponível em www.cm-peniche.pt (adaptado)

A Atouguia da Baleia, onde se desenvolve o trabalho de terreno que está na base da presente dissertação, é uma das freguesias rurais e a mais extensa do concelho de Peniche, com uma área total de 47,6 km² (superior a 61% do território concelhio). Encabeçada pela vila de Atouguia da Baleia, sede de freguesia, é constituída por vários núcleos populacionais de menores dimensões⁶⁵ – tal como é comum a muitas regiões agrícolas, nomeadamente ao Oeste⁶⁶ –, de características diferenciadas consoante são pertencentes à faixa litoral (com forte pressão turística e de ocupação sazonal) ou interior do concelho (mais agricultada).

No mapa seguinte (Figura 2) é possível observar a pluralidade de aglomerados populacionais. Os casais de menores dimensões não estão sinalizados.

⁶⁵ A freguesia apresenta, nos Censos de 2011, 8954 habitantes. De acordo com dados anteriores (CMP, 2004), encontramos nesta freguesia, por ordem decrescente, os seguintes agregados com uma população de 500 habitantes ou mais: Atouguia da Baleia (principal núcleo secundário do concelho, com cerca de 2000 habitantes), Bufarda e Geraldês.

⁶⁶ “A ocupação do território nas três freguesias não urbanas seguiu o modelo comum a muitas regiões agrícolas, de habitação dispersa por pequenos aglomerados, dos quais sobressai o núcleo da aldeia sede da freguesia, com os seus equipamentos públicos: a escola e a igreja.” (CMP, 2009a, p. 43)



Figura 2: Mapa do concelho de Peniche – Aglomerados populacionais.
Disponível em www.cm-peniche.pt (adaptado)

Em 2011 o número de residentes na freguesia de Atouguia da Baleia ascende a quase 9000 habitantes, equivalendo a 32,3% da população concelhia:

| Local de residência (à data dos Censos 2011) | População residente (N.º) |
|---|------------------------------|
| Portugal | 10555853 |
| Oeste | 362523 |
| Peniche | 27753 |
| Ajudia (Peniche) | 7989 |
| São Pedro (Peniche) | 2117 |
| Conceição (Peniche) | 4643 |
| Atouguia da Baleia | 8954 |
| Serra d'El-Rei | 1401 |
| Ferrel | 2649 |

Quadro 1: População residente (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2011);
Fonte: Decenal – INE, Censos - séries históricas

De acordo com os dados preliminares dos Censos de 2011 disponibilizados pelo INE, o concelho de Peniche apresenta, em termos de distribuição etária, 54,2% da população entre

os 25 e os 64 anos, 20,7% de idosos, 14,8% de crianças abaixo dos 14 anos, e 10,3% de jovens entre os 14 e os 25 anos. Verificando a evolução da estrutura etária, observamos um envelhecimento populacional significativo, cujo índice é de 139,2%⁶⁷. Este constatável envelhecimento populacional acarreta problemas sociais e permite a identificação de algumas insuficiências ao nível dos equipamentos e recursos nesta área⁶⁸.

Não obstante um índice de envelhecimento de 126,8%, Atouguia da Baleia é a freguesia com população mais jovem quer em termos totais quer percentuais. Esta freguesia apresentou um crescimento demográfico positivo na última década (11,4%), superior à variação concelhia, oestina e nacional (1,6%, 6,8% e 2%, respetivamente) ou a qualquer uma das restantes freguesias do concelho, algumas das quais com valores negativos. Estes números vêm na sequência do sucedido no período de 1991 a 2001, com uma subida de 12,0%. Justificam-se, provavelmente, pelos movimentos migratórios, embora não haja um estudo de caracterização destes movimentos (CMP, 2004).

No que diz respeito ao emprego, vemos que este tem a seguinte distribuição profissional:

“No conjunto das profissões encontradas sobressaem como dominantes aquelas que dizem respeito à produção industrial e ao trabalho artesanal (23,9%), ao pessoal do serviço de protecção e segurança, serviços pessoais e domésticos e trabalhadores similares (15,8%), aos trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços (15,4%) e aos trabalhadores da agricultura e da pesca (11,2%). Nesta base, conclui-se que metade dos trabalhadores deste concelho tem uma profissão de alguma forma relacionada com a agricultura ou com a pesca – principalmente com esta.” (CMP, 2004, p. 101)

“[Em 2001] A repartição do emprego no Concelho de Peniche pelos 3 sectores de actividade apresentava valores percentuais inferiores à média nacional e regional para os sectores secundário (33,2%) e terciário (53,8%), apesar de ser este último o dominante. o peso do sector primário (13,1%) era substancialmente superior ao verificado quer em Portugal, quer no Oeste, traduzindo a já referida importância das actividades agrícolas e piscatórias na estrutura produtiva de Peniche.” (CMP, 2009a, p. 69)

⁶⁷ Superior ao da zona Oeste (133,5%) e ao nacional (129%). Em 2011, Portugal apresenta cerca de 15% da população no grupo etário mais jovem (0-14 anos) e cerca de 19% da população tem 65 ou mais anos de idade. Em termos comparativos, em 2001 já se verificava um índice de envelhecimento populacional de 105,4% no concelho de Peniche. Confrontando com as outras regiões de comparação, referentes aos seus contextos de influência, verificamos que é menor do que a NUT III correspondente (123,9%) ou a região de Lisboa e Vale do Tejo (110,2%), mas superior à média portuguesa de então (103,6%) (CMP, 2004, pp. 38-39).

⁶⁸ Para os quais se alertava, em 2004, no Diagnóstico Social do concelho (CMP, 2004, pp. 42-49).

Do ponto de vista das atividades agrícolas (considerando a relevância da freguesia de Atouguia da Baleia neste ponto⁶⁹), no concelho de Peniche verifica-se um predomínio de uma agricultura de tipo familiar, baseada na policultura e assente na pequena exploração, sendo caracterizado pela pluriatividade – “78,5% da população agrícola dedica-se à actividade a tempo parcial, sendo o rendimento do agregado doméstico proveniente, sobretudo, de atividades profissionais exteriores ao sector agrícola” (CMP, 2009a, p. 81).

Na freguesia de Atouguia da Baleia, em termos de atividade profissional, é visível um maior enfoque nas áreas da construção (20%), comércio (17%), agricultura (14%) e indústrias transformadoras (12%). O Gráfico 1 demonstra esta relação, reportando aos dados de 2001:

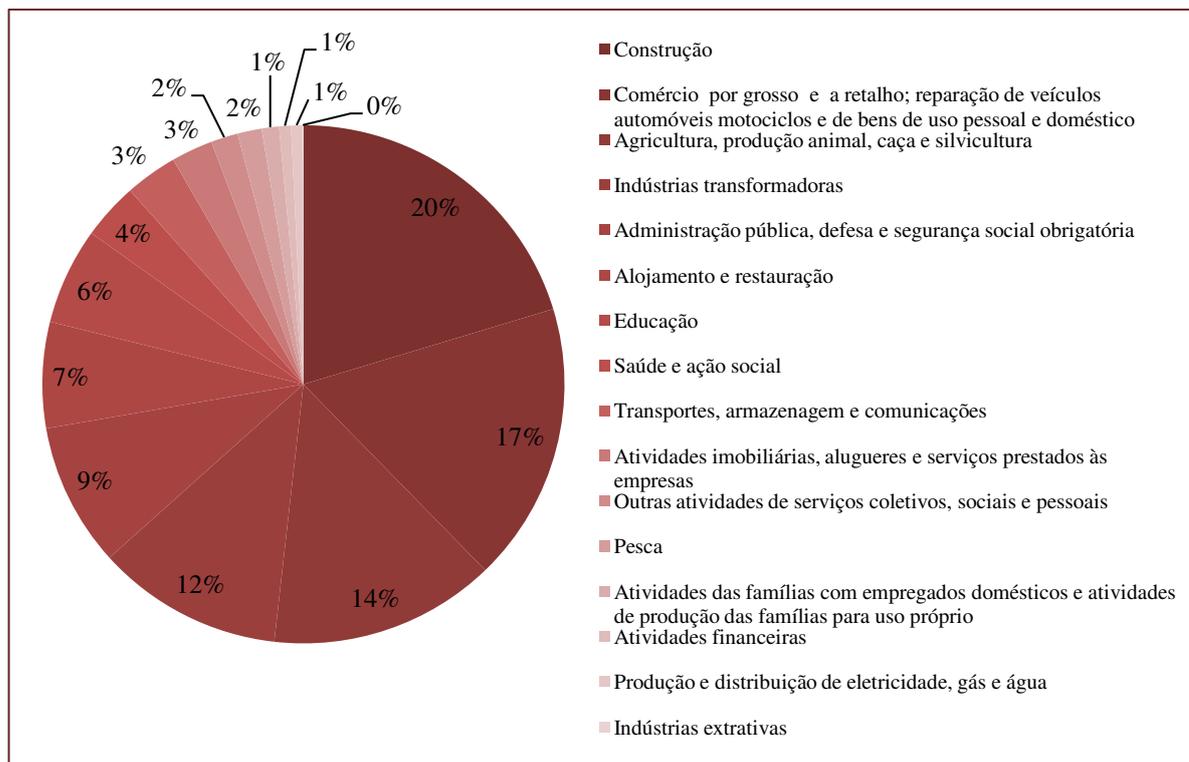


Gráfico 1: População empregada (%) na freguesia de Atouguia da Baleia por atividade económica (à data dos Censos 2001); Fonte: Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação (CAE Rev. 2.1)

⁶⁹ Atouguia da Baleia é, a seguir a Ferrel, a segunda freguesia do concelho onde este ponto é mais substantivo. Os dados para trabalhadores na área da agricultura são, comparativamente, de 6,5% para Peniche e 8,2% para o Oeste.

No Plano Estratégico *Magna Carta Peniche 2025*, encontramos o seguinte diagnóstico sobre a estrutura económica e de emprego do concelho de Peniche:

“Em síntese, Peniche apresenta uma dinâmica económica assente num tecido produtivo onde se complementam:

- a) Um sector agrícola, tradicional, mas ainda com peso no Concelho, especializado essencialmente na horticultura de ar livre associada a outras culturas, sobretudo, a batata. A silvicultura também detém alguma relevância.
- b) Um sector pesqueiro que por razões naturais – extensa frente marítima com presença de reservas consideráveis de pescado (recursos marítimos) – e tradicionais – saberes-fazer das artes e de fauna piscatória – continua a ter um lugar de destaque não só a nível concelhio e sub-regional, mas também nacional.
- c) Um sector industrial, muito ligado à actividade pesqueira, que continua a ter algum dinamismo com indústrias de relevo nacional e até internacional, capazes de criar postos de trabalho, apesar de não ser em grande escala.
- d) Um sector terciário em franca expansão, mas que deverá apostar mais na modernização e diversidade de serviços prestados.
- e) Um sector da construção caracterizado por um grande dinamismo económico e com potencial de crescimento.
- f) Um sector turístico com potencialidades, mas que deve ser melhor explorado e aproveitado, em função de um perfil compósito de recursos valorizáveis no contexto de um complexo de actividades Turismo/Lazer.” (CMP, 2009a, p. 78)

Quanto à condição perante o trabalho, verificava-se em 2001 uma taxa de desemprego para o concelho de Peniche de 7,9%, superior à nacional e à da zona Oeste (6,7% e 5,5%, respetivamente). Nesse período, Atouguia da Baleia apresentava 5,7% da população ativa em situação de desemprego. Números mais recentes disponíveis na página do INE indicam-nos que a taxa de desemprego nacional subiu para 14,9% (referente ao primeiro trimestre de 2012)⁷⁰.

No gráfico seguidamente apresentado (Gráfico 2), baseado em dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional disponíveis *online* no portal do Instituto, é possível observar um aumento do número de desempregados inscritos ao longo dos últimos oito anos, tendência interrompida com uma quebra acentuada em 2007, continuando posteriormente esta orientação crescente. Para Portugal continental, observamos este crescimento do desemprego essencialmente nos últimos quatro anos. A disparidade entre homens e mulheres desempregados parece atenuar-se nos últimos anos.

⁷⁰ Aquando da redação da dissertação, os dados relativos à população ativa e, conseqüentemente, às taxas de desemprego por concelho ainda não estavam patentes na página do INE. Estes dados relativos à taxa de desemprego de Portugal estão disponíveis em www.ine.pt.

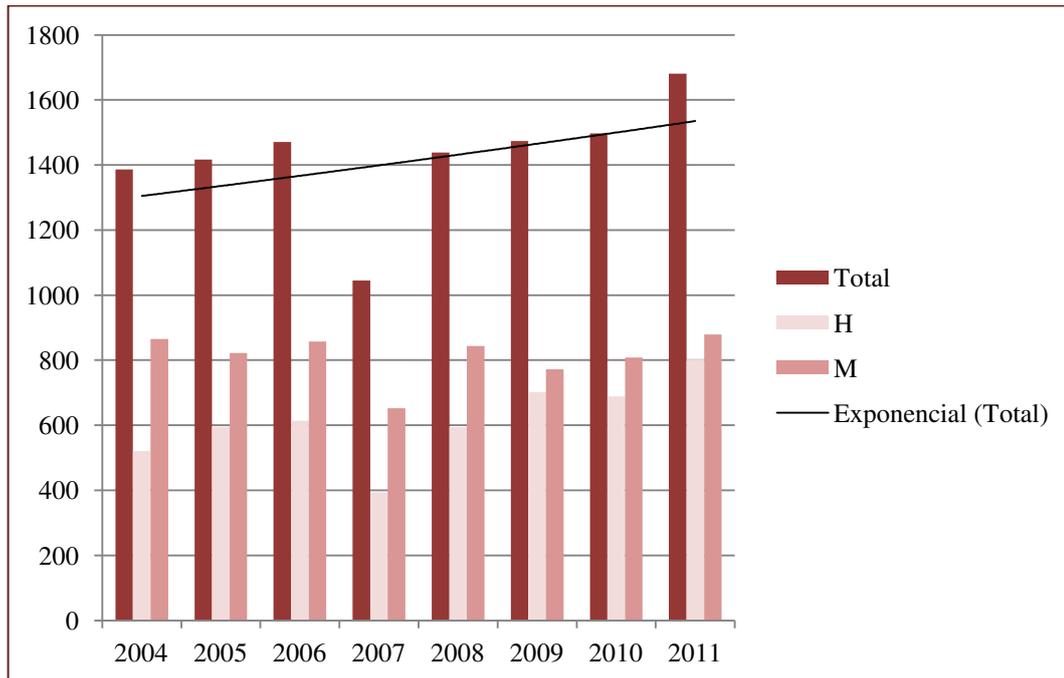


Gráfico 2: Desemprego registado no concelho de Peniche segundo género, entre 2004 e 2011 (situação no fim do mês de dezembro). Fonte: IEFP

Em termos de escolaridade, o concelho de Peniche caracteriza-se por uma população com baixas taxas de alfabetização. Tendo como base os dados provisórios dos Censos de 2011 relativos à população residente segundo o nível de instrução mais elevado completo, constata-se serem baixos os níveis atingidos, visto que quase metade da população não ultrapassou o 1º ciclo do ensino básico (48,8%) e que há uma importante incidência de indivíduos não escolarizados (20,5%)⁷¹. De referir, igualmente, a alta taxa de abandono escolar ou saída precoce do ensino presente neste concelho e as consequências prováveis em termos de debilitação das camadas jovens da população (CMP, 2004).

⁷¹ Os dados comparativos para Portugal e Oeste, em 2011, apresentam-nos percentagens de 44,5% e 47,4%, respetivamente, referentes a indivíduos com, no máximo, o 1º ciclo de ensino básico completo. Ainda assim, de sublinhar que, em 2001, esta percentagem para o concelho de Peniche era de 58,4%, enquanto a dos indivíduos sem escolaridade se encontrava nos 28,4%. De notar também a subida no número de indivíduos com o ensino superior terminado: 3,3% para 7,7%, em Peniche, e de 6% para 12%, média nacional.

No domínio educativo, o território é coberto por todos os níveis de ensino, do pré-escolar ao superior. Em relação aos equipamentos escolares, o concelho tem estabelecimentos de pré-escolar, básico e secundário, perfazendo 40 escolas⁷²:

- O Agrupamento Vertical de Escolas sediado na EB 2,3 D. Luís de Ataíde (Peniche), que congrega cinco jardins-de-infância, quatro escolas do 1º ciclo e uma de ensino básico integrado (a sede);
- O Agrupamento Vertical de Escolas sediado EB 1,2,3 de Peniche, com duas escolas de 1º ciclo e uma de ensino básico integrado (a sede);
- O Agrupamento Vertical de Escolas de Atouguia da Baleia, que engloba todas as escolas de ensino básico e pré-escolar das freguesias limítrofes da cidade, ou seja, de Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra d' El-Rei⁷³;
- A Escola Secundária de Peniche;
- A ESTM – Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, do Instituto Politécnico de Leiria, estabelecimento de ensino superior politécnico sediado no concelho;
- O concelho de Peniche dispõe ainda de instituições que preenchem necessidades educativas e de formação específicas, como é o caso do FOR-MAR – Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar. Sublinhamos, também, a existência de um estabelecimento de ensino especial, para apoio a crianças com necessidades especiais de carácter prolongado, a CerciPeniche – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Peniche, da qual o CREAP – Centro de Reabilitação Profissional de Peniche – é uma valência, vocacionada para o desenvolvimento de ações de formação profissional e apoio ao emprego para

⁷² Este número inclui ainda sete jardins-de-infância de carácter privado / IPSS, quatro dos quais estão sediados na cidade de Peniche, e os outros em Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra d'El-Rei.

⁷³ Este Agrupamento Vertical é composto por cinco jardins-de-infância, dez escolas de 1º ciclo e uma escola de ensino básico integrado (a sede), disseminadas por diversas localidades da freguesia de Atouguia da Baleia e ainda por Ferrel e Serra d'El-Rei: Jardim de Infância de Bufarda, Jardim de Infância de Casal Moinho, Jardim de Infância de Geraldês, Jardim de Infância de Lugar da Estrada e Jardim de Infância de Ribafria, EB1 de Atouguia da Baleia, EB1 de Bufarda, EB1 de Casal da Vala, EB1 de Ferrel, EB1 de Geraldês, EB1 de Lugar da Estrada, EB1 de Reinaldes, EB1 de Ribafria, EB1 de S. Bernardino, EB1 de Serra d'El-Rei, EB2,3 de Atouguia da Baleia. O Agrupamento tem a sua sede na EB2,3 de Atouguia da Baleia.

pessoas portadoras de deficiência e incapacidade, dificuldades graves de aprendizagem e/ou inserção socioprofissional.

Algumas das debilidades e problemas transversais detetados e expostos no *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche 2004* (CMP, 2004, p. 170) nesta área da educação, emprego e formação foram: insucesso e abandono escolar precoce, o nível diminuto de formação escolar e profissional, os reduzidos níveis de desenvolvimento pessoal e social; o desemprego, a insuficiência de conhecimento acerca da integração socioeconómica da população imigrante e as assimetrias entre os géneros na relação com o mercado de emprego.

Quanto a equipamentos socioculturais, há que sublinhar a existência da Rede Museológica do Concelho de Peniche, em processo de implementação, estando já a funcionar o Museu Municipal, na Fortaleza de Peniche (inaugurado a 18 de maio de 1984) e o Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia (inaugurado a 17 de março de 2012). O Edifício Cultural da CMP (inaugurado a 25 de abril de 2005) tem igualmente uma sala de exposições e um auditório multiusos. Paralelamente existem diversos equipamentos com funções desportivas bem como projetos sociais e culturais nas escolas e coletividades locais.

O projeto de intervenção e desenvolvimento comunitário ‘GPS - Gestão de Proximidade para a Sustentabilidade’, promovido pelo Pelouro da Solidariedade Social da CMP, polinucleado em seis locais do concelho, é também um importante veículo de aproximação às populações e de favorecimento da coesão social.

De destacar de forma particular para este estudo, um largo conjunto de associações e coletividades recreativas, culturais e desportivas, promotoras de atividades várias e animação cultural e desportiva.

Em termos estatísticos, estimava-se, em 1998, um total de 60 associações existentes no concelho, com diferentes tipologias e distribuídas pelo território (Adepe, 1998 *apud* CMP, 2011). Destas, as 30 que responderam a um inquérito da Adepe – Associação para o Desenvolvimento de Peniche, reuniam um universo de mais de 13 mil associados.

Das associações concelhias, duas constituíram-se antes do final da 2ª Guerra Mundial, 28 entre o final da década de 1940 e 1970, sendo que o grande desenvolvimento do movimento associativo surge após o 25 de abril de 1974.

Se, em 1998, se contabilizavam 60 associações, em dezembro de 2010 estimava-se a existência de 103 associações no concelho de Peniche (CMP, 2011), com um crescimento superior a 70% e um número de associados previsto de 45 mil pessoas⁷⁴.

Assim, e de acordo com o levantamento realizado pelo Pelouro da Solidariedade Social da CMP, em apresentação disponibilizada na *V Convenção “Sou de Peniche”* sobre a Carta Local do Associativismo, instrumento estratégico municipal de regulação de apoios e incentivos ao associativismo em fase de produção⁷⁵, poderá afirmar-se que

“O concelho de Peniche é um território em que as suas gentes têm uma atitude empreendedora, solidária, construtiva e voluntariosa, reflectida na dinâmica associativa existente, com uma importância significativa no desenvolvimento sustentável do concelho a nível económico e social.” (CMP, 2011, p. 11)

2.3 Da Magna Carta Peniche 2025 à Rede Museológica do Concelho de Peniche

Perante a constatação da necessidade de instrumentos orientadores de ação basilares e transversais para o concelho de Peniche⁷⁶, o Município iniciou o delineamento de um plano estratégico de desenvolvimento designado *Magna Carta Peniche 2025*.

Principiou-se “um processo de reflexão estratégica [apoiado em referenciais metodológicos de planeamento estratégico] centrada nas perspetivas de desenvolvimento

⁷⁴ Estes são os números formais; no terreno observa-se que algumas destas associações, embora formalmente constituídas, não desenvolvem a sua atividade.

No entanto, no documento do Plano Estratégico (CMP, 2009a, p. 59) encontramos valores ainda mais díspares e longínquos da verdade: são referenciadas apenas 36 associações culturais e desportivas, número nitidamente inferior à realidade. Parece-nos sensata a proposta, avançada no Diagnóstico Estratégico da Magna Carta, segundo a qual se deve desenvolver um “estudo de caracterização dos recursos associativos locais nas áreas da recreação, cultura e desporto.” (idem, p. 101)

⁷⁵ A “coordenação da intervenção do associativismo e dos recursos a ele associados/funcionamento em rede” (CMP, 2009a, p. 147) é considerada, aliás, um dos ‘desafios estratégicos’ do Plano de desenvolvimento local.

⁷⁶ “Peniche tem vantagem em estabelecer um quadro de referência de desenvolvimento futuro que tire partido dos factores favoráveis identificados, com base numa atitude pró-activa que permita qualificar os seus argumentos locais, a partir da identificação de investimentos estruturantes, do (re)ordenamento do seu território heterogéneo (litoral/interior; urbano/rural) e do reforço dos elementos objectivos de coesão social e territorial.” (CMP, 2009a, p. 9)

futuro do Concelho, de forma a responder à pergunta: que Peniche queremos (e consideramos viável) ter nas próximas duas décadas?” (CMP, 2009a, p. 6).

Com o objetivo de antecipar cenários futuros de desenvolvimento concelhio, utilizaram-se técnicas de análise prospetiva. Este planeamento estratégico foi definido como um instrumento que levaria a que um leque alargado de atores refletisse sobre o desenvolvimento de Peniche, apostando num modelo participativo de elaboração, com mais de uma centena de participantes nos ateliês de prospetiva (CMP, 2009a, p. 152).

“Essa interação em curso encontrou nos últimos meses diversas formas de manifestação, de que são exemplos mais expressivos as sessões temáticas com utilização das ferramentas da prospetiva estratégica (Ateliês de prospetiva temáticos, Jogo de Actores pelo Método MACTOR e Análise Morfológica) e a realização da Convenção “Sou de Peniche”, iniciativas que envolveram a participação de largas dezenas de penichenses, em debate vivo e aberto.” (CMP, 2009a, p. 7)

Foram definidas áreas de intervenção – Inserção regional de Peniche no Oeste e região Centro; Desenvolvimento social e dinâmica associativa; Estrutura económica e de emprego; pólo(s) de competitividade e inovação; Dinâmicas urbanas; Ambiente e património natural e Dinâmica de investimento municipal e intermunicipal e novos projetos –, implementadas através de duas fases: uma primeira de ‘Diagnóstico e Prospetiva Estratégica’ e outra de redação do documento estratégico, ‘Instrumentos de Atuação: Programas de Atuação e Projetos Estratégicos’.

Os ateliês de prospetiva pretenderam responder a três grupos de perguntas simples e diretas, através da análise SWOT:

- Quem somos? Pontos fortes e pontos fracos
- Que pode acontecer? Desafios e ameaças
- Que podemos fazer? Que vou fazer? Como fazer?

Desta fase surgem Pontos Fracos, Fortes, Desafios e Ameaças, e os chamados ‘Desafios Estratégicos’ para o futuro de Peniche.

“A utilização da Análise SWOT (...), permitiu desenvolver um exercício de prospectiva de suporte à elaboração de Cenários. A metodologia adoptada (Análise de Jogo de Actores) foi orientada no sentido de formular questões-chave de prospectiva e identificar as principais incertezas para o futuro, partindo de um levantamento prévio de desafios estratégicos e de objectivos que lhe estão associados, com contraste suficiente para evidenciar estratégias e prioridades dos actores em presença.” (CMP, 2009a, p. 154)⁷⁷

Assim, partindo da Análise de Jogo de Atores⁷⁸, é possível particularizar as questões-chave que serão utilizadas na construção dos cenários.

Os cenários foram construídos através do Método de Análise Morfológica. Este permite uma reflexão estruturada, decompondo-se “o sistema estudado em dimensões (componentes ou incertezas) e estas, nas suas várias configurações possíveis (hipóteses), constituindo as possíveis ou desejáveis imagens do futuro.” (CMP, 2009a, p. 161). Desejavelmente, será a partir destas visões do futuro – os cenários –, que os actores vão orientar a sua ação. Delinearam-se quatro cenários possíveis⁷⁹, cada um deles subdividido em duas propostas, dos quais, após validação, se optou pelo ‘verde-escuro’ (sustentável e equilibrado) que se decidiu designar ‘sardinha viva’.

Através da utilização de técnicas de análise prospetiva, definiram-se os vetores estratégicos, i.e., as linhas de ação matriciais que deveriam nortear o desenvolvimento do concelho de Peniche:

- Mar de Peniche – Inovação e Competitividade;
- Peniche Cidade – Qualificação Urbana e Integração Regional e
- Peniche Solidário – Coesão Social e Territorial.

⁷⁷ Para conhecer os Desafios Estratégicos e os Objectivos Associados, cf. CMP (2009a, pp. 155-156); os principais Actores estão seguidamente destacados nessa mesma publicação (idem, pp. 157-159)

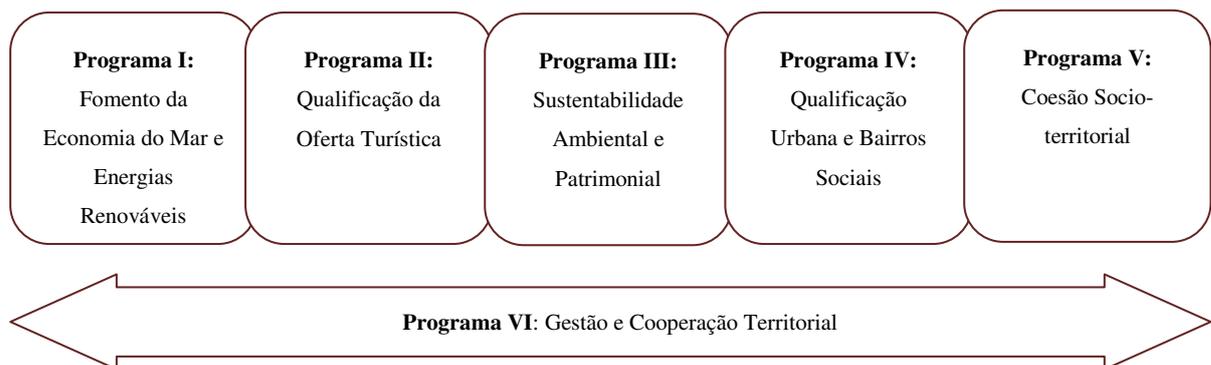
⁷⁸ Os actores são vistos, segundo o método Mactor, como “um grupo homogéneo que desenvolve uma estratégia idêntica e que assume uma relação de força semelhante em relação aos outros actores.” (CMP, 2009a, p. 294). Para um melhor conhecimento dos actores/agentes que foram validados pelo grupo de peritos que participaram nos painéis da Magna Carta, veja-se CMP (2009a, p. 294)

⁷⁹ Foram eles (CMP, 2009a, pp. 165-254):

- Cenário 1 – Cenário verde – Amigos do Ambiente (o mais sustentável)
- Cenário 2 – Cenário azul – Robalo Voraz (liberalizante ou neo-liberal)
- Cenário 3 – Cenário amarelo – Besugo Molengão (solução à portuguesa)
- Cenário 4 – Cenário negro ou cinzento – Tainha Fedorenta (não desejável)

Derivados dos vetores supracitados e com vista à sua operacionalização, concorrendo para a concretização do cenário pretendido (sustentabilidade e equilíbrio), surgem os programas de atuação do plano. São eles:

- 1) Economia do Mar,
- 2) Oferta turística,
- 3) Sustentabilidade Ambiental e Patrimonial,
- 4) Qualificação urbana,
- 5) Coesão sócio-territorial e
- 6) Cooperação territorial (este último é transversal aos cinco anteriores).



Esquema 4: Programas de atuação da Magna Carta Peniche 2025. Adaptado de CMP, 2004, p. 270

Com base no diagnóstico e reflexão frutos deste programa, constatou-se a importância, amplitude e valor estratégico do património cultural do concelho, definido como um recurso para o desenvolvimento, transversal aos diversos eixos programáticos.

É neste sentido que surge, posteriormente, a proposta de criação de uma rede museológica concelhia “como a resposta adequada às insuficiências detetadas no modelo que tem sido seguido de estudo e promoção do património histórico-cultural de Peniche” e que teria como funções: “elaborar e manter actualizado o inventário patrimonial do concelho, definir e assegurar a conservação do património a seu cargo, realizar as ações de divulgação e valorização adequadas.” (Serra, 2009, p. 4).

Este projeto museológico foi realizado nos anos de 2008 e 2009, contemplando vários núcleos, com programas museológicos adequados às diferentes características do património concelhio, prevendo-se a reestruturação do Museu Municipal existente na Fortaleza de Peniche e a criação de polos em diferentes localizações do concelho, nomeadamente através da sua instalação em imóveis de interesse patrimonial requalificados. Trata-se, naturalmente, de um projeto com uma aplicação faseada e que comporta substanciais mudanças no panorama cultural concelhio⁸⁰.

2.4 Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia

Um dos polos integrantes da Rede Museológica concelhia é o Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia (CIAB), núcleo museológico sediado na vila de Atouguia da Baleia, na igreja de S. José e no edifício anexo construído para o efeito.

Pode-se considerar que este projeto teve a sua génese nos últimos anos do século passado, consubstanciado por um trabalho de Leopoldina Manteigas (1999) a partir do qual se realizaram vários núcleos de discussão e debate com o objetivo de definir e concretizar este projeto, numa parceria de várias entidades e indivíduos que despoletaram o interesse em consumir este museu. Este primeiro projeto museológico previa já a igreja de S. José como sede do Museu de Atouguia da Baleia⁸¹, sublinhando a esperança de que seria “possível instalar em Atouguia da Baleia um Museu que possa Preservar a Identidade e Desenvolver a região” (Manteigas, 1999, p. 8). Aí apontavam-se como relevantes os seguintes aspetos a estudar para o estabelecimento do programa museológico: Região Natural⁸², Região Cultural⁸³ e Bens Culturais⁸⁴. O projeto era, no início do século, apresentado nos seguintes termos, na comunicação social local:

⁸⁰ Para um melhor conhecimento da Rede Museológica, veja-se o programa geral da Rede (CMP, 2009b)

⁸¹ Inicialmente designado *Museu de Atouguia da Baleia*, a alteração de designação deu-se em 2008 com a sua inserção na Rede Museológica concelhia.

⁸² Entendida como o “estudo dos elementos naturais característicos da região e da sua evolução no tempo, em ordem à caracterização do seu estado actual e à determinação da sua influência na fixação das populações, como determinante do seu modo de ser e dos seus hábitos.” (Manteigas, 1999, p. 8)

⁸³ Ou seja, os “elementos para o estudo das populações da região, sob diversos ângulos da evolução histórica e social, das actividades mais características, dos usos e dos costumes.” (Manteigas, 1999, p. 8)

⁸⁴ Visto como o “estudo dos bens legados pelas gerações que nos precederam” (Manteigas, 1999, p. 8).

“Trata-se de um museu de região que procurará promover o estudo, preservação e divulgação do Património e da identidade local, capitalizando um potencial cultural, numa perspectiva de dinamização turística. Trata-se de assumir o desenvolvimento local sustentado, em que o património cultural interage com o desenvolvimento das actividades económicas, e em que o Museu surge como vértice e pólo de promoção cultural, de lazer e de sociabilidade.” (Loios, 2001)

Nos debates então organizados em torno do tema de criação de uma unidade museológica nesta região e consequentes artigos de imprensa publicados, verificou-se o interesse da população no projeto. Tal é substancial num núcleo museológico que se presente participado e integrado na comunidade. Como referido no programa museológico do CIAB, produzido pela CMP, este facto “permite comprovar a importância que uma infra-estrutura deste tipo poderá ter no desenvolvimento turístico, económico e cultural local, de forma sustentada.” (CMP, 2009c, p. 2)

De forma resumida, passamos a apresentar os principais *timings* por que passou este projeto museológico.

Em 2001, dá-se uma candidatura a financiamento através de Contrato-Programa que permite o início da primeira fase de recuperação da igreja e construção de edifício anexo em 2006-2007⁸⁵. É em 2007 que se iniciam os trabalhos de inventariação, conservação e restauro do espólio que era, na altura, essencialmente composto por arte sacra e epigrafia. Este pertencia à Paróquia e estava depositado na igreja de S. José⁸⁶, tendo sido cedido então ao CIAB. Entre 2008 e 2009 concebe-se e aprova-se em reunião de Câmara Municipal de 11 de maio de 2009 a Rede Museológica do Concelho de Peniche e o Programa Museológico do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia. Em 2010 inicia-se a 2ª fase da Empreitada, com a recuperação do corpo da igreja e infraestruturação do edifício anexo, que se prolonga até final de 2011. É neste período que se desenvolve o Inventário Participativo de Atouguia da Baleia, que se adquirem os equipamentos e mobiliários administrativos e expositivos e que se

⁸⁵ Em 2006 conclui-se a aquisição do terreno sito em “Senhora da Graça”, anexo à Igreja de São José, para instalação desta unidade museológica e dá-se início à 1ª fase da Empreitada – reposição da cobertura da igreja e construção de edifício anexo. (CMP, 2012)

⁸⁶ A igreja de S. José estava inoperacional há cerca de duas dezenas de anos, servindo funções de armazém / depósito de materiais.

concebe a exposição inaugural do Centro Interpretativo. A abertura do CIAB e da reabilitada igreja de S. José concretizou-se a 17 de março de 2012.

Focalizando no projeto museológico, de destacar que, na sua conceção inicial, este não estava diretamente endossado à Câmara Municipal de Peniche. É com a proposta de criação de uma Rede Museológica do Concelho de Peniche e com a integração do CIAB na mesma e conseqüente apresentação do seu Programa Museológico, que se delineia uma gestão tripartida do núcleo (CMP, 2009c).

Esta fase supôs a interrogação das principais entidades envolvidas na gestão futura do processo – Município, Junta de Freguesia e Fábrica Paroquial⁸⁷ –, uma reflexão sobre os debates e apresentações que o projeto tinha tido anteriormente e uma pesquisa bibliográfica com vista a um diagnóstico e caracterização da freguesia onde estaria instalado o polo e principal área territorial abrangida e beneficiária.

Confirmam-se, então, insuficiências tanto ao nível dos estudos sobre o território, particularmente no que a dados etnográficos dizia respeito, como nos laços com a população da freguesia da Atouguia da Baleia⁸⁸.

No Programa Museológico do CIAB explicitam-se os objetivos deste polo:

⁸⁷ Nos debates preliminares de início do século, pensou-se a criação de uma Associação – a Associação de S. Leonardo – com vista a garantir a gestão do futuro Museu de Atouguia da Baleia. Esta nunca foi formalizada e, em 2008/09, foi considerada como inadaptada ao novo modelo de organização, através do qual se pensava o CIAB como um dos polos de uma rede museológica concelhia. No Programa Museológico do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia defendia-se que, não se efetivando a Associação de S. Leonardo, “deverá haver uma preocupação por parte da Câmara Municipal e da Rede Museológica no sentido de potenciar uma gestão conjunta com a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e a Fábrica Paroquial de S. Leonardo. Assim, propõe-se um modelo em que a CMP, através da Rede Museológica, tenha uma gestão directa do CIAB em termos executivos, havendo paralelamente um protocolo onde esta gestão camarária se apresente em articulação com as outras duas entidades acima referenciadas, a nível eminentemente consultivo, particularmente no que diz respeito à programação cultural de actividades do CIAB.” (CMP, 2009c, p. 16).

O protocolo de cooperação que confirma a gestão tripartida do espaço e a cedência formal do espólio foi posteriormente redigido, tendo sido assinado em sessão pública a 5 de março de 2012. Encontra-se disponível para consulta na página do Município em http://www.cm-peniche.pt/uploads/PDF_Noticias/CIAB2012_ProtocoloCooperacao.pdf.

⁸⁸ De notar que os primeiros projetos potenciais para o Museu de Atouguia da Baleia, ainda que debatidos e apresentados à população da Vila de Atouguia da Baleia, entendiam este núcleo com uma forte componente de história local, numa visão mais tradicionalista de museu do que a que se pretendeu aplicar *a posteriori*.

“O espaço museológico proposto tem como objectivo proporcionar uma visão integrada da **Região Histórica** de Atouguia da Baleia, não se resumindo, portanto, à actual freguesia, administrativamente definida. Para tal, pretende-se englobar conhecimentos de diversas áreas científicas que vão desde a geologia e da paleontologia à arqueologia e à história, passando também pela geografia humana e pela antropologia/etnografia.” (CMP, 2009c, p. 1. A negrito no original)

Defende-se, então, que os paradigmas da “Nova Museologia, Museus Comunitários e Museus de Região” serão tidos em conta na concretização do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia, por forma a garantir “um museu dinâmico e integrado, um espaço de ligação à cultura e comunidades locais” (idem).

Previam-se três grandes grupos de público-alvo (idem, pp. 17-18):

- 1) A população concelhia,
- 2) O público-escolar, concelhio e externo,
- 3) Os visitantes e turistas associados ao *touring* cultural e paisagístico.

Tal como referido no programa museológico do CIAB, pretende-se que este espaço seja um polo de atração turística e desenvolvimento sustentado da região, com uma forte vertente pedagógico-didática, que trabalha em articulação com os outros núcleos museológicos concelhios promovendo o património cultural e a identidade locais enquanto vetores de diferenciação positiva:

O CIAB, enquanto **pólo de desenvolvimento local**, será, igualmente, um **pólo de atracção de turismo cultural**, consolidando a Atouguia da Baleia e o concelho de Peniche no mapa do turismo cultural nacional, não só através de exposições patentes no próprio espaço museológico, mas também pela valorização de um circuito contemplando os restantes sítios de interesse patrimonial da região. (CMP, 2009c, p. 2. A negrito no original.)

O edifício-sede do CIAB encontra-se repartido em três pisos, ligados por escadas e elevador monta-cargas: o piso 0 (ou cave), onde estão instaladas as reservas técnicas e o laboratório de conservação e restauro⁸⁹; o piso 1 (ou rés-do-chão), onde se encontra a receção, a sala de exposições de longa duração e por onde se tem ligação à igreja de S. José; e o piso 2 (ou 1º andar), onde se encontra um gabinete administrativo e uma outra sala de reuniões onde

⁸⁹ Onde é intervencionado o espólio da rede museológica concelhia.

está instalado o Centro de Documentação, bem como o material de apoio ao Serviço Educativo.

A igreja de S. José, integrada no circuito de visita do CIAB, funciona como espaço multiusos:

“Paralelamente ao aspecto de **divulgação** directa do Património local, pretende-se igualmente que o CIAB funcione como **pólo lúdico**, devido às várias valências da Igreja de S. José enquanto espaço multi-usos. Com esta vertente, facilita-se a abertura do espaço museológico à comunidade, integrando-o no seu seio, facultando a criação de relações de maior simbiose entre o CIAB e os actores locais. Assim, por meio de eventos que podem não estar directamente ligados com o assunto discursivo do núcleo museológico – onde se inclui a possibilidade de realização de conferências, seminários e *workshops* sobre património e não só mas também eventos musicais, teatrais, e outros – convidar-se-á à estimulação de afinidades e também à visitação do núcleo.” (CMP, 2009c, p. 20. A negrito e itálico no original)

No que à acessibilidade diz respeito, o projeto arquitetónico permite a mobilidade e acessibilidade alargada aos vários espaços que compõem o CIAB e a exposição permanente procurou ser multissensorial, contendo diversos recursos expositivos inclusivos, como paisagem sonora, maquetes e tradução para braille.

Estando integrado na rede museológica concelhia, os recursos humanos que compõem a equipa multidisciplinar do CIAB não estão adstritos a este polo museológico, desenvolvendo as suas funções nas diversas valias da Cultura da CMP.

2.5 Inventário Participativo do Património Cultural de Atouguia da Baleia

Visando uma melhoria quantitativa e qualitativa no conhecimento do território base objeto do programa museológico do CIAB – particularmente ao nível do património de índole rural –, bem como o (re-)estabelecimento de laços de pertença, diálogo e reconhecimento entre a comunidade das várias povoações da freguesia de Atouguia da Baleia, o museu em implementação e os seus patrimónios, avançou-se para o terreno com um projeto que se designou por ‘Inventário Participativo do Património Cultural’ (IP).

O termo inventário, como referido anteriormente nesta dissertação, não deve aqui ser perspectivado na sua visão mais tradicional, contemplando o levantamento sistemático e exaustivo do espólio existente ou em processo de incorporação num determinado museu. Pelo

contrário, no caso em estudo pretende-se, a par do levantamento dos sítios de interesse patrimonial e patrimónios (in)tangíveis, divulgar o CIAB e estimular as populações das diversas localidades da freguesia a participarem, a serem sujeitos ativos na definição dos ativos patrimoniais, assumindo-se como co-inventariantes e atores desses “indicadores de memórias”⁹⁰, permitindo um (re)conhecimento ao nível do património local e um aumento da auto-estima, confiança e sentimento de pertença identitária.

Acreditando na premência de incluir a população de Atouguia da Baleia⁹¹ na construção deste projeto museológico e interpretativo, avança-se com o IP cujos objetivos elencamos abaixo:

- Alcançar um conhecimento mais aprofundado dos ativos patrimoniais da freguesia;
- Desenvolver a investigação etnográfica e histórica necessária à instalação do CIAB;
- Implementar um centro interpretativo que favoreça o desenvolvimento local, com ações que abranjam todo o território da freguesia;
- Permitir a interação museu-população e a construção conjunta e participada das várias ações de natureza museológica;
- Incentivar a valorização, preservação e (re)apropriação do património cultural;
- Estimular na população local um sentimento de pertença, sublinhando fatores de memória e identidade coletiva;
- Aumentar a valorização pessoal e coletiva das comunidades envolventes, na sua identificação com as referências patrimoniais – expostas no museu e interpretadas *in situ*.

Este capítulo terá uma redação essencialmente descritiva, procurando demonstrar as várias fases – a sequência de métodos – que o IP atravessou.

Apresentou-se, no final de 2009, um projeto com a aplicação de uma série de estratégias museológicas participativas que permitissem cumprir os objetivos acima expostos.

⁹⁰ Segundo expressão de Cristina Bruno (1996).

⁹¹ E das outras freguesias do concelho, sobretudo as com uma maior representação rural, numa fase mais avançada.

Após reunião com os técnicos da área do património cultural da CMP, e consubstanciação em pesquisas bibliográficas sobre museologia participativa, submeteu-se superiormente este projeto. Crendo-se que as associações e coletividades locais seriam parceiros privilegiados neste processo, e verificando-se o trabalho de terreno na área social já desenvolvido pelo Pelouro da Solidariedade Social junto destas entidades e populações, o IP foi, desde o seu início, acompanhado pela Vereadora e técnicos desse Pelouro.

Com a identificação dos objetivos e etapas de que se revestiria o IP, enviou-se ofício para as diversas associações culturais, recreativas, desportivas e sociais da freguesia⁹² bem como para o Agrupamento Vertical de Escolas de Atouguia da Baleia⁹³, convidando os seus representantes para uma reunião prévia onde seriam apresentadas as linhas orientadoras deste projeto. Também os parceiros institucionais do CIAB – Junta de Freguesia e Fábrica Paroquial – foram convidados a participar na reunião.

Antes da partida para o terreno, praticou-se um reconhecimento da área em estudo, incluindo observação, consulta de mapas e levantamento bibliográfico sobre a freguesia e

⁹² Contabilizam-se, para os devidos efeitos, um total de 27 associações na freguesia de Atouguia da Baleia, integrantes e participantes nesta pesquisa, repartidas por 15 localidades, sede das coletividades: Atouguia da Baleia, Bolhos, Bufarda, Carqueja, Coimbrã, Casais Brancos, Casais de Mestre Mendo, Casais do Júlio, Casal Moinho, Geraldês, Lugar da Estrada, Paço, Reinaldes, Ribafria e S. Bernardino.

Passamos a explicitar os dados expostos, sistematizando a contagem relativa ao número de associações de tipo social, cultural, recreativo e desportivo da freguesia:

- Atouguia da Baleia conta, de acordo com listagem divulgada pela CMP (2011), com 33 associações sedeadas nesta freguesia.
- Três destas entidades estão desativadas pelo que, apesar das tentativas iniciais de contacto, não fazem parte dos nossos cálculos para o presente estudo.
- Outras duas são de feição exclusivamente religiosa, não tendo igualmente sido contabilizadas. No entanto, de reforçar que o pároco, parceiro institucional pelo protocolo estabelecido com a Fábrica Paroquial e representante de uma outra associação de carácter social, foi presença constante nas iniciativas.
- Outra associação, sedeadada em Atouguia, sendo de carácter concelhio e pela sua natureza e especificidade (é um agrupamento musical) também não foi contabilizada.
- Por fim, também deixámos cair uma outra associação de carácter desportivo, previamente sedeadada em Atouguia da Baleia mas recentemente alterada para a cidade de Peniche e que cujas atividades já eram desenvolvidas na sede de concelho.
- Por seu lado, incluímos uma outra associação que não consta no inventário apresentado pela Ação Social no documento supramencionado (CMP, 2011). Não obstante pouco ativa, os seus dirigentes não a consideram desativada e será contabilizada neste trabalho. Apesar de não ter sido na sua sede que se desenvolveram as iniciativas, membros desta associação participaram na tertúlia que teve lugar nessa localidade – no caso concreto desta localidade, verificou-se que os órgãos sociais das três associações existente são idênticos.

⁹³ O Agrupamento de Escolas foi a única das instituições contactadas que não participou em nenhuma das ações desenvolvidas no âmbito do IP. Esta é uma falha que merece ser esbatida, nomeadamente através das atividades desenvolvidas pelo Serviço Educativo do agora inaugurado CIAB.

cada uma das localidades de Atouguia da Baleia. Nas tertúlias e encontros posteriores procurou-se o cruzamento de informação para confirmação das descrições bibliográficas com os dados fornecidos pelos participantes do IP.

O **primeiro encontro** com as várias entidades teve lugar na sede de uma das associações da freguesia de Atouguia da Baleia, no dia 18 de fevereiro de 2010, pelas 21h30. Nele estiveram presentes representantes políticos da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, técnicos dos Pelouros da Cultura e da Solidariedade Social da CMP, o pároco (representante da Fábrica Paroquial) e os dirigentes de várias das coletividades convocadas⁹⁴.

O projeto Inventário Participativo do Património Cultural foi aí apresentado, enquadrando-o nas linhas de ação do plano estratégico, Rede Museológica e Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia⁹⁵, seguindo-se uma fase de debate.

Iniciou-se então uma dinâmica de grupo na qual se solicitou aos presentes que escrevessem, em pequenos retângulos de papel, palavras, conceitos ou expressões que associassem a Património Cultural. Houve a preocupação de não desenvolver muito este tema nas apresentações e debates prévios, de forma a evitar condicionar as respostas. Daqui resultou um painel de conceitos plurifacetados, onde se demonstra a pluralidade e versatilidade do património cultural, abrangendo as áreas do património imóvel, móvel e imaterial⁹⁶.

Debatidos estes conceitos, solicitou-se ainda aos participantes um primeiro levantamento do que estes consideravam ser os patrimónios da sua localidade. Por questões de gestão do tempo disponível e considerando que este levantamento específico seria realizado nas tertúlias localizadas conjuntamente com as comunidades das diversas povoações, esta segunda parte não foi tão aprofundada ou discutida nessa noite.

⁹⁴ Estiveram presentes representantes de 15 das entidades neste primeiro encontro.

⁹⁵ Antes desta exposição sobre o IP, tiveram lugar as notas introdutórias e a apresentação dos presentes. Foram também brevemente expostos outros projetos camarários de interesse para essas comunidades e associações, como o GPS – Gestão e Proximidade para a Sustentabilidade e o GMIEA – Gabinete Municipal de Iniciativa, Empreendedorismo e Associativismo.

⁹⁶ Anexamos à dissertação este primeiro quadro com os conceitos de património que foram apresentados pelos participantes no encontro de dia 18 de fevereiro de 2010 (cf. Anexo 1).

O debate sobre o papel do associativismo, do património, da conservação fluiu, calendarizando-se, no final, as primeiras tertúlias a realizar nas sedes das instituições das diversas localidades.

Os resultados do seminário, nomeadamente o conjunto de conceitos sobre Património Cultural, posteriormente formatado em quadro-tabela, foram devolvidos, via ofício distribuído tanto às associações que participaram nessa reunião como àquelas cujos dirigentes não puderam estar presentes no primeiro encontro. Em anexo ao ofício de agradecimento seguiam também dois outros documentos: um com excertos dos conceitos espelhados na Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, e, outro, com resumo da reunião, reforço dos objetivos do IP e delineamento das futuras ações a levar a cabo no âmbito deste projeto, em articulação com as associações e populações locais.

Após este primeiro seminário de preparação com os dirigentes associativos, iniciaram-se as **tertúlias**. Estas decorreram nas sedes das diversas associações da freguesia. Nos casos em que havia mais do que uma associação por localidade, realizou-se apenas uma tertúlia, numa das sedes, de acordo com seleção realizada pelos próprios, congregando assim as diferentes entidades associativas e a população dessa localidade. Realizaram-se, ao todo, 15 tertúlias no âmbito deste projeto que contaram com a participação da totalidade das 27 coletividades e abrangeram um número superior a duas centenas de participantes⁹⁷. Os pequenos aglomerados, sem associação, foram integrados na tertúlia da localidade mais próxima.

As diferentes tertúlias realizaram-se à noite, normalmente no café da coletividade ou sala próxima, tendo sido divulgadas nas diferentes localidades pelos membros das associações pessoal e diretamente entre amigos e familiares, através de cartaz e *flyer*-convite apelando à

⁹⁷ As 15 tertúlias referidas não contabilizam a primeira reunião de apresentação, somente com dirigentes associativos. Dos 15 encontros referidos, 14 decorreram entre março e junho de 2010, na primeira fase de implementação deste projeto. Numa das localidades só foi possível realizar a tertúlia mais tarde, por indisponibilidade profissional dos intervenientes.

participação da população das comunidades (produzido pela CMP e distribuído localmente pelas associações)⁹⁸ e/ou pela internet (nomeadamente através de blogs pessoais).

Estes encontros tomaram, genericamente, a seguinte programação:

- 1) Boas vindas e apresentação inicial por parte da Vereadora da Solidariedade Social da CMP.
- 2) Apresentação sobre o CIAB e o IP, por parte dos técnicos da Cultura da CMP.
- 3) Mapeamento dos patrimónios culturais da localidade, com levantamento concomitante da sua importância, caracterização da localidade e primeira sistematização de outros patrimónios, intangíveis, como festividades, tradições gastronómicas.

Estes passos foram intercalados com momentos de debate, discussão, problematização e exposição de preocupações por parte dos participantes nas tertúlias. O desaparecimento, alterações de estrutura ou atolamento de imóveis como é o caso de algumas fontes, por demolição ou desleixo, foi um dos elementos amplamente referenciados, demonstrando o cuidado das populações com estes bens patrimoniais comunitários e a sua representação na identidade social e cultural destas comunidades.

Passamos a desenvolver este terceiro ponto, referente ao **mapeamento** dos locais de interesse patrimonial da localidade – os “lugares de memória” (segundo expressão de Pierre Nora), tendo como objetivo conhecer e preservar o “espírito do lugar”⁹⁹.

Nesta fase, solicitava-se aos presentes a divisão em grupos de menores dimensões¹⁰⁰. À volta das mesas eram dispostos as ferramentas de trabalho: impressão de ortofotomapa da localidade colado sobre *k-line*, pioneses, canetas de acetato, esferográficas, papel e – o mais

⁹⁸ Exemplos destes panfletos de divulgação – tanto das tertúlias como das caminhadas – encontram-se no anexo da presente dissertação (Cf. Anexos 2 e 3).

⁹⁹ Veja-se a Declaração do Quebeque de 2008 sobre a preservação do ‘*Spiritu loci*’ (ICOMOS, 2008)

¹⁰⁰ Dependendo do tamanho da localidade bem como do número previsto de locais de interesse patrimonial a identificar, assim o número de ortofotomapas em que era desdobrada a povoação e, conseqüentemente, assim o número de grupos em que eram repartidas as tertúlias nesta fase. Cada grupo estava acompanhado de um ou mais técnicos que apoiavam a inventariação. Na generalidade das tertúlias, dividiu-se a localidade em dois, com dois grupos de trabalho com cerca de 5-10 participantes.

importante – os participantes da tertúlia, conhecedores privilegiados dos seus patrimónios vivenciados e vivificados.

À pergunta: quais são os vossos patrimónios / os patrimónios desta localidade, iam surgindo as várias respostas, devidamente sinalizadas nos ortofotomapas com um piónés numerado e assinalada a legenda no bloco de notas, procurando redigir o máximo de informação possível sobre aquele local.



Figuras 3 e 4: Mapeamento participativo do património, com base em ortofotomapas da localidade. Fotografia da tertúlia na Bufarda (09-06-2010) e em Casais do Júlio (19-05-2010). Nesta última de notar a exposição de fotografias antigas cedidas pela população, que estava patente no café da associação, promovida pela coletividade. Fonte: CIAB/CMP

As tertúlias tiveram um tempo médio de duração de 2,5 horas, verificando-se como espaços de partilha, afirmação e rememoração. Houve levantamento fotográfico e gravação audiovisual de parte das tertúlias, com a devida autorização por parte dos presentes.

Já no museu, estes primeiros mapeamentos foram transferidos para aplicação informática e colocados por *layers* temáticas com cores correspondentes: Arquitetura religiosa; Moinhos e eiras; Fontes, bicas e lavadouros (e outros elementos associados ao elemento água); Edifícios públicos ou monumentais de carácter civil; Edifícios associados a atividades profissionais (veja-se exemplo de mapeamento na Figura 5 e no Anexo 4). Estas divisões resultaram dos dados recolhidos nas tertúlias. Como referido, também se procedeu a uma pequena caracterização da localidade, seus costumes, tradições, festividades, atividades económicas e outros pontos considerados de interesse e referenciados pelos participantes.

Todos estes elementos foram sistematizados em documentos informatizados, discutidos entre os técnicos e, em encontros posteriores, devolvidos à população com vista à confirmação e requalificação dos dados inventariados.



Figura 5: Exemplo de mapeamento participativo do património cultural (Geraldes). Fonte: CIAB/CMP ¹⁰¹

Realizaram-se também, no âmbito do IP, **caminhadas de reconhecimento**¹⁰², numa iniciativa que se designou ‘À descoberta do património de ...’. Nas caminhadas, realizadas durante a manhã ou a tarde, convidou-se a população a complementar a cartografia da localidade anteriormente realizada, percorrendo os diferentes trilhos da povoação em busca dos sítios mapeados anteriormente, a relembrar outros que não tinham sido identificados, a despertar antigas memórias e a criar uma maior densidade memorativa em cada um dos locais¹⁰³. Desta forma incentivou-se a participação de novos atores e a consolidação das

¹⁰¹ Para melhor perceção, encontra-se em anexo (cf. Anexo 4) este exemplo em maiores dimensões e respetiva legenda, conforme disponível na exposição de longa duração ‘Centro Interpretativo de Atougua da Baleia: um projeto museológico participativo’.

¹⁰² Adota-se, aqui, a expressão de Hugues de Varine (2002). Estas caminhadas foram designadas por nós, no início do projeto, ‘passeios sistemáticos de identificação’, tendo como inspiração a técnica “transect walks” proposto em Chambers (1992). Facilmente associável à metodologia que está na base da Expedição São Paulo 450 anos – para mais informações veja-se Bruno et al (2004) e Franco (2009).

¹⁰³ Não foi possível a realização, no período abrangido pela dissertação, de caminhadas de reconhecimento em todas as localidades. Tal não obsta a sua realização futura.

relações estabelecidas entre os técnicos e a comunidade e, conseqüentemente, entre a comunidade, o Património Cultural e o museu. Estas caminhadas – tal como, aliás, as tertúlias ou as entrevistas de grupo –, ao serem realizadas em grupo, permitem a triangulação e a verificação mais apurada dos saberes partilhados e dos patrimónios identificados. As caminhadas foram acompanhadas de levantamento audiovisual dos patrimónios, dos percursos e interações.



Figuras 6 e 7: Caminhadas de Reconhecimento em Casais Brancos, a 07-09-2010 (junto à antiga Merceria e Taberna do Herculano Santos) e no Lugar da Estrada, a 11-10-2010 (junto ao Poço do Casal Salgueiro). Fonte: CIAB/CMP

Tiveram lugar **visitas técnicas** às diferentes localidades contempladas pelo IP, para verificar *in loco* questões como: descrição e caracterização dos elementos patrimoniais, confirmação de mapeamento, levantamento fotográfico dos locais, preenchimento de fichas sobre o estado de conservação do edificado, georreferenciação de alguns sítios identificados.

Das tertúlias e encontros posteriores, surgiram propostas para linhas de investigação, seja pela indicação de informantes-chave que, pela sua idade, profissão e/ou história de vida, sobressaíram no universo daquela localidade, seja pela proposta de levantamento de saberes, rituais e cerimónias públicas relevantes.

No caso das entrevistas, geralmente associadas a **recolha de histórias de vida**, foram feitas por mim, enquanto antropóloga da CMP e investigadora participante no projeto

IP, com base em guiões de entrevista semi-dirigida definidos para o efeito¹⁰⁴. As entrevistas foram, na sua quase totalidade, gravadas em áudio (e posteriormente transcritas) e desenrolaram-se nos espaços da associação ou na habitação/propriedade dos entrevistados, normalmente sem outros participantes presentes. As recolhas de histórias de vida abrangeram profissionais de áreas consideradas relevantes pelos participantes do IP, como rendilheiras, moleiros ou proprietários de estabelecimentos comerciais. Procedeu-se, também, à realização de entrevistas de grupo as que tiveram lugar no Centro de Convívio de Atouguia da Baleia, mais genéricas, sobre vivências e costumes, festividades e lendas. Nesta entrevistas – tal como em outras conversas informais – procurou-se apurar o que é que aqueles intervenientes gostariam de ver tratado e exposto no novo museu (CIAB).

Consequência do primeiro contacto com as instituições e das tertúlias, realizou-se o **levantamento de património imaterial**, nomeadamente de procissões, por proposta dos parceiros locais, que incluiu o acompanhamento da preparação (nalguns casos), levantamento audiovisual do ritual, recolha e digitalização de espólio fotográfico (ou apenas o levantamento audiovisual). Procurou-se incentivar uma co-inventariação, quer no delineamento do levantamento, quer no preenchimento das fichas de inventário.



Figuras 8 e 9: Exemplos de levantamento de PCI: Procissão dos Passos em Atouguia da Baleia (encontro das imagens de N^ª Senhora e Senhor dos Passos em frente à Igreja de N^ª Senhora da Conceição), a 28-03-2010, e Círio dos Bolhos ao Santuário do Bom Jesus do Carvalhal (chegada do Círio à Igreja de Santo António, nos Bolhos), a 24-10-2010. Fonte: CIAB/CMP

¹⁰⁴ Como exemplo, colocou-se como apêndice o guião de entrevista semi-dirigida para proprietários de moinhos (Cf. Apêndice 1).

Também se procedeu à **recolha de espólio etnográfico e fotográfico**, particularmente no período imediatamente anterior e após a abertura do espaço museológico.



Figuras 10 e 11: Recolha de espólio fotográfico: Fotografia digitalizada – Anjinhos da Procissão dos Passos de 1969, em Atouguia da Baleia (cedida por um participante no IP, em março de 2010), e análise conjunta de álbum com vista à recolha de fotografias antigas de acontecimentos e lugares significativos da localidade (Carqueja, 08-01-2012). Fonte: CIAB/CMP

Estes passos permitem uma aproximação à comunidade cada vez mais profunda, uma melhoria nos conhecimentos sobre a localidade e um estreitamento das relações. Facilitam, ainda, a apresentação e divulgação do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia e do projeto Inventário Participativo.

As várias informações recolhidas foram sendo sistematizadas e devolvidas às pessoas e comunidades envolvidas, nomeadamente através de encontros com os membros das associações¹⁰⁵, que puderam confirmar, acrescentar e melhorar o levantamento realizado.

Outras iniciativas visando a promoção e divulgação patrimonial foram levadas a cabo ao longo deste processo. Destas destacamos:

- **Percursos pedestres pelo património histórico e etnográfico** nas freguesias rurais do concelho de Peniche, no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e

¹⁰⁵ Em alguns casos, as relações tornaram-se bastante estreitas, com trocas regulares de e-mails com os participantes e membros das coletividades, para esclarecimento de dúvidas e pequenas retificações e divulgação do andamento do projeto e outras iniciativas de relevo na área do património cultural e associativismo.

Sítios, subordinada à temática ‘Património Rural, Paisagens Culturais’ (abril de 2010).

No caso de Atouguia da Baleia, esta ação de sensibilização e valorização do património rural concelhio resultou de uma organização da CMP com a colaboração da Junta de Freguesia e de uma das associações desta vila. O percurso decorreu da sede do Centro de Canoagem do Oeste, junto à Barragem de S. Domingos, passando pela aldeia de Coimbra e subindo para a vila de Atouguia da Baleia pela estrada antiga. Aberto a todos os interessados, foi acompanhado pelos técnicos de património cultural da CMP e por um antigo trabalhador rural que expos a sua experiência nas quintas agrícolas, parte das quais agora submersas pela albufeira da barragem, e partilhou as suas memórias sobre aqueles lugares, azenhas, moinhos e caminhos. Visitaram-se ativos patrimoniais de relevo – alguns dos quais classificados – tendo-se terminado o percurso junto à Fonte Gótica, monumento do século XIV amplamente referenciado pela população atouguiense nos diversos contactos pela sua importância enquanto ponto de recolha de água mas também de encontro, socialização e memória, recentemente alvo de intervenção de conservação e restauro.

- **Ações de conservação preventiva participativa** de património edificado, enquadradas nas Jornadas Europeias do Património, sob a temática ‘Património: Um Mapa da História’ (setembro de 2010).

Foram realizadas quatro ações contemplando quatro imóveis em quatro localidades da freguesia de Atouguia da Baleia, numa organização da CMP com a colaboração da Junta de Freguesia e das associações das diferentes localidades implicadas. Pela importância atribuída ao elemento ‘água’ no processo de levantamento patrimonial, selecionaram-se para esta iniciativa quatro fontes / poços públicos que necessitassem de reabilitação mas cujos problemas não implicassem uma intervenção estrutural.

Para apresentar os procedimentos, tomaremos como exemplo a fonte cuja intervenção foi mais substantiva¹⁰⁶ e participada. A iniciativa foi levada a cabo no sábado de manhã, tendo-se removido a vegetação herbácea, as terras envolventes e sobre a construção e

¹⁰⁶ As restantes implicaram essencialmente limpeza, antigo caiamento com falta de adesão e caiamento geral, a par da vertente pedagógica e relacional, de preenchimento das fichas de caracterização e conservação do edificado.

o entulho do seu interior, e procedido à limpeza da superfície das cantarias. Realizou-se, também, o preenchimento da ficha de levantamento do estado de conservação da fonte, sempre em diálogo com a população presente. A ação de conservação participativa foi filmada e fotografada.

A participação deu-se tanto ao nível da requalificação do espaço como também no acompanhamento dos trabalhos por parte de participantes mais velhos, que partilharam as suas memórias sobre aquele espaço. Posteriormente a esta iniciativa, a população e a Junta de Freguesia eliminaram a terra circundante à fonte e, num período posterior, houve intervenção de conservação e restauro do imóvel por parte da CMP.

Estas Jornadas verificaram-se como uma importante campanha de educação, preservação e valorização do património cultural edificado de forma integrada.



Figuras 12 e 13: Ações de conservação preventiva participativa no âmbito das Jornadas Europeias do Património 2010 (Fonte dos Loureiros, Geraldês, e Fonte dos Namorados, Reinaldes). Fonte: CMP

- Apoio a **ações museológicas promovidas e desenvolvidas pelas associações / localidades.**

Expomos agora o trabalho desenvolvido no âmbito de um evento organizado por esta associação designado ‘Festival dos Saberes, Tradições e Sabores’ numa articulação entre a CMP (Pelouros da Cultura e Solidariedade Social) e o Sporting Clube da Estrada. Este festival, que vai já na sua terceira edição, contempla uma vertente gastronómica, com

degustação de iguarias regionais, e outra vertente, cultural, com exposições, visitas e recreações¹⁰⁷.

Integrado neste evento, no último fim-de-semana de julho de 2011 teve lugar uma visita guiada a três moinhos do concelho, incentivando a fruição e valorização do património cultural e paisagístico concelhio, em particular o molinológico. Tal implicou a seleção dos locais, mas também o levantamento das características históricas e arquitetónicas desses moinhos, e, num dos casos, a recolha da história de vida do moleiro. Este ‘roteiro dos moinhos’ foi acompanhado de um flyer com uma breve descrição de cada moinho. Os técnicos da CMP/Rede Museológica e os moleiros e proprietários dos Moinhos acompanharam e guiaram o percurso.



Figura 14: Roteiro dos Moinhos associado ao Festival dos Saberes, Tradições e Sabores promovido por uma coletividade da freguesia (Sporting Clube da Estrada, do Lugar da Estrada. Na fotografia observa-se a visita ao Moinho do Sr. Arnaldo, em Geraldês, a 30-07-2011). Fonte: CMP

Paralelamente, na sede da associação, esteve patente ao público a Exposição ‘À Descoberta dos Moinhos do Concelho de Peniche’, organizada pela CMP com fotografias da autoria de três estudantes da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, associadas a um trabalho académico que as mesmas desenvolveram. Esta exposição fotográfica foi

¹⁰⁷ Em anos anteriores, criou-se a debulha do milho com malhar e da fava em trilho tradicional e realizaram-se exposições sobre o ciclo do vinho e do pão.

concebida tendo como objetivo a sua itinerância. Houve ainda uma outra exposição, à qual também prestámos apoio na montagem e realização de folha de sala, designada pela coletividade organizadora como ‘Arte ao Entardecer’, na qual artistas com mais de 60 anos expuseram as suas obras. A apresentação das Marchas Populares de algumas das localidades da freguesia¹⁰⁸, bem como atuações musicais com repertório da música tradicional portuguesa, animaram as tardes e noites do evento.

O projeto Inventário Participativo foi sendo divulgado através diversos meios de comunicação, ainda antes da inauguração do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia. Destes destacamos a divulgação direta junto das comunidades e associações locais, a publicação de artigos e a participação em seminários e conferências¹⁰⁹. Esta difusão foi vista como fundamental, sobretudo após a primeira fase de aplicação do IP, visando a promoção do projeto museológico e das atividades desenvolvidas no âmbito do IP / CIAB junto da população do concelho e de técnicos e estudiosos desta temática.

Por fim, destacamos a devolução e divulgação última do projeto: o resultado do processo de co-inventário acima descrito pode ser observado na exposição inaugural do CIAB, que se designa ‘Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia: um projeto museológico participativo’. Nesta, encontram-se os mapeamentos realizados nas várias localidades bem como fotografias das atividades desenvolvidas e intervenientes, fotografias antigas recolhidas e outro espólio e informação resultante do processo. Como esta última expressão indicia,

¹⁰⁸ As marchas populares são um projeto dinamizado pela Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia em conjunto com 6 coletividades locais. De ressaltar as interessantes temáticas escolhidas pelas diversas marchas, que retratam muitas das vezes atividades, patrimónios e personagens histórico-culturais.

¹⁰⁹ Apresentaram-se publicamente os trabalhos desenvolvidos na *Conferência “Peniche – ÁGUA: Cultura e Património”* (abril 2011), na *V Convenção “Sou de Peniche – Por um território vivo, onde apetece viver!”* (junho 2011), na *Sessão Solene do Dia do Município* (agosto 2011) e no *1º Congresso de Património da Alta Estremadura* (outubro 2011).

Submeteram-se dois artigos para publicação, um na *Paideia – Revista de Cultura e Ciência da Escola Secundária de Peniche* (Janeirinho, 2011) e outro para as *Atas do 1º Congresso de Património da Alta Estremadura* (Janeirinho, Venâncio, & Martins, no prelo).

Por fim, de referir que diversas notas de imprensa foram publicadas neste período, tais como «*Património Rural, Paisagens Culturais*»: *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios* (abril 2010), *Município de Peniche desenvolve projecto de Centro Interpretativo de Atouguia de Baleia: Comunidade inventaria o seu património cultural* (abril 2010) ou *Jornadas Europeias do Património em Peniche: Comunidade recupera fontes antigas* (setembro 2010), disponíveis no Portal da CMP em www.cm-peniche.pt.

sendo considerado como um processo, o projeto e a própria exposição não estão terminados, estando sujeitos a atualizações e aprofundamentos constantes.

Podemos observar, dos diferentes exemplos de ações desenvolvidas no ‘Inventário Participativo do Património Cultural de Atouguia da Baleia’, que as diferentes funções museológicas de pesquisa, conservação e comunicação foram sendo aplicadas num projeto que seria, em teoria, essencialmente no âmbito da pesquisa museológica.

2.6 Conclusões intermédias e desenvolvimentos futuros

Em março de 2012 inaugurou o Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia. Dos festejos constaram, a 17, concertos do Grupo de Metais da Sociedade Filarmónica União 1º de Dezembro de 1902 de Atouguia da Baleia e dos Coros de Geraldês e Stella Maris, os discursos e a abertura da exposição inaugural e, a 19, teve lugar na igreja de S. José a tradicional missa em honra de S. José, cerimónia anual realizada neste templo até há mais de duas décadas, altura em que a igreja encerrou plenamente por falta de condições de higiene e segurança. Este era um ritual amplamente referenciado pela população nas entrevistas e contactos informais, sendo natural a sua (re)celebração após a remodelação da igreja e inauguração do centro interpretativo.

Entre final de 2010 e de 2011 houve um período menos ativo do projeto museológico e do próprio Inventário Participativo¹¹⁰, devido a alguma indefinição ao nível do cronograma do projeto. Por outro lado, esta foi uma fase de promoção e divulgação do projeto e das ações levadas a cabo até então e de apoio a iniciativas desenvolvidas pelas associações (como é o caso do evento ‘Saberes, Tradições e Sabores’ descrito no capítulo anterior). Redefiniu-se, ainda, com base nos dados recolhidos na primeira fase do projeto a museografia da exposição inaugural e equipou-se o espaço. A partir do último trimestre de 2011, com uma maior definição das coordenadas do polo museológico, intensificaram-se os contactos com as populações. É nesta altura que se realizam as confirmações dos mapeamentos, algumas entrevistas e as recolhas de espólio fotográfico e etnográfico e se procede à montagem da

¹¹⁰ Tal justifica-se por dificuldades ao nível das obras do Centro Interpretativo e também na gestão de outros projetos museológicos concelhios pelos quais os técnicos se dividem.

exposição inaugural “Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia: um projeto museológico participativo”. Nesta exposição apresenta-se:

- 1) a história do museu, sua génese, desenvolvimento, espólio e ações desenvolvidas;
- 2) a história de Atouguia da Baleia e do concelho de Peniche¹¹¹, interpretando os impactos da evolução geomorfológica do território no povoamento e fixação das populações na região, bem como alguns dos principais episódios e personagens históricos relevantes;
- 3) Atouguia da Baleia hoje e no último século, perspetivando a totalidade da freguesia;
- 4) Inventário Participativo do Património Cultural – apresentação do projeto e dos ativos patrimoniais levantados ao longo dos encontros com as populações e das suas visitas ao CIAB¹¹².

Esta é uma exposição em processo, com partes assumidamente em construção, tal como já anteriormente referido. A título de exemplo, existe na sacristia um recurso multimédia com fotografias antigas que tem vindo a ser aumentado graças às cedências de espólio fotográfico para digitalização. As opiniões dos visitantes têm sido tidas em conta quer nas exposições vindouras quer na própria exposição de longa duração, seja a nível de conteúdos seja de expografia.

A multiplicidade de agrupamentos populacionais pertencentes à freguesia em estudo dificultou o levantamento bem como um acompanhamento próximo e sistemático das comunidades. Assim, como exposto¹¹³, optou-se numa primeira fase por fazer uma aproximação extensiva, alargada a todas as quinze localidades com coletividade.

¹¹¹ Atouguia foi o primeiro foco de povoamento permanente, sendo sede do concelho durante toda a Idade Média. A herdade de Atouguia foi, no século XII, doada por D. Afonso Henriques a D. Guilherme de Corni, cruzado franco. Na altura, o estuário do rio de S. Domingos era navegável, pelo que o mar chegava a Atouguia, vindo esta a ser um dos principais portos do reino de Portugal na Idade Média. Por seu lado, Peniche era uma ilha, ocupada por alguns pescadores e com muito menor importância relativa, só ganha *a posteriori* com o assoreamento progressivo do estuário.

¹¹² Os vários ativos referidos estão sinalizados no CIAB. Sobre aqueles que se verificaram ter um maior potencial turístico, criou-se uma base de dados disponível num recurso expositivo multimédia, que permite ao visitante conhecer melhor o território e os seus patrimónios, convidando, assim, a fruir dos mesmos *in situ*.

¹¹³ Cf. ponto 2.5 da presente dissertação.

As tertúlias foram os principais momentos desta relação museu-comunidade. Nestes encontros foi possível proceder ao mapeamento, identificação e o (re)conhecimento dos lugares de memória destas localidades e o levantamento das memórias associadas a esses lugares. As tertúlias permitiram também conhecer as inquietações atuais, os patrimónios e as tradições das diversas localidades bem como perceber diferenças e permanências entre elas. Reforçamos o referido em artigo publicado na *Paideia – Revista de Cultura e Ciência da Escola Secundária de Peniche*, onde considerámos que as tertúlias participativas iniciais se desvendaram como oportunidades de:

- “- Debate e troca de opiniões, sugestões e ideias sobre o Património, a sua gestão, o centro interpretativo e outros pólos museológicos em potência,
- Reforçar as preocupações sobre patrimónios em vias de desaparecimento (nomeadamente fontes atoladas) directamente aos representantes políticos,
- Recordar acontecimentos passados, perceber alterações, partilhar memórias,
- Reconhecimento da amplitude e importância do seu Património,
- Aumento da auto-estima e início de reconhecimento da importância do seu conhecimento, do seu saber e da sua memória para a construção do CIAB e para a identidade da freguesia, qualificando esse saber como Património Cultural,
- Identificação dos locais, suas histórias e importância, bem como 1º levantamento do património imaterial da localidade,
- Delineamento de novas estratégias e identificação de inventariantes ou outros habitantes que gostariam de ser entrevistados e/ou de participar nas próximas acções,
- Informar os participantes de medidas de apoio social que estão a ser desenvolvidas pelo município, através do trabalho de proximidade junto das populações do concelho de Peniche,
- Aprofundar o conhecimento das dinâmicas das associações recreativas, culturais e desportivas, perspectivando um trabalho em rede entre as mesmas.” (Janeirinho, 2011, pp. 63-64)

Entendemos, no desenvolvimento deste trabalho, que o universo de interesse da Museologia é a preservação de bens patrimoniais vistos como indicadores de memória repletos de sentidos e significados, visando a sua salvaguarda e comunicação. O CIAB, as atividades de serviço educativo em desenvolvimento e o projeto IP são disso reflexo.

Destacamos quatro iniciativas promovidas desde a abertura do CIAB que, apesar de estarem já fora do período temporal definido na dissertação, permitem compreender as apostas e desafios para o futuro deste espaço e o esforço que tem vindo a ser feito com vista à inclusão das populações e dos seus contributos no CIAB:

- ‘De que é feito um museu?’: serviço educativo que permite aos visitantes, acompanhados pelos técnicos da área da antropologia / museologia e conservação e restauro, conhecerem as exposições patentes ao público no CIAB mas também o *backoffice* da unidade museológica, convidando-os a percorrer o laboratório de conservação e restauro, as reservas técnicas¹¹⁴ e o centro de documentação, numa proposta pedagógica que articula a vertente comunicativa e educativa com o despertar do saber sobre as funções de preservação e conservação do museu. A atividade é essencialmente direcionada para a comunidade concelhia, que assim descobre o funcionamento do CIAB e desenvolve atitudes preservacionistas.
- ‘Visitas guiadas ao CIAB e ao Centro Histórico de Atougua da Baleia’: esta atividade permite ao visitante, depois de uma interpretação do território conseguida através da visita e das ferramentas expositivas, conhecer *in loco* alguns dos patrimónios de Atougua da Baleia, através de um percurso pedestre acompanhado pelas ruas da vila.
- ‘Património do mês’: a iniciativa pretende o destaque, valorização e promoção de patrimónios específicos, em cada mês. Estes podem integrar o espólio museológico do CIAB ou serem cedidos temporariamente para este efeito. Procura-se um diálogo com a população, o proprietário e o visitante. A história de vida do proprietário bem como as histórias por detrás do objeto são, sempre que tal se apresente como relevante, sublinhadas. Esta iniciativa está associada ao levantamento audiovisual de histórias de vida e outros registos orais, contribuindo para o estudo e a criação de uma base de dados sobre as memórias e o PCI concelhio.
- Exposição ‘Associemo-nos! O movimento associativo no concelho de Peniche’: foi primeira exposição temporária produzida para o Centro Interpretativo de Atougua da Baleia e pretendeu realçar a importância que o movimento associativo tem neste concelho e valorizar as entidades associativas que tanta

¹¹⁴ De notar que, tratando-se de um centro interpretativo, optou-se por colocar poucas peças em contexto expositivo, procurando antes objetos-ícones, com ‘história(s)’ que apoiassem na função ‘interpretativa’ do local. As peças serão ciclicamente substituídas por equivalentes que estejam em reserva. A visita às reservas técnicas, no contexto da atividade de Serviço Educativo ‘De que é feito um museu?’ é, também, uma forma de devolver às pessoas que nos visitam os patrimónios doados que (ainda) não estão em exposição.

relevância tiveram na implementação do IP / CIAB. Coube a cada coletividade a seleção dos objetos através dos quais se fez representar nesta exposição temporária.

No futuro, tal como espelhado nas iniciativas atrás avançadas, mais do que intensivas investigações sobre cada uma das localidades como aconteceu na primeira fase do Inventário Participativo, procurar-se-á definir temáticas e parceiros estratégicos. Tem-se vindo a proceder ao delineamento de temas orientadores que vêm regendo as aproximações, mais direcionadas, e que permitirão uma continuada participação das populações nomeadamente através das exposições a integrar o CIAB, com o apoio destas na definição dos temas, no levantamento histórico e etnográfico, no inventário e cedência de espólio, etc. Nos diversos encontros levados a cabo ao longo destes últimos dois anos, foi-se apontando alguns ativos patrimoniais a promover e objetos de interesse. O apoio a ações museológicas desenvolvidas pelas comunidades – e muito concretamente pelas associações – bem como a proposta de outras atividades culturais no seio do CIAB ou no território envolvente, permitirão uma contínua aproximação às comunidades, valorização, reconhecimento e divulgação do seu património.

As entrevistas, as caminhadas e outros processos de sondagem, divulgação e educação continuarão a ser levadas a cabo, nomeadamente através do levantamento sistemático do património oral e imaterial (tais como saberes, histórias de vida, memórias, rituais ou cerimónias públicas) ou da inventariação dos principais locais referidos no IP (implicando o registo das suas características históricas e arquitetónicas mas também condições de conservação e potencialidades de restauro, quando relevante).

Do IP e das visitas técnicas ao terreno resultou uma base de dados substancial ainda em construção e ampliação que se pretende que englobe o património tangível e intangível e que venha a estar acessível *online*, por forma a abranger um público mais vasto e promover o turismo cultural no concelho. Para já, os vários ativos referidos durante os encontros do Inventário Participativo estão sinalizados no CIAB, em mapas bidimensionais acompanhados de legendas. Sobre aqueles locais que se verificaram ter um maior potencial turístico, criou-se uma aplicação disponível num recurso expositivo multimédia existente na exposição de longa

duração que permite ao visitante conhecer mais profundamente o território e os seus patrimónios, convidando, assim, a fruir dos mesmos *in situ*.

A valorização e a participação da comunidade e dos seus ativos patrimoniais é o princípio orientador da ação do CIAB, pelo que as iniciativas a desenvolver na sua sede ou impulsionadas por este polo noutros pontos da freguesia privilegiarão a opinião, o saber, o contacto e o envolvimento da comunidade.

Não obstante o principal público, usufruidor e *raison d'être* deste espaço ser a comunidade local, assume-se como outro dos objetivos deste espaço a capitalização de visitantes exteriores à comunidade e o incentivo a uma visita ao território de intervenção por parte desses visitantes. Tal comporta, previsivelmente, mais-valias económicas para o território, pelo que o museu pode ser pensado como um ativo económico do território:

“Numerosos municipios rurales, encabezados por los Ayuntamientos, toman la iniciativa de dar a conocer su patrimonio con la pretensión de generar una corriente de visitantes que ayude a sanear la economía. Pero, para lograr este objetivo, no basta con desearlo, es necesario ofrecer un proyecto museológico y museográfico comprensible, sugerente, sorprendente y, sobre todo, vinculado a la comunidad en la que nace.” (Eguren, 2006, p. 293)

É ainda de sublinhar a franca dinâmica associativa na freguesia de Atouguia da Baleia, fundamental para a aplicação deste projeto. Cremos que a definição de Tempo Social, de Varine¹¹⁵, é basilar para nos ajudar a compreender a dedicação, disponibilidade e sentido de responsabilidade que subjaz à participação cidadã dos membros das comunidades nas diversas ações levadas a cabo no desenrolar do Inventário Participativo do Património Cultural de Atouguia da Baleia. O IP é um exemplo da forma como os conceitos tempo social e participação cívica se articulam visivelmente em ações comunitárias com as necessárias repercussões ao nível do associativismo e da promoção da cidadania local.

Por fim, a articulação do projeto Inventário Participativo com a área da educação patrimonial é, cremos, incontornável. Em artigo publicado tivemos oportunidade de sublinhar esta relação à qual voltamos a aludir nestas conclusões: “A educação patrimonial permite

¹¹⁵ Sobre este tema consultar página 50 da presente dissertação.

pensar o Património Cultural como esteio para um exercício da cidadania e desenvolvimento social através do processo educativo.” (Janeirinho, 2011, p. 68).

Hugues de Varine apresenta os seguintes objetivos no que à educação popular diz respeito:

“- a formação da consciência de sua identidade, de seu território e de sua comunidade humana de pertencimento,
- a aquisição de confiança em si (auto-estima) e nos outros, condição da participação e da cooperação ao serviço do desenvolvimentos,
- o despertar da capacidade de iniciativa e de criatividade, para que passe de consumidor e assistido a empreendedor e promotor,
- o domínio da expressão e das ferramentas de negociação, permitindo uma intervenção eficaz na esfera pública.” (Varine, 2002, p. 6)

Sendo o Património entendido como uma das formas que permite à comunidade atingir os objetivos da educação popular, com base da teoria freiriana cremos que com as ações museológicas de índole participativas desenvolvidas durante o IP, tem-se vindo a contribuir para:

- O reconhecimento da população envolvente no núcleo museológico (então) em construção;
- Permitir a interação museu-população e a construção conjunta e participada das várias ações de natureza museológica;
- Um conhecimento mais aprofundado dos ativos patrimoniais da freguesia;
- A implementação de um centro interpretativo que favoreça o desenvolvimento local, com ações que não estejam confinadas às paredes do seu núcleo sede;
- A valorização, preservação e (re)apropriação do Património cultural, material e imaterial, local;
- O fomento do diálogo intergeracional;
- O aumento da valorização pessoal e autoestima das comunidades envolventes, na sua identificação com as referências patrimoniais expostas no museu e interpretadas *in situ*.

Neste sentido, o reconhecimento por parte da comunidade volta a sublinhar-se como essencial para a afirmação destes ativos patrimoniais. Como Hafstein (2007) refere, na sequência do defendido pela Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), os patrimónios de uma comunidade são as práticas e manifestações que essa comunidades, grupos e indivíduos reconhecem com o seu património, ou seja, os técnicos e especialistas não saberão o que é esse PCI até saírem para o terreno e perguntarem às pessoas implicadas – o Património Cultural Imaterial existe a partir do momento em que as comunidades, grupos e indivíduos afirmam que ele existe como tal:

“So what is ICH? It is the practices that communities, groups, and individuals recognize as their heritage. It is ... what they say it is. In other words, we simply don't know what it is until we go out and ask them. (...) The question is not what experts recognize as intangible cultural heritage, it is not what ministries classify as intangible heritage, and it is not what museums or universities define as intangible heritage. The question posed to us by the convention is what practices, representations, expressions, knowledge, and skills communities, groups, and individuals recognize as their heritage. The only way to give any kind of adequate answer is to do the research. And that is surely the beginning of any bottom-up approach to ICH.” (Hafstein, 2007, p. 8)

Podemos concluir afirmando que o Inventário Participativo do Património Cultural de Atougia da Baleia incentivou as populações desta freguesia a serem sujeitos na definição dos ativos patrimoniais das suas localidades, despertando o conhecimento e a valorização dos locais e patrimónios identificando, qualificando os seus saberes e capacitando-as para o usufruto e defesa deste mesmo património. Foi nestes pressupostos que assentou igualmente a escolha da temática da Exposição Inaugural do CIAB e que se desenvolvem as atividades de preservação e comunicação museológica associadas àquele polo, dentro e fora do edifício-sede. As estratégias museológicas participativas utilizadas ao longo do processo de Inventário Participativo permitiram a cartografia dos locais e das memórias desses mesmos lugares.

CONCLUSÃO

Na definição e aplicação dos projetos museológicos é recorrente a opção por métodos extrativos, compartimentalizados e centrados no conhecimento do investigador / curador / pedagogo. Acreditando na importância da educação/aprendizagem como fator de libertação e ‘conscientização’ e no valor do património – material e imaterial – como instrumento deste processo, sobretudo graças à sua ação congregadora, de reconhecimento e valorização (auto-estima), cremos que, na aplicação de ações museológicas, se devem privilegiar estratégias inclusivas que contem com a participação das comunidades locais. Este *focus* no património como fator de desenvolvimento integral, endógeno e sustentável, e na participação comunitária como essencial a esse desenvolvimento, é uma das teses fulcrais defendidas pelo Movimento Internacional para a Nova Museologia (MINOM). A defesa do museu enquanto ação já era propagada em 1972 na Mesa Redonda de Santiago do Chile e mantém-se atual na nossa perspetiva sobre esta instituição ao serviço da comunidade.

É neste enquadramento que procurámos, no nosso trabalho de terreno e na reflexão sobre o mesmo, incentivar uma abordagem mais participativa e enriquecedora no relacionamento dos atores sociais com as referências patrimoniais e com a instituição museológica.

A museologia, enquanto disciplina aplicada, implica um forte diálogo entre teoria e prática. É nesse sentido que a presente dissertação poderá ter validade para o campo disciplinar da museologia enquanto ciência académica.

Tendo como objeto de estudo um processo de aplicação de estratégias participativas numa freguesia de Peniche (Atouguia da Baleia), na região Oeste de Portugal, procurou-se, através da investigação-ação, enquadrar teoricamente as estratégias e metodologias que estão sendo aplicadas no terreno, articulando num constante vaivém teoria e prática, pesquisa e ação, estudando e intervindo em situações reais.

A dissertação tem por base um projeto que está a ser desenvolvido no terreno, associado a um museu local¹¹⁶, que se debruça sobre a história local numa perspetiva diacrónica, mas também com forte enfoque etnográfico e sociológico, debatendo as características culturais e socioeconómicas da comunidade onde está integrado.

A história local, com base na memória social e história oral, é um dos principais motores de desenvolvimento da pesquisa e investigação deste polo, privilegiando a ligação com o meio e as comunidades envolventes. Ao trabalhar diretamente com diferentes grupos sociais e profissionais, procura-se motivá-los a repensar as suas práticas e experiências, qualificando esses saberes como património cultural e os indicadores de memória como referências patrimoniais musealizadas.

Creemos que este estudo permite apresentar a forma como diferentes estratégias museológicas foram aplicadas no desenvolvimento de ações museológicas – neste caso essencialmente de pesquisa mas que têm reflexo na vertente educativa e de comunicação do museu.

Não havendo metodologias únicas quando se lida com participação, procurou-se aplicar criativamente, adaptando ao terreno em causa, diferentes estratégias participativas, que poderão vir a ser escolhidas e utilizadas, de forma flexível, noutros contextos sociais e territoriais.

As sequências de métodos participativos são fundamentais para um maior conhecimento do terreno em geral, sobre determinados locais ou temáticas, mas também visam ampliar a participação e desenvolver uma mais profunda interligação com as comunidades locais.

A presente dissertação procura demonstrar também a importância da interdisciplinaridade no desenvolvimento do trabalho de campo e de estratégias museológicas. Este é, aliás, o paradigma defendido pela Sociomuseologia (Moutinho, 2007). O uso da interdisciplinaridade como pressuposto apriorístico permitiu um aprofundamento do conhecimento do terreno em causa e um enriquecimento no estudo do contexto e objeto

¹¹⁶ No período principal de análise desta dissertação, o Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia estava em processo de implementação, tendo vindo a inaugurar no dia 17 de março de 2012.

museal. Diferentes olhares de diferentes áreas disciplinares perspetivam diferentes abordagens e enquadramentos da realidade em estudo, relacionando-as com a museologia; a interdisciplinaridade verifica-se como adensadora e impulsionadora do conhecimento museológico.

O projeto ‘Inventário Participativo do Património Cultural de Atougua da Baleia’¹¹⁷ engloba várias estratégias metodológicas participadas utilizadas na promoção da relação museu-comunidade-património e no aprofundamento do conhecimento do património cultural material e imaterial local, contribuindo também para uma melhor gestão do património local.

Este estudo museológico, entendendo a Museologia como uma ciência social e humana, que lida com pessoas e processos sociais, deve necessariamente ser analisado sob uma perspetiva qualitativa. Considerando que, para terrenos diferentes, metodologias e estratégias diferentes, deve-se entender este caso de estudo não como um terreno idílico, mas antes como um terreno real. Este é um processo de implementação de estratégias participativas adaptadas, onde se consegue captar alguns grupos da comunidade em causa e, a partir deles, desenvolver essas estratégias, divulgando o projeto, ajudando a reconhecer e comunicar os referenciais patrimoniais identificados pela própria comunidade, abarcando, ao longo do tempo, outras faixas da população e criando o movimento processual participativo. É no processo que, reforçamos, se encontra o cerne deste projeto.

É de forma comprometida e engajada¹¹⁸, não apenas profissional mas sobretudo pessoalmente, acreditando na potencialidade de um pensar e atuar museológico como o defendido, que realizamos este estudo e desenvolvemos as ações no terreno, procurando uma melhoria da qualidade de vida da população através, designadamente, da qualificação dos seus saberes, tradições e locais como património cultural.

Considerando o Princípio da Participação como um direito, este projeto é um passo rumo a um museu mais democrático e inclusivo através do uso de estratégias metodológicas participativas nos campos da pesquisa e comunicação museais, visando o desenvolvimento

¹¹⁷ Embora possa ser numa primeira observação uma expressão limitativa – ao associar à expressão tradicional ‘inventário’ da museologia – esta expressão não se restringe nem se fecha sobre si própria, sendo apenas o mote para as diversas estratégias museológicas usadas no terreno em estudo, acima aventadas.

¹¹⁸ No seguimento do defendido por autores como Rússio *apud* Bruno, Fonseca, & Neves (2008) ou M. C. Santos (2008).

Raquel Janeirinho, *Estratégias museológicas participativas no concelho de Peniche*

local e sendo uma ferramenta fundamental na gestão patrimonial dos recursos culturais e naturais de um território com vista à salvaguarda ativa dos valores que caracterizam a sua identidade e diversidade.

BIBLIOGRAFIA

- Associação para o Desenvolvimento de Peniche [ADEPE] (junho de 2010). Valorizar a experiência e os recursos do mar. *Revista Marés*, 59, 41-54.
- Borges, J. L. (2001). Funes, o memorioso. In *Obras Completas, 1*. São Paulo: Globo.
- Bruno, C. (1996). Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. *Cadernos de Sociomuseologia*, 9, 9-38.
- Bruno, C., Fonseca, A., & Neves, K. (2008). Mudança social e desenvolvimento no pensamento da museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: Textos e contextos. In *Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento*. S. Cristóvão: Museu de Arq. de Xingo.
- Bruno, C., Cauhy, J., Franco, M., Magnani, J. & Wakahara, J. (coords.) (2004) *Expedição São Paulo 450 anos – uma viagem por dentro*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura: Instituto Florestan Fernandes.
- Cabral, J. P. (1983). Notas Críticas sobre a observação participante no contexto da etnografia portuguesa. *Análise Social*, vol. XIX (76), 327-339.
- Camacho, C. F. (1988). Participação das Populações: Contributo para o debate. *I Jornadas sobre a Função Social do Museu. Textos e Conclusões* (pp. 19-21). Vila Franca de Xira: MINOM.
- Cardoso, P. (2010). A Estrutura do Valor Patrimonial. *Comunicação apresentada no I Seminário de Investigação em Sociomuseologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Caria, T. (1999). A reflexividade e a objectivação do olhar sociológico na investigação etnográfica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 5, 5-36.
- Cauhy, J., & Augusti, M. T. (2004). Metodologia da Expedição São Paulo 450 anos: A Expedição como Estratégia de Implementação de Museu. In C. Bruno, J. Cauhy, M. Franco, J. Magnani & J. Wakahara (coords.), *Expedição São Paulo 450 anos – uma viagem por dentro* (pp. 51-53). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura: Instituto Florestan Fernandes.

- Chagas, M. (2002). Memória e Poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, 19, 35-67.
- Chagas, M., Rocha, E., Pereira, M., Colnago, E., Silva, C., Albernaz, C., et al. (2010). Desire for memory, desire for museums: the experience of the Memory Hotspots. *Cadernos de Sociomuseologia*, 38, 245-262.
- Chambers, R. (1992). Rural appraisal: rapid, relaxed and participatory. *IDS Discussion Paper 311*, 1-68.
- Chambers, R. (2007). From PRA to PLA and Pluralism: Practice and Theory. *IDS Working Paper 286*, 1-29.
- Chastel, F. (1990). L'invention de l'inventaire: éditorial. *La Revue de l'Art*, 87, 5-11. Acedido em 04 de Fevereiro de 2010 em http://www.inventaire.culture.gouv.fr/Chemin_text_ref4.htm.
- Choay, F. (1992/2008). *Alegoria do Património* (3ª ed.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1992).
- Câmara Municipal de Peniche [CMP]. (2004). *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche 2004*. Peniche: Conselho Local de Ação Social de Peniche.
- CMP (2009a). *PENICHE 2025. Diagnóstico Estratégico, Estratégias de Desenvolvimento e Programas de Actuação*. Peniche: Câmara Municipal de Peniche. Acedido em 8 de novembro de 2009 em www.cm-peniche.pt.
- CMP (2009b). *Rede Museológica do Concelho de Peniche*. Peniche: Câmara Municipal de Peniche.
- CMP (2009c). *Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia. Programa Museológico*. Peniche: Câmara Municipal de Peniche.
- CMP (2010). *Município de Peniche desenvolve projecto de Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia: Comunidade inventaria o seu património cultural*. In Portal do Município de Peniche, <http://www.cm-peniche.pt>, Acedido em 30 de abril de 2010.
- CMP (2011). *Carta Local do Associativismo: que metas e desafios?* Comunicação apresentada na V Convenção Sou de Peniche.
- CMP (2012). *Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia*. In Portal do Município de Peniche, <http://www.cm-peniche.pt>. Acedido em 06 de junho de 2012.

- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2000/2005). Action research. In *Research methods in education* (5ª ed., pp. 226-244). Londres: Routledge (Original publicado em 2000).
- Connerton, P. (1989/1999). *Como as sociedades recordam* (3ª ed.). Oeiras: Celta editora (Original publicado em 1989).
- Conselho Internacional dos Museus, Comité Internacional para os Museus Regionais e Movimento Internacional para a Nova Museologia [ICOM-ICR-MINOM] (1990). Conclusões do 2º Grupo de Trabalho - Uma museologia participativa: o uso social dos museus. *III Jornadas da Função Social do Museu* (p. 95). Monte Redondo, Vilarinho das Furnas: ICOM-ICR-MINOM.
- Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios [ICOMOS] (2008). *Declaração do Québec sobre a preservação do 'Spiritu loci'*. Quebec: ICOMOS. Acedido em 26 de agosto de 2012 em http://www.international.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf.
- Dick, B. (2002). *Action research: action and research*. Comunicação apresentada no Seminário Doing good action research. Lismore: Southern Cross University. Acedido em 16 de junho de 2012 em <http://www.aral.com.au/resources/aandr.html>
- Eguren, M. G. (2006). Recuperar el patrimonio etnográfico e implementar las acciones para la construcción de un museo. In R. Calaf & O. Fontal (coords.), *Miradas al patrimonio* (pp. 293-310). Gijón: Ediciones Trea.
- Fentress, J., & Wickham, C. (1992). *Memória Social*. Lisboa: Teorema.
- Fernández, L. A. (1999). *Introducción a la nueva museología*. Madrid: Alianza Editorial.
- Franco, M. I. (2009). *Museu da Cidade de São Paulo: Um novo olhar da Sociomuseologia para uma megacidade*. Tese apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para a obtenção do Grau de Doutor em Museologia, Lisboa.
- Gil, A. C. (1987/1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5ª ed.). São Paulo: Editora Atlas. (Original publicado em 1987).
- Goldenberg, M. (1997/1999). *A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais* (3ª ed.). Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record. (Original publicado em 1997).
- Hafstein, V. (2007, maio). *Recognizing intangible cultural heritage*. Comunicação apresentada no Regional Seminar: Principles and Experiences of Drawing up ICH

- Inventories in Europe, Talin. Acedido em 26 de março de 2010 em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/0019>.
- Halbwachs, M. (1950/1997). *La Mémoire Collective*. Paris: Éditions Albin Michel (Original publicado em 1950).
- Hobsbawm, E. (1983). Introduction: Inventing Traditions. In E. Hobsbawm & T. Ranger (eds.), *The Invention of Tradition*. (pp. 1-14). Cambridge: Cambridge University Press.
- Instituto Brasileiro de Museus [IBRAM] (s/d a). *O que é Museu?* In Portal do Instituto Brasileiro de Museu, <http://www.museus.gov.br>. Acedido em 16 de junho de 2012 em <http://www.museus.gov.br/museu/>.
- IBRAM (s/d b). Programa Pontos de Memória. *Divulgação Pontos de Memória*. Acedido em 20 de junho de 2012 em <http://www.museus.gov.br/programa-pontos-de-memoria/>.
- IBRAM (2012a, 7 de março). Inventário participativo: Ponto de Memória em Belém tem série de atividades. *Divulgação Pontos de Memória*. Acedido em 20 de junho de 2012 em <http://www.museus.gov.br/noticias/inventario-participativo-ponto-de-memoria-em-belem-tem-serie-de-atividades/>.
- IBRAM (2012b, 20 de março). Ponto de Memória realiza ações de inventário participativo em Fortaleza. *Divulgação Pontos de Memória*, Acedido em 20 de junho de 2012 em <http://www.museus.gov.br/noticias/ponto-de-memoria-realiza-acoes-de-inventario-participativo-em-fortaleza/>.
- Janeirinho, R. (2011). Educação Patrimonial: Estratégias museológicas participativas no concelho de Peniche. *Paideia - Revista da Escola Secundária de Peniche*, 2, 59-72.
- Janeirinho, R., Venâncio, R., & Martins, J. (no prelo). Centro Interpretativo de Atougua da Baleia: um projecto museológico participativo. In Centro do Património da Estremadura e Câmara Municipal de Ourém (Eds.) *Atas do 1º Congresso de História e Património da Alta Estremadura*. Ourém: Centro do Património da Estremadura e Câmara Municipal de Ourém.
- Kottak, C. P. (1994). Capítulo 2. Métodos de Campo. In C. P. Kottak, *Antropología. Una exploración de la diversidad humana* (pp. 19-31). Madrid: McGraw-Hill.

- Leal, J. (2009). O Património Imaterial e a Antropologia Portuguesa: uma perspectiva histórica. In P. Costa, *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades* (pp. 289-296). Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, Soflimits.
- Loios, J. (2001). Museu de Atouguia, finalmente.... *O Pelourinho*, 7.
- Lowenthal, D. (1985/2006). *The Past is a Foreign Country* (13ª ed.). Cambridge: Cambridge University Press (Original publicado em 1985).
- Manilowski, B. (1922/2002). Introduction: the subject, method and scope of this inquiry. In B. Manilowski, *Argonauts of the Western Pacific. An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea* (pp. 1-26). Londres: Routledge. (Original publicado em 1922).
- Manteigas, M. L. (1999). *Museu de Atouguia da Baleia*. Trabalho policopiado.
- Marec, J., & Delarge, A. (s/d). Définition participative d'un écomusée. In <http://musealogando.blogspot.com>. Acedido em 15 de fevereiro de 2010 em <http://musealogando.blogspot.pt/2007/09/dfinition-participative-dun-comuse.html>.
- Martins, L., & Baptista, M. C. (2008). Construção Naval. Protagonistas do património local. *Revista Marés*, 54, 38-39.
- Mensch, P. (1992). *Towards a methodology of museology*. Tese apresentada à Universidade de Zurique para obtenção do grau de doutor, Zurique. Acedido em 30 de Novembro de 2009 em <http://www.xs4all.nl/~wa/contents.htm>.
- Moutinho, M. (1993). Sobre o Conceito de Museologia Social. *Cadernos de Sociomuseologia*, 1, 5-6.
- Moutinho, M. (1996). Museologia Informal. *Boletim da Associação Portuguesa de Museologia*, 3, 22-24
- Moutinho, M. (2007). *Definição evolutiva de Sociomuseologia*. Comunicação apresentada no XIII Atelier Internacional do Minom. Lisboa Setúbal.
- Mútua dos Pescadores / CCC (s/d a). *CCC/EEAgrants - Projecto fundador (2007-2010)*. In Portal do Projeto Celebração da Cultura Costeira, <http://ccc.mtuapescadores.pt> Acedido em 26 de novembro de 2009 em <http://ccc.mtuapescadores.pt>.
- Mútua dos Pescadores / CCC. (s/d b). *Manual do Inventariante*. In Portal do Projeto Celebração da Cultura Costeira, <http://ccc.mtuapescadores.pt>. Acedido em 20 de

dezembro de 2010 em http://ccc.mutuapescadores.pt/images/stories/pdf/auxiliares_inventariacao/guiao_ccc.pdf.

- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura [UNESCO] (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO. Acedido em 30 de outubro de 2009 em http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_doc.php?idd=16.
- Ortiz, V. (2001). Inventário Participativo de Viamão: Uma salutar discussão sobre o direito de valorizar. *Jornal Quarteirão*, 45. Acedido em 26 de novembro de 2009 em www.quarteirao.com.br/pdf/polo1-%20texto6.pdf.
- Prats, L. (1997/2004). *Antropología y Patrimonio* (2ª ed.). Barcelona: Editorial Ariel (Original publicado em 1997).
- Primo, J. (1999). Pensar Contemporaneamente a Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 16, 5-38.
- Primo, J. (2007). *A Museologia e as Políticas Culturais Europeias: o caso português*. Dissertação apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção do grau de doutor, orientada por Maria Cristina Bruno, Porto. 411p. Acedido em 08 de Fevereiro de 2010 em <http://hdl.handle.net/123456789/161>.
- Primo, J., & Mateus, D. (2008). *Normas para a elaboração e apresentação de teses de doutoramento*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Reitoria.
- Priosti, O. (2003). *L'inventaire participatif à Santa Cruz : une expérience pédagogique de patrimoine partagé*. Acedido em 20 de junho de 2010 em <http://interactions-online.com>.
- Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro. (2004). *Inventário Participativo de Santa Cruz*. In Portal do Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, www.quarteirao.com.br/. Acedido em 30 de Outubro de 2009 em www.quarteirao.com.br/pdf/inventario.pdf.
- Querol, L. S. (2009). Inventariando patrimónios culturais: ocho entrevistas en museos de Lisboa [versão eletrónica]. *E-rph*, 5, 114-141.
- Querol, L. S. (2011). *El Patrimonio Cultural Inmaterial y la Sociomuseología: estudio sobre inventarios*. Tese apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

- Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, para obtenção do grau de doutora, orientada por Mário Caneva Moutinho. 372p.
- Rechena, A. (2010, janeiro). *Museologia e perspectiva integrada de género: Roteiro de uma investigação*. Comunicação apresentada no I Seminário de Investigação em Sociomuseologia, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Rússio, W. (s/d). *A Interdisciplinaridade em Museologia*. São Paulo: Acervo SIG.RP.MUSP, doação de Maria Cristina Oliveira Bruno.
- Saint-Georges, P. (1997). Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económico, social e político. In L. Albarello, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (pp. 15-47). Lisboa: Gradiva.
- Santos, B. S. (2002). Introdução geral à colecção. In B. S. Santos, *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa* (pp. 13-28). Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S., & Avritzer, L. (2002). Para ampliar o cânone democrático. In B. S. Santos, *Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa* (pp. 39-81). Porto: Afrontamento.
- Santos, M. C. (2007). *Os Museus e seus Públicos Invisíveis*. Comunicação apresentada no I Encontro Nacional de Rede de Educadores de Museus e Centros Culturais, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa.
- Santos, M. C. (2008). *Encontros Museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU.
- Santos, M. S. (2002). O Pesadelo da Amnésia Coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Cadernos de Sociomuseologia*, 19, 139-171.
- Santos, M. S., & Chagas, M. (2007). A linguagem de poder dos museus. In M. C. R. Abreu, *Museus, coleções e patrimónios: narrativas polifónicas* (pp. 12-19). Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU.
- Santos, P. A. (2009). Museology and Community Development in the XXI Century, *Cadernos de Sociomuseologia*, 29.
- Serra, J. B. (2009). Rede museológica de Peniche: componentes e funções. In *A Rede Museológica no panorama da Magna Carta Peniche 2025. Documentos* (p. 4). Peniche: Câmara Municipal de Peniche.

- Spradley, J. (1980). *Participant Observation*. Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston.
- Stake, R. E. (1995/2009). *A Arte da Investigação com Estudos de Caso* (2ª ed.). Lisboa: Gulbenkian (Original publicado em 1995).
- Stocking, G. W. (1993). La magia del etnógrafo. El trabajo de campo en la antropología británica desde Tylor a Malinowski. In G. M. Velasco, *Lecturas de Antropología para Educadores* (pp. 43-93). Madrid: Trotta.
- Thiollent, M. (1986/2011). *Metodologia da Pesquisa-ação* (18ª ed.). São Paulo: Cortez Editora (Original publicado em 1986).
- Varine, H. (1987). O Tempo Social [versão eletrónica]. In *O Tempo Social* (pp. 64-88). Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora. Acedido em 25 de fevereiro de 2010 em <http://www.museumonteredondo.net/sig/DOC%20PDF/198700203.pdf>.
- Varine, H. (2002). Património e Educação Popular. In <http://www.museumonteredondo.net>. Acedido em 11 de julho de 2010 em <http://www.museumonteredondo.net/sig>.
- Varine, H. (2005a). O museu comunitário é herético? In <http://www.abremc.com.br>. Acedido em 17 de novembro de 2009 em <http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=9>.
- Varine, H. (2005b). *Les racines du futur. Le patrimoine au service du développement local*. Crissey: Asdic Editions.
- Wenger, E. (2006). Communities of practice: a brief introduction In <http://www.ewenger.com>. Acedido em 23 de março em <http://www.ewenger.com/theory/>.

APÊNDICES

APÊNDICE 1) Exemplo de guião de entrevista semi-dirigida: Proprietários de moinhos

ENTREVISTA SEMI-DIRIGIDA PROPRIETÁRIOS MOINHOS

- **História de Vida**

- Identificação: nome, idade, naturalidade, profissão dos pais, irmãos e filhos (houve transmissão familiar do ofício?), escolaridade
- Início de actividade, decisão, modalidade de recrutamento, idade, funções, categoria profissional, grupo de trabalho, inserção no grupo, horários de trabalho
- Aprendizagem: com quem, como, duração, contextos de aprendizagem
- Crescimento profissional: diferentes moinhos, diferentes responsabilidades
- Descrição das operações: etapas, peças, utensílios, ritmos, gestos
- Espaços / territórios, compras e vendas (onde se comprava, o que se comprava, onde se vendia, quem / quantas pessoas envolvidas?)
- Relações interpessoais em contexto laboral
- Memória do processo: transformações técnicas vividas (quais, razões e implicações)
- Tarefas de homens e tarefas de mulheres
- Valores ligados ao trabalho: avaliação subjectiva de mérito
- Memórias do trabalho (crises, greves, festividades)
- A família; a casa

- **História do Moinho**

- Data de construção
- Justificação para a sua construção
- Proprietários e moleiros (quando não correspondem à mesma pessoa): inicial, seguintes, e causas para passagem de proprietário
- Alterações técnicas; requalificações
- Produções – Farinha? Enxofre?

- **Importância do Património Molinológico para o Concelho de Peniche**

- Identidade e economia, hoje e ontem
- Identificação e descrição de outros imóveis e proprietários

ANEXOS

**ANEXO 1) Património Cultural – Conceitos
resultantes do primeiro encontro com os
dirigentes associativos da freguesia de
Atouguia da Baleia**

Encontro com Dirigentes Associativos da Freguesia de Atouguia da Baleia

Património Cultural - Conceitos

| PATRIMÓNIO IMÓVEL |
|------------------------------|
| Património Físico |
| Casas / Ruas |
| Chaminés |
| Calçada Portuguesa |
| Cantarias |
| Edifícios / Palácios |
| Quintas |
| Igrejas / Capelas / Convento |
| Pelourinhos |
| Cruzeiros |
| Poços, Fontes e Bicas |
| Moinhos de Vento / Azenhas |
| Lavadouros |
| Escolas |
| Fornos de cal |
| Monumentos |
| Lagares (de vinho) |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |

| PATRIMÓNIO MÓVEL |
|------------------------------------|
| Imagens |
| Quadros |
| Livros |
| Vestuário / Trajes |
| Cavaquinho (instrumentos musicais) |
| Instrumentos agrícolas |
| Veículos de tracção animal |
| Cata-ventos |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |

| PATRIMÓNIO IMATERIAL |
|---------------------------------------|
| Identidade de uma comunidade |
| Património Humano |
| Pessoas |
| Tradições |
| Hábitos / Usos e Costumes / Vivências |
| Hábitos / Usos e Costumes / Vivências |
| Trabalhos / Profissões |
| Cultura Humana e Religiosa |
| Romarias / Festividades religiosas |
| Festas |
| Folclore |
| Saberes (saber-fazer / saber técnico) |
| Crenças |
| Música |
| Letras de canções antigas |
| Contos infantis |
| Ditados |
| Sotaque e linguagem local / pronúncia |
| Poemas |
| Língua portuguesa |
| Gastronomia |
| Teatro |
| Agricultura / Cultivo da terra |
| Pesca (das navalheiras) |
| Mutualismo - Partido do Macho |

Este levantamento contou com o contributo dos Dirigentes das seguintes Entidades: Associação Cult. Rec. Desp. Casais Mestre Mendo, Atlético Clube de Geraldês, Centro Canoagem do Oeste, Centro Convívio e Cultura de Geraldês, Centro Paroquial Bem Estar Social de Atouguia da Baleia, Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1228 - Atouguia da Baleia, Grupo Desportivo Atouguiense, Núcleo Sportinguista de Atouguia da Baleia, Sociedade Columbófila Atouguiense, Sociedade Filarmónica União 1º Dezembro de 1902, Sporting Clube da Estrada, União Desp. Cult. São Bernardino, Vespa Clube do Oeste, Santa Casa da Misericórdia de Atouguia da Baleia, Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia.

**ANEXO 2) Exemplos de flyers de divulgação
de tertúlias**

**ANEXO 3) Exemplo de cartaz de divulgação
de caminhada de reconhecimento: “À
descoberta do Património de...”**

À descoberta do Património

Inventário Participativo do Património Cultural



Centro Interpretativo de Atougia da Baleia

Início: Em frente à **Assoc. Cultural Desp. Ribafria**

10 Setembro'10 • 17h00

**Junte-se a nós
numa caminhada pelas ruas,
lugares e memórias da**

Ribafria

CONTAMOS COM A SUA PARTICIPAÇÃO!



PENICHE
Capital da Onda
the wave capital www.cm-peniche.pt

Associação Cultural
e Desportiva de Ribafria

ANEXO 4) Exemplo de mapeamento e respetiva legenda, resultantes do Inventário Participativo, disponíveis na Exposição “Centro Interpretativo de Atougia da Baleia: um projeto museológico participativo”



INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

GERALDES

Arquitetura religiosa:

1 – Igreja de N.ª Sr.ª Conceição. O início da construção deste templo data dos anos 50 do século passado, tendo iniciado ao culto em 1964 e sido feita a inauguração oficial pelo bispo D. António Ribeiro em 1978. Diz-se, na localidade, que “a igreja foi feita de ovos” pois a população vendeu, nessa época, ovos de galinha para angariar dinheiro para a construção do templo.

2 – Capela de S. Sebastião e Santa Luzia. Integrada na malha urbana da aldeia de Geraldês, de implantação destacada, esta capela do século XVII, de planta longitudinal, situa-se junto à estrada, rodeada de casario. As suas escadas eram utilizadas como de ponto de encontro, “desde sempre”.

3 – Cruzeiro (onde estava no passado).

4 – Cruzeiro (onde está atualmente). Cruzeiro em calcário de entalhe simples e secção quadrangular em forma de cruz latina elevado por três degraus.

Moinhos e eiras:

1 – Moinho do Arnaldo. Este moinho de vento começou a ser construído em 1946, por ordem de José Granita, negociante de cereal da Bufarda, tendo a obra terminado em 1947. Em 1955, José da Costa Pinheiro comprou o moinho ao então proprietário, José Cecília, para que o seu filho – Arnaldo Pinheiro, atual proprietário do moinho, então com 26 anos de idade – pudesse exercer a profissão da família: moleiro.

2 – Moinho do Ferro, na Rua de Santa Luzia. O moinho pertencia a Joaquim Ferro, funcionário municipal. Na aldeia conta-se que, a par das suas funções camarárias ligadas à iluminação pública (“apagava e acendia as lanternas públicas”), Joaquim Ferro também tinha este engenho de moagem, “dava injeções e tirava dentes”. Foi adaptado, encontrando-se no interior de uma habitação.



GERALDES

3 – Moinho do Mário do Feitorão, irmão de João, filhos do José, vulgo “Feitorão Velho”, constituindo uma das famílias de moleiros de Geraldes. Com belo enquadramento paisagístico, este moinho de vento de planta circular sofreu algumas alterações, nomeadamente ao nível do capelo (mantendo forma cilíndrica a cobertura é fixa e em telha). Apresenta a torre pintada de branco com barra amarela ao nível do chão. Inicialmente o imóvel pertencia à família da Sra. Adelaide, esposa do Tobias; tendo sido posteriormente vendido ao Zé Feitorão.

4 – Moinho do Chaparroca (João Chaparroca, irmão do Mário do Feitorão, filho do Feitorão Velho). Destruído.

5 – Moinho do José Aníbal da Costa. Este moinho apresenta planta circular tradicional, com algumas alterações devido à adaptação do imóvel para habitação.

6 – Moinho do Vítor Clemente, anteriormente Moinho do Antero. Apesar do elevado estado de degradação, do exterior são visíveis a torre fixa em alvenaria, de cor branca, e algumas mós de moinho no terreno envolvente. A sua construção data provavelmente do início do séc. XX, tendo sido desativado há aproximadamente 50 anos.

7 – Moinho no terreno do José Tomás. Foi o Alvará deste moinho que esteve na génese do moinho do Arnaldo em 1946 (ponto 1).

Fontes, bicas e lavadouros:

1 – Poço da Barroca, no Largo de S. Sebastião, conhecido como Largo da Barroca. Antigo poço em alvenaria rebocada a cal; mais tarde, rebocado a cimento. Utilizado pela população como abastecimento de água e ponto de encontro. Próximo, no rio, era zona de lavagem de roupa.

2 – Nora da D. Marta. Ainda existe o poço.

3 – Fonte ou Poço da Raposa.

“Era lindíssima, parecia uma construção... tinha 4 pedras, tipo colunas, e uma grande em cima. Impressionante!”

4 – Fonte dos Loureiros, também conhecida como Fonte Romana. Esta fonte de mergulho, pública e de implantação isolada e destacada está próxima a uma ribeira, antigo local de lavagem de roupa.

5 – Poço do Cruzeiro, Fontanário – antigamente estava aqui situado o cruzeiro. Fontanário de argamassa caiada em tons de branco e ocre apresenta uma estrutura simples e linhas geométricas.



GERALDES

6 – Bica dos Barros, no local dos Barros.

7 – Bica dos Barros, no local dos Barros.

8 – Bica dos Barros, no local dos Barros.

9 – Rio do Ribeirinho - local de lavagem de roupa.

10 – Pedreira - local de lavagem de roupa.

Edifícios públicos ou monumentais de caráter civil:

1 – Atlético Clube de Geraldês. Fundado a 1/12/1951. Já se jogava no antigo campo da bola. O pavilhão será dos anos 1990.

2 – Antigo campo da bola (destruído em meados dos anos 70). 1º campo da bola, construído há cerca de 70 anos (fim anos 30, princípio de 40).

3 – Castelo do Dr. Reis (Dr. José dos Reis, personalidade de Geraldês). Posterior a 1947.

4 – Escola Primária.

5 – Local da 1ª habitação de Geraldês (provavelmente), na Rua de D. Geraldo (demolida há pouco tempo)

6 – Casa onde nasceu Frei João da Santíssima Trindade. A fachada do edifício apresenta painel de azulejos alusivo a este facto. Foi barbearia do Ataíde (José D' Ataíde) até c. 1992.

Edifícios associados a atividades profissionais:

1 – Lagar de varas da D. Marta: Neste lagar realizavam-se espectáculos de teatro, as "récitas", associadas às colheitas, no Outono. Depois foi transformado em armazém e depois em loja. Nos anos 1970, quando foi comprado por Arlindo Franco Silva, era já um lagar de prensa (mas ainda tinha a vara e a nora). Foi desmantelado no início dos anos 1980.

2 – Olaria do Zé das Púcaras, do início do século XX. A olaria fabricava quartas, alguidares, salgadores, búzios, cântaros e objectos relacionados com o vinho branco. Desmantelada. Em fotografias anteriores à década de 1950 é visível a chaminé desta olaria.



GERALDES

3 – Lagar de Mário Veríssimo, conhecido como Mário do Tobias. O que trabalhou até mais tarde (exceptuando o do Quintino). Demolido em 2000-2001, terá trabalhado até meados da década de 1980. Também se chegaram a fazer récitas neste lagar.

4 – Lagar do Zé Almeida (desaparecido). Agora é oficina de bicicletas, já pelo menos há 40 anos que o lagar deixou de funcionar.

5 – Lagar do António, conhecido como Toino Quintino (ainda existe mas já não funciona). Também era cesteiro.

6 – Cesteiro - Francisco Campos. Falecido há 5 anos, mas trabalhou até fim do século XX.

7 – Lagar do Silvério (tinha um madeiro grande, em rosca).

8 – Sapateiro Miguel (já não exerce). Exerceu até finais dos anos 1980.

9 – Sapateiro Belchior (o único ainda em funções).

10 – Sapateiro Frutuoso. Já faleceu, exerceu até finais dos 1980.

11 – Moagem - trigo, milho, cevada, ... Será dos anos 1950. Agora é onde está o café.

12 – Ferreiro João Justino. Começou a trabalhar + ou – em 1920 e Trabalhou até + ou – 1972. João Justino Henriques nasceu em 24/11/1895 e faleceu em 23/05/1974. Quem abriu a oficina de ferreiro foi seu pai Celestino Simplício.

13 – Funileiro Rogélio Henriques Gregório. Rogélio Henriques Gregório fazia diversos trabalhos em latoaria e reparações para pessoas particulares da aldeia e também ia a feiras vender os seus produtos. Nasceu em 24/04/1919 e faleceu em 12/09/1994.

14 – Atual Centro de Convívio e Cultura de Geraldes, neste edifício estiveram implantados outros serviços:

1º Loja do Joaquim Correia + Merceria + Posto Correio + Escola (no 1º andar);

Merceria do Albino Almeida (1948-31/12/1976) + Posto Correio + Escola (no 1º andar);

Loja do Mariano (1977-1980);

CCCG (1983/1984. Inicio em 1985). Extensão do Centro de Saúde durante 4 a 5 anos (1985-89).



GERALDES

15 – Antigo Ferrador, posteriormente Escola – "Escola Velha". Demolida na década de 50.

16 – Lagar do Antero (desaparecido).

17 – Primeira Barbearia do José Francisco Silva, vulgo Zé do Olímpio. Terá trabalhado até início de 1980.

18 – Segunda Barbearia do José Francisco Silva, vulgo Zé do Olímpio. Funcionou entre meados de 1980 e 2008 (+-).

19 – Lagar do Joaquim Alexandre. Deixou de funcionar em meados do século XX.

20 – Lagar do Almeida. Deixou de funcionar nas primeiras décadas do século XX.

21 – Olaria do Cabral também conhecida como Olaria do Paciência. Fazia Santos em barro e elementos decorativos ligados à religiosidade. Bisavô da Albertina. Deixou de funcionar nas primeiras décadas do século XX.

22 – Loja, taberna e mercearia da Marquinhas.

23 – Forno de Cerâmica de telha canuda e tijolo burro.

24 – Forno de Cal do Prior, no Ribeirinho.